



2026

# PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE Direito

**Unimar**  
UNIVERSIDADE DE MARÍLIA



## **UNIVERSIDADE DE MARÍLIA - UNIMAR**

Márcio Mesquita Serva  
Reitor

Regina Lúcia Ottaiano Losasso Serva  
Vice-reitora

Fernanda Mesquita Serva  
Pró-reitora de Graduação

Marco Antônio Teixeira  
Pró-reitor Administrativo

Tania Cristina Pithon Curi  
Pró-reitora de Pesquisa e Pós-graduação

Fernanda Mesquita Serva  
Pró-reitora de Extensão e Ação Comunitária

Andreia Cristina Fregate Baraldi Labegalini  
Coordenadora da Comissão Própria de Avaliação (CPA)

Simone de Camargo Bueno dos Santos  
Secretária Acadêmica

Andreia Juliane Arimoto  
Bibliotecária

## Sumário

Apresentação.....	5
<b>1 APRESENTAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE MARÍLIA - UNIMAR .....</b>	<b>7</b>
1.1 Missão .....	11
1.2 Histórico.....	11
1.3 Organograma.....	15
1.4 Apresentação dos núcleos da Unimar.....	16
1.4.1 Conselho Universitário – CONSUNI.....	17
<b>2 HISTÓRICO DO CURSO DE DIREITO.....</b>	<b>18</b>
2.1 Atos Regulatórios do Curso .....	19
2.2 Justificativa do Curso .....	20
<b>3 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA.....</b>	<b>21</b>
3.1 Políticas Institucionais no Âmbito do Curso.....	21
3.2 Objetivos do Curso.....	24
3.3 Perfil Profissional do Egresso .....	28
3.4 Estrutura Curricular .....	29
3.4.1 Matriz Curricular.....	31
3.4.2. Curricularização da Extensão no Curso .....	33
3.5 Conteúdos Curriculares .....	34
3.5.1 Elementos inovadores na estrutura e conteúdos curriculares .....	36
3.6 Metodologia .....	40
3.7 Estágio Curricular Supervisionado – Práticas Jurídicas .....	40
3.8 Estágio Curricular Supervisionado – relação teoria e prática .....	42
3.9 Atividades Complementares e Obrigatórias .....	42
3.10 Programa de Monitoria.....	43
3.11 Programa de Iniciação Científica.....	44
3.12 Trabalhos de Curso (TCC).....	44
3.13 Apoio ao Discente.....	45
3.13.1 Núcleo de Apoio Psicopedagógico - NUAP .....	45
3.13.2 Núcleo de Acessibilidade e Suporte Educacional Inclusivo - NASEI .....	46
3.13.3 Núcleo Integrado de Pesquisa E Extensão - NIPEX .....	47
3.13.4 Núcleo De Inovação e Empreendedorismo - NITE .....	47
3.13.5 Núcleo Interdisciplinar de Estágio e Emprego - NIEEMP .....	48
3.13.6 Departamento de Relações Internacionais - DRI .....	49
3.13. 7 Núcleo de Apoio Fiscal- NAF .....	49
3.13.8 Sebrae Aqui Na UNIMAR.....	50

3.13.9 Laboratório de Avaliação Física e Prática Esportiva - LAFIPE .....	50
3.13.10 Centro Judiciário de Solução De Conflitos - CEJUSC .....	50
3.13.11 Ouvidoria .....	51
3.13.12 Hospital Universitário .....	51
3.13.13 Clínica de Fisioterapia .....	52
3.13.14 Clínica de Nutrição .....	53
3.13.15 Clínica de Psicologia .....	53
3.13.16 Clínica de Odontologia .....	53
3.13.17 Bolsas e Programas.....	54
3.14 Gestão Do Curso E Os Processos De Avaliação Interna E Externa.....	55
3.15 Atividades De Tutoria.....	56
3.16 O Ambiente Virtual De Aprendizagem (AVA) .....	57
3.17 Material Didático .....	57
3.18 Avaliação Do Material Didático.....	58
3.19 Tutoria Das Disciplinas Digitais.....	58
3.20 Procedimentos De Acompanhamento E De Avaliação Dos Processos De Ensino- Aprendizagem.....	58
3.21 Tecnologias De Informação E Comunicação (Tic) No Processo Ensino-Aprendizagem.....	60
3.22 Número De Vagas.....	63
3.23 Pesquisa no Curso.....	63
3.24 Extensão no Curso.....	63
4. CORPO DOCENTE .....	64
4.1 Núcleo Docente Estruturante (NDE) .....	64
4.1.1 Atuação do Núcleo Docente Estruturante .....	65
4.2 Equipe Multidisciplinar .....	65
4.3 Atuação Do Coordenador.....	65
4.3.1 Experiência Profissional, de Magistério Superior e de Gestão Acadêmica do Coordenador	67
4.4 Regime De Trabalho Do Coordenador De Curso .....	67
4.5 Corpo Docente: Titulação .....	68
4.6 Regime De Trabalho Do Corpo Docente Do Curso.....	69
4.7 Experiência Profissional Do Docente .....	69
4.8 Experiência No Exercício Da Docência Superior.....	69
4.9 Experiência No Exercício Da Educação A Distância .....	70
4.10 Atuação Do Colegiado De Curso .....	70
4.11 Produção Científica, Cultural, Artística Ou Tecnológica .....	70
5. Infraestrutura .....	70
5.1 Espaço De Trabalho Para Docentes Em Tempo Integral.....	70

5.2 Espaço De Trabalho Para O Coordenador.....	71
5.3 Sala Coletiva De Professores .....	71
5.4 Salas De Aula .....	71
5.5 Acesso Dos Alunos A Equipamentos De Informática .....	71
5.6 Bibliografia Básica Por Unidade Curricular.....	71
5.7 Bibliografia Complementar Por Unidade Curricular .....	72
5.8 Núcleo De Práticas Jurídicas: Atividades Básicas E Arbitragem, Negociação, Conciliação, Mediação E Atividades Jurídicas Reais .....	72
5.9 Comitê De Ética Em Pesquisa (Cep) .....	72
5.10 Ambientes Profissionais Vinculados Ao Curso .....	73
EMENTAS .....	73
BIBLIOGRAFIA BÁSICA E COMPLEMENTAR – 2026 .....	79

## **Apresentação**

O Projeto Pedagógico do Curso de Direito da Universidade de Marília é um documento desenvolvido pelo NDE – Núcleo Docente Estruturante do curso e, periodicamente, passa por atualização e adequação de sua proposta pedagógica. O NDE acompanha a consolidação da proposta pedagógica do curso expressa no PPC.

Aqui se retrata a organização do curso e os modos pelos quais se viabiliza o percurso da formação educacional e profissional e, nesse sentido, apresenta na sua construção o arranjo didático-pedagógico do funcionamento global do curso, envolvendo os recursos humanos, tecnológicos, bibliográficos e de estrutura física, bem como as possibilidades da prática educacional que se encontram articuladas aos conhecimentos teóricos propostos pelas disciplinas, atividades complementares, atividades de pesquisa e extensão, atividades de prática jurídica, projetos de pesquisa e eventos do curso.

Tem por finalidade o aperfeiçoamento significativo da política e da prática universitária, observando a qualidade do ensino nas suas dimensões política, social, técnica e ética, como também o processo educativo voltado a formação dotada de competência técnico-científica e de compromisso social.

Este documento é um instrumento de reflexão e aprimoramento sobre as práticas do curso e está baseado nas Diretrizes Curriculares para os Cursos de Graduação em Direito, constantes na Resolução n. 5 do Conselho Nacional de Educação –CNE/CES de 18 de dezembro de 2018.

Aqui encontram-se delineados e definidos os planos de ação direcionados para a vida acadêmica em toda sua plenitude e para uma perfeita integração dos cursos mantidos pela Unimar, para tanto, se articula com o PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional e o PPI – Projeto Político Institucional, de modo que um forneça subsídios ao outro, e que todos reflitam a filosofia e objetivos da Unimar, permitindo assim o crescimento sustentado da instituição.

É importante destacar que o PDI, o PPI e os PPCs da Unimar são os resultados de um trabalho contínuo e participativo que envolve todos os segmentos da estrutura organizacional da universidade, orientados pelas diretrizes educacionais vigentes e acreditando que o plano resuma os anseios institucionais.

Compreende também o resultado de discussão e participação, docente e discente, realizadas até o momento, permitindo ser um elemento para novas discussões, pois se

acredita que o projeto pedagógico elaborado de maneira participativa e democrática tem maior viabilidade e determinação para sua implantação e efetivação cotidiana.

Assim sendo, este projeto, que teve sua primeira versão em 1994, foi revisto e ampliado, tomando como base tanto a vocação do corpo docente e o perfil dos alunos. Outro fator importante que norteia o Projeto Pedagógico é a dinâmica de mercado e as mudanças socioculturais.

O perfil e estrutura do Curso seguem a vocação principiológica da Universidade, com vistas a formar profissionais capazes de realizar transformações sociais, empreendedores éticos, críticos, conscientes, comprometidos com a formação e o aprendizado contínuo oportunizado pelos Programas de Pós-Graduação Lato Sensu em Direito, Stricto Sensu em Direito com os Programas de Mestrado, Doutorado e Pós-Doutorado em Direito.

*Francis Marília Pádua*

*Coordenadora do curso de Direito*

## **1 APRESENTAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE MARÍLIA - UNIMAR**

A cidade de Marília está localizada no centro-oeste do Estado de São Paulo, é reconhecida nacionalmente como a Capital Nacional do Alimento, título conquistado pela forte presença de indústrias alimentícias que abastecem o Brasil e o exterior. Com mais de 240 mil habitantes, Marília é um polo regional estratégico que integra dinamismo econômico, qualidade de vida e infraestrutura robusta.

Sua economia é diversificada, com destaque para o agronegócio, a indústria de transformação, especialmente no setor alimentício, e o setor de serviços, que cresce de forma contínua impulsionado pela presença de empresas, instituições de ensino e centros de inovação. O parque industrial local conta com mais de 400 indústrias, incluindo marcas de relevância nacional e internacional.

Além da força econômica, Marília se destaca pelo IDH elevado, boa mobilidade urbana, ampla rede de saúde, segurança pública estruturada e um calendário cultural e esportivo ativo. A cidade é um centro de convergência para mais de 1 milhão de pessoas que vivem em sua região de influência, sendo referência em saúde, educação e negócios.

Geograficamente privilegiada, Marília está conectada a importantes rodovias, facilitando o escoamento de produção e o acesso a grandes centros como São Paulo, Bauru, Londrina e Presidente Prudente. Sua localização estratégica também favorece a atração de investimentos e talentos.

A relação entre Marília e a UNIMAR é simbiótica. A cidade fornece um ambiente fértil para o desenvolvimento acadêmico e profissional, enquanto a universidade contribui diretamente para o avanço econômico, social e cultural da região. Por meio de estágios, projetos de extensão e parcerias institucionais, a UNIMAR atua como agente de transformação e como ponte entre o conhecimento acadêmico e as necessidades da sociedade.

Mais do que um centro de formação profissional, a Universidade de Marília é um polo de inovação, cidadania e progresso, refletindo o espírito empreendedor e acolhedor da cidade que a abriga.

A entidade mantenedora da Universidade de Marília – Unimar é a Associação de Ensino de Marília – Ltda, CNPJ – 44.474.898/0001-05 – (código INEP 292).

A mantida é a Universidade de Marília – Unimar, Instituição privada de ensino superior, com fins lucrativos (código INEP 420), reconhecida pela Portaria MEC nº 261 de

25/04/88, publicada no D.O.U. de 26/04/88. A Mantenedora e a mantida estão situadas na cidade de Marília, Estado de São Paulo, à Av. Hygino Muzzi Filho, 1001, Campus Universitário – CEP 17525-902 – Caixa Postal 054 – Fone (14) 2105-4000 – Fax: (14) 3433-8691 - Endereço eletrônico – [www.unimar.br](http://www.unimar.br)

O Diretor Presidente da Associação de Ensino de Marília Ltda e também Reitor da Unimar é o Dr. Márcio Mesquita Serva, RG. 2.727.784-7 SSP-SP, CPF. 025.559.728-20, e-mail: [reitoria@unimar.br](mailto:reitoria@unimar.br) .

A **Universidade de Marília (UNIMAR)** foi fundada em 1956 com o propósito de oferecer educação superior de qualidade no interior do Estado de São Paulo, em uma época em que a região dispunha de poucas opções de formação acadêmica. Sua criação foi impulsionada pela mobilização da comunidade local e pela visão de seus fundadores, que acreditavam no poder transformador da educação para o desenvolvimento regional e social.

Ao longo de seus 69 anos de história, a UNIMAR consolidou-se como uma instituição de referência no cenário educacional brasileiro. Atualmente, conta com milhares de alunos matriculados na graduação presencial, além de estudantes em cursos de graduação a distância e pós-graduação. Mais de 130 mil profissionais já foram formados, o que comprova seu impacto duradouro na sociedade.

Comprometida com a excelência acadêmica, a pesquisa de ponta e o desenvolvimento de soluções inovadoras para os desafios da sociedade, a UNIMAR adota metodologias ativas de aprendizagem, que promovem a participação efetiva dos estudantes em atividades práticas, projetos interdisciplinares e discussões aplicadas. Essa abordagem é sustentada por um corpo docente altamente qualificado e um currículo atualizado, que integra ensino, pesquisa e extensão em todas as etapas da jornada acadêmica.

A UNIMAR destaca-se ainda pela adoção de tecnologias educacionais e pela Plataforma de Carreiras, que aproxima estudantes e egressos de grandes oportunidades, facilitando sua inserção no mercado de trabalho.

Na área da saúde, a UNIMAR mantém um compromisso sólido com a formação de excelência e infraestrutura diferenciada. O **Hospital Beneficente Unimar (HBU)** é referência em atendimento humanizado e ensino clínico, proporcionando aos alunos um ambiente real de aprendizado desde os primeiros semestres. As **clínicas-escola** de diversas especialidades promovem a integração entre teoria e prática. Além disso, centros de pesquisa como o **Centro Interdisciplinar de Diabetes** e projetos de impacto social

como o **Projeto Amor de Criança** reforçam o compromisso com a ciência aplicada e o bem-estar da população. A recente aprovação do **Doutorado Interdisciplinar em Saúde** fortalece ainda mais o papel da Universidade na produção de conhecimento e inovação.

O **Parque Tecnológico da UNIMAR** constitui um ecossistema inovador, que impulsiona a pesquisa aplicada, o empreendedorismo e a conexão entre a academia e o setor produtivo. Empresas e startups encontram no campus um ambiente propício para experimentação, desenvolvimento de novas tecnologias e geração de soluções, especialmente nas áreas de saúde, agronegócio e Indústria 4.0.

A **internacionalização** é outro pilar estratégico da UNIMAR. Parcerias com instituições de diversos países promovem intercâmbios, pesquisas conjuntas e mobilidade acadêmica, ampliando os horizontes de alunos e docentes e preparando-os para atuar globalmente.

**Cuidar de vidas** é a essência da UNIMAR. Na Universidade de Marília, a formação vai muito além da sala de aula. Por isso, a UNIMAR cuida do bem-estar dos estudantes de forma integral, promovendo o equilíbrio entre todas as dimensões da vida: **espiritual, financeira, intelectual, física, social e emocional**, com o compromisso de oferecer um ambiente acolhedor, humano e inspirador, onde cada estudante possa se desenvolver plenamente, com suporte, orientação e oportunidades reais de crescimento pessoal e profissional.

#### **Dimensões do Bem-Estar:**

- **Espiritual:** Momentos de escuta, reflexão e conexão interior, com respeito à diversidade religiosa e espiritual, fortalecendo o propósito e o sentido de vida.
- **Financeiro:** Programas de incentivo, orientação financeira e parcerias que viabilizam o acesso à educação de qualidade com responsabilidade e planejamento.
- **Intelectual:** Ensino de excelência, incentivo à pesquisa, internacionalização, inovação e vivências práticas que despertam o pensamento crítico, a criatividade e a paixão pelo conhecimento.
- **Físico:** Atividades esportivas, programas de saúde, alimentação balanceada, infraestrutura adequada e incentivo à prática de hábitos saudáveis.
- **Social:** Ambiente inclusivo, diversidade, projetos de extensão, voluntariado e ações que fortalecem o senso de comunidade e o protagonismo social.
- **Emocional:** Acolhimento psicológico, orientação psicopedagógica, rodas de conversa e ações voltadas ao autocuidado, à empatia e à saúde mental.

A UNIMAR mantém parcerias com instituições públicas e privadas, centros de pesquisa e empresas, promovendo estágios, programas de inovação e ações de impacto social. Mais de 20 empresas estão sediadas dentro do campus, permitindo aos alunos a vivência prática integrada à formação acadêmica. Durante a pandemia, a Universidade teve papel fundamental no acolhimento à população, contribuindo com atendimentos no hospital universitário e diversas ações de apoio à saúde pública.

Além disso, a UNIMAR participa ativamente de importantes **redes de cooperação institucional**, que promovem o intercâmbio de boas práticas, inovação e desenvolvimento estratégico no ensino superior. Entre elas destacam-se:

- **Rede 14 do Semesp;**
- **Rede de Autoavaliação Institucional;**
- **G7**, grupo formado por instituições de referência;
- **MetaRed**, iniciativa internacional voltada à transformação digital nas universidades;
- E as redes temáticas nas áreas de **Educação a Distância (EAD), Pesquisa Institucional (PI), Saúde, Medicina e Marketing.**

Essas conexões fortalecem a atuação da UNIMAR em um ecossistema colaborativo, contribuindo para a melhoria contínua de seus processos acadêmicos, administrativos e de gestão.

A UNIMAR foi sede, em 2024, do **CONIC – Congresso Nacional de Iniciação Científica**, o maior evento de iniciação científica do Brasil, promovido pelo Semesp. A realização do CONIC em nosso campus representa o reconhecimento do compromisso da UNIMAR com a pesquisa científica, a inovação e a formação de estudantes protagonistas do conhecimento. O evento reuniu alunos de graduação de instituições de ensino superior de todo o país, que apresentaram seus projetos de pesquisa nas mais diversas áreas do saber, em um ambiente de troca, aprendizado e valorização da produção acadêmica.

No âmbito da **pós-graduação stricto sensu**, a UNIMAR oferece programas reconhecidos pelo Ministério da Educação e aprovados pela CAPES. São eles:

- Mestrado e Doutorado Acadêmico em Direito;
- Mestrado e Doutorado Acadêmico em Interações Estruturais e Funcionais da Reabilitação;
- Mestrado Profissional em Saúde Animal, Produção e Ambiente;
- Mestrado Profissional em Administração de Organizações Inovadoras.

Em 2023, 2024 e 2025, a UNIMAR recebeu novamente o **Selo Instituição Socialmente Responsável**, concedido pela **ABMES – Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior**, e o selo de "Instituição Comprometida com a **Empregabilidade**", pelo **Indicador ABMES/Symplicity de Empregabilidade (IASE)**. Também foi reconhecida como um dos **Melhores Lugares para se trabalhar**, resultado de uma cultura institucional sólida, humanizada e comprometida com o bem-estar e a valorização de cada pessoa que constroi essa universidade todos os dias.

Com uma trajetória marcada pela excelência acadêmica, responsabilidade social e compromisso com o futuro, a UNIMAR segue **formando profissionais preparados, cidadãos conscientes e agentes de transformação para o Brasil e o mundo**.

## **1.1 Missão**

A Universidade exerce papel preponderante na vida e desenvolvimento da região de Marília; a ela compete promover a união do trinômio: escola, família e comunidade. O Plano de Desenvolvimento Institucional coloca como **MISSÃO DA UNIVERSIDADE**:

***“A Universidade de Marília tem como MISSÃO, respeitando o trinômio ensino, pesquisa e extensão, formar o profissional ético e competente, capaz de constituir o próprio conhecimento, promover a cultura, o intercâmbio, a fim de desenvolver a consciência coletiva na busca contínua da valorização e solidariedade humana.”***

## **1.2 Histórico**

A Universidade de Marília (UNIMAR) está localizada na região centro-oeste do Estado de São Paulo, na cidade de Marília, que conta com mais de 237.627 habitantes. (IBGE, 2022). A economia da região é composta pelos setores da indústria, agronegócio e de serviços. A cidade de Marília contabiliza cerca de 30.000 empresas (ECONODATA, 2020), além de um parque industrial com 478 indústrias (FIESP, 2020) prevalecendo as das áreas de metalurgia e de alimentos, tornando-se um polo econômico regional. Nesse sentido, os cursos da UNIMAR contribuem com as demandas de desenvolvimento socioeconômico, tecnológico e cultural em sua área de abrangência.

Iniciou como instituição isolada de ensino superior na década de 1950, com Regimento Integrado desde 1975, quando passou a ser denominada Faculdades

Integradas de Marília. Entre 1972 até seu reconhecimento como Universidade de Marília em 1988, foram marcantes as realizações em termos de expansão de cursos superiores, aquisição de áreas de terrenos e obras de construção.

A Associação de Ensino de Marília (mantenedora) foi fundada em dezembro de 1956. Mantenedora e mantida tinham a mesma denominação e apenas o curso superior de Ciências Econômicas era oferecido. Em 1971, ocorreu a instalação do curso de Educação Física. O prestígio alcançado pela formação de profissionais do esporte conquistou a confiança da população e fez com que a Entidade Mantenedora planejasse a criação de outros cursos superiores. Em 1973, foram criados os cursos de Ciências Contábeis; Administração de Empresas; Pedagogia com as habilitações em Magistério para o ensino de 2º grau, Administração Escolar e Orientação Educacional; Letras com as habilitações Português/Francês, Português/Inglês e Português/Literaturas. Em 1975 foram instalados: Estudos Sociais com habilitação em Educação Moral e Cívica; o de Ciências com habilitação em Matemática e o de Educação Artística com as habilitações em Desenho e Artes Plásticas. Ainda nesse ano, foram autorizados a funcionar os cursos de Psicologia e Serviço Social. Além dessas conquistas, em 1975, a Associação de Ensino de Marília obteve aprovação do CFE de seu Primeiro Regimento Integrado, tornando seus cursos integrados denominados Faculdades Integradas de Marília.

Na década de 1970 foi adquirida extensa faixa de terra. Assim, inauguraram-se as instalações do campus universitário em 1976. Posteriormente, outros cursos foram sendo criados e reconhecidos e o campus se ampliando com muitas construções, onde foram se instalando laboratórios e ambientes especiais. Em 1978 foi criado o curso de Odontologia. A pós-graduação "lato sensu" está sendo oferecida desde o início dos anos setenta. Em 1985, a Associação de Ensino de Marília assumiu a manutenção da Instituição Tamoios de Ensino da cidade de Tupã e assim passou a oferecer Arquitetura e Urbanismo, totalizando 21 cursos superiores entre os dois campi. Ainda em 1985 foi encaminhada e aprovada pelo MEC a Carta Consulta solicitando a transformação das Faculdades Integradas em Universidade, pela via do Reconhecimento. Durante o processo de Reconhecimento, a Comissão de Especialistas designada pelo MEC, mensalmente, durante quase dois anos, permanecia vários dias na instituição, avaliando sua estrutura e funcionamento, bem como as condições econômico-financeiras para ser desenvolvido o projeto de Universidade proposto na Carta Consulta.

Essa avaliação global incluiu também a autoavaliação, a qual, através de indicadores, facilitou o estabelecimento de prioridades na implantação do projeto de

Universidade. Em 25 de abril de 1988, por meio da Portaria Ministerial nº 261 foi reconhecida a Universidade de Marília. Foram criados novos cursos de todas as áreas do conhecimento, com predominância dos da saúde. O plano de expansão aprovado mediante o reconhecimento da Universidade previa a criação de cursos de todas as áreas do conhecimento, com predominância, os da saúde. Posteriormente, já como Universidade, no uso da autonomia conferida pela Constituição Federal, foram criados novos cursos.

A UNIMAR presta relevantes serviços à comunidade, principalmente, aqueles ligados à saúde através do Hospital Universitário, laboratório de Análises Clínicas, das Clínicas de Odontologia, Psicologia, Planeta Soja, Fisioterapia, Clínica de Nutrição e ainda pelo Hospital Veterinário. Na área de Ciências Humanas, o curso de Direito, Administração e Ciências Contábeis também atendem a comunidade. No que diz respeito ao curso de Administração e Ciências Contábeis, a UNIMAR disponibiliza à comunidade o Núcleo de Apoio Contábil e Fiscal (NAF), um projeto desenvolvido pela Receita Federal em parceria com Instituições de ensino superior, cujo objetivo é oferecer serviços contábeis e fiscais gratuitos para pessoas físicas e jurídicas de menor poder aquisitivo.

Vale destacar que a Universidade mantém um centro de conciliação em parceria com o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, o qual atende cerca de cinco mil pessoas por ano. Fruto dessa parceria, o CEJUSC Itinerante foi premiado em 2015 pelo Conselho Nacional de Justiça, no prêmio "Conciliar é Legal".

A pesquisa é estimulada pela Universidade de Marília por meio do Núcleo Integrado de Pesquisa e Extensão, que possibilita a publicação indexada das pesquisas desenvolvidas pelo corpo docente e discente da UNIMAR, além da institucionalização do Programa Institucional de Iniciação Científica – PIIC.

Em 1996 a UNIMAR passou a oferecer o curso de Medicina e o principal campo de estágio é o Hospital Universitário com mais de 150 leitos destinados para o SUS e atualmente com três torres. O Hospital Universitário é certificado como Hospital de Ensino, através de Portaria Interministerial 2161, de 30 de setembro de 2013 e mantém doze programas de residência: Clínica Médica, Área Cirúrgica Básica, Pediatria, Obstetrícia e Ginecologia, Medicina da Família e Comunidade, Radiologia, Anestesiologia, Ortopedia, Cardiologia, Cirurgia do Aparelho Digestivo, Medicina Intensiva e Neonatologia.

O Hospital Universitário desenvolve também assistência ambulatorial através de Unidades Básicas de Saúde do município e possui um Ambulatório Médico no Campus Universitário. Através de convênio firmado com a Prefeitura Municipal de Marília, é cogestor da Unidade de Pronto Atendimento – UPA, da zona norte da cidade (inaugurada em

2015), bem como atua nas unidades básicas de saúde (UBS) e nos programas de serviço da família (PSF).

Destaca-se a importância da presença ativa da CPA da UNIMAR e os resultados coletados a partir dos instrumentos de pesquisa aplicados efetivamente tornaram-se norteadores de ações administrativas, técnicas e pedagógicas, auxiliando efetivamente na melhoria da qualidade almejada pela instituição. A Ouvidoria UNIMAR é um espaço de acolhida e escuta de toda comunidade universitária. Com relação às notas obtidas por meio dos indicadores de qualidade do Ministério da Educação, o Índice Geral de Cursos da instituição se apresenta da seguinte maneira:

<b>ÍNDICE GERAL DE CURSOS/ANO</b>	<b>CONCEITO</b>
<b>IGC 2023</b>	4 (3,1380)
<b>IGC 2022</b>	4 (3,2542)
<b>IGC 2021</b>	4 (3,3275)
<b>IGC 2020</b>	-----
<b>IGC 2019</b>	4 (3,3214)
<b>IGC 2018</b>	4 (3,0420)
<b>IGC 2017</b>	4 (2,9950)
<b>IGC 2016</b>	4 (2,9745)
<b>IGC 2015</b>	3 (2,9386)

Fonte: MEC/INEP

A instituição mantém PROUNI e FIES. A Unimar fornece apoio aos docentes para programas de mestrado ou doutorado, muitas vezes permitindo que o docente se afaste ou ministre menos aulas. Há também a possibilidade de os docentes serem capacitados no mestrado e doutorado da própria instituição. As políticas institucionais para a pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu* são implementadas tendo sempre em vista a integração com os discentes e docentes da graduação. Em 2025 a Universidade de Marília dispõe 36 cursos de especialização *lato sensu* e MBA, ofertando educação de qualidade em todas as áreas de conhecimento. No *stricto sensu* a Unimar oferece mestrado acadêmico em Administração, Direito, Saúde e Saúde Animal, Produção e Ambiente, doutorado em Direito e Saúde, Pós-Doutorado em Direito.

O ano de 2018 marcou a inserção definitiva da Universidade de Marília na Educação à Distância, com a mesma qualidade e eficiência de seus cursos presenciais, a UNIMAR EAD atualmente disponibiliza 36 cursos de pós-graduação e 42 cursos de graduação nas modalidades a distância.

Em sua trajetória de mais de sessenta anos, a Universidade de Marília sempre esteve atenta às condições do universo educacional e profissional, primando pela excelência do ensino, pesquisa e extensão.

### **1.3 Organograma**

A estrutura organizacional com as instâncias de decisão da UNIMAR obedece ao Estatuto Social da Mantenedora e o Regimento Geral da Universidade de Marília, a UNIMAR está organizada em um só campus, com seus Cursos constituindo-se em unidades de ensino no âmbito da Universidade.

A estrutura organizacional da UNIMAR está composta de:

#### **I- Órgão da Administração Superior**

- Conselho Universitário- CONSUNI
- Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão- CONSEPE

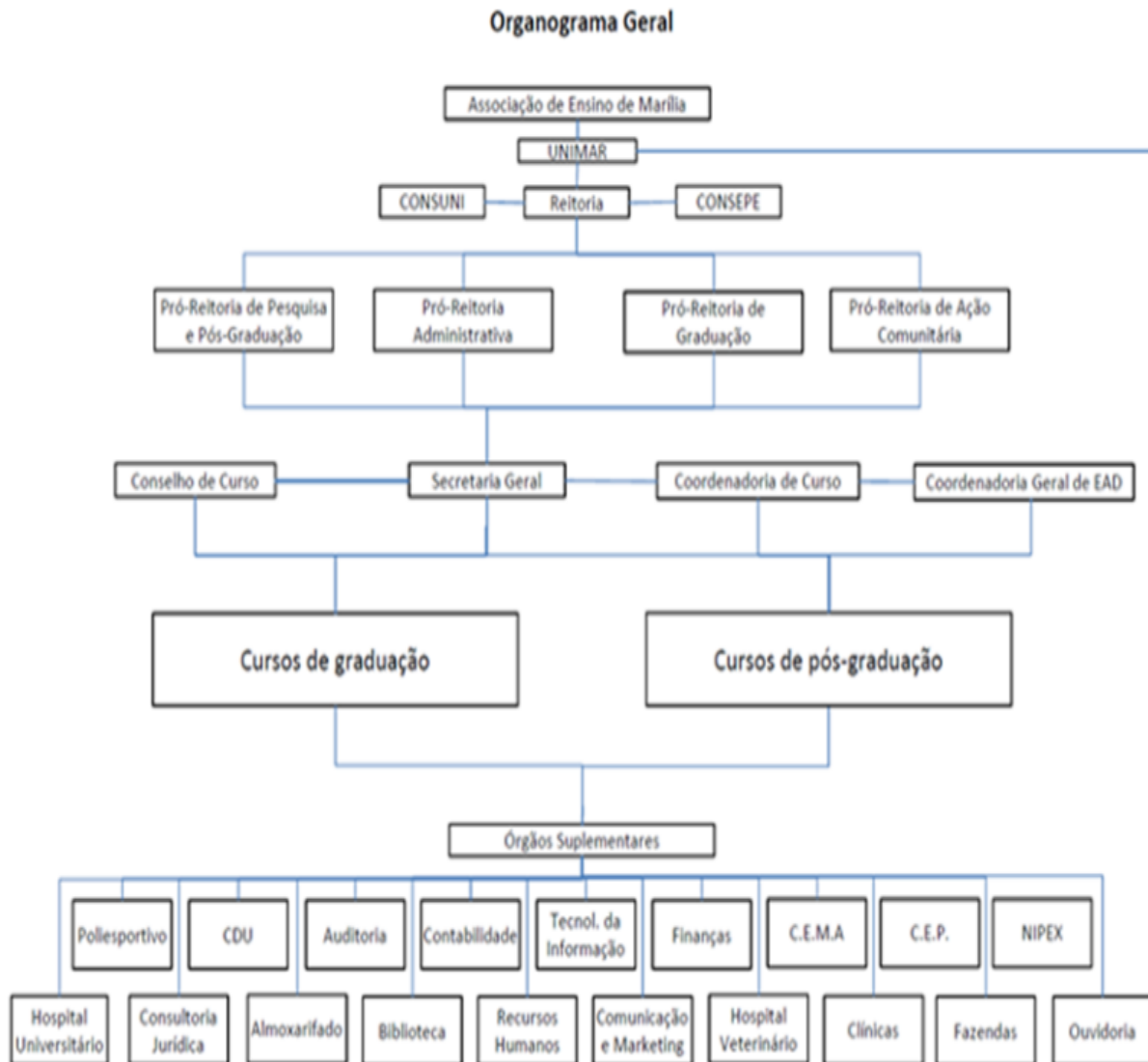
#### **II- Órgão da Administração Direta**

- Reitoria
- Pró- Reitorias
- Secretaria Geral

#### **III- Órgãos da Administração Intermediária**

- Coordenações de Cursos

Conselho de Curso /Colegiado de Curso

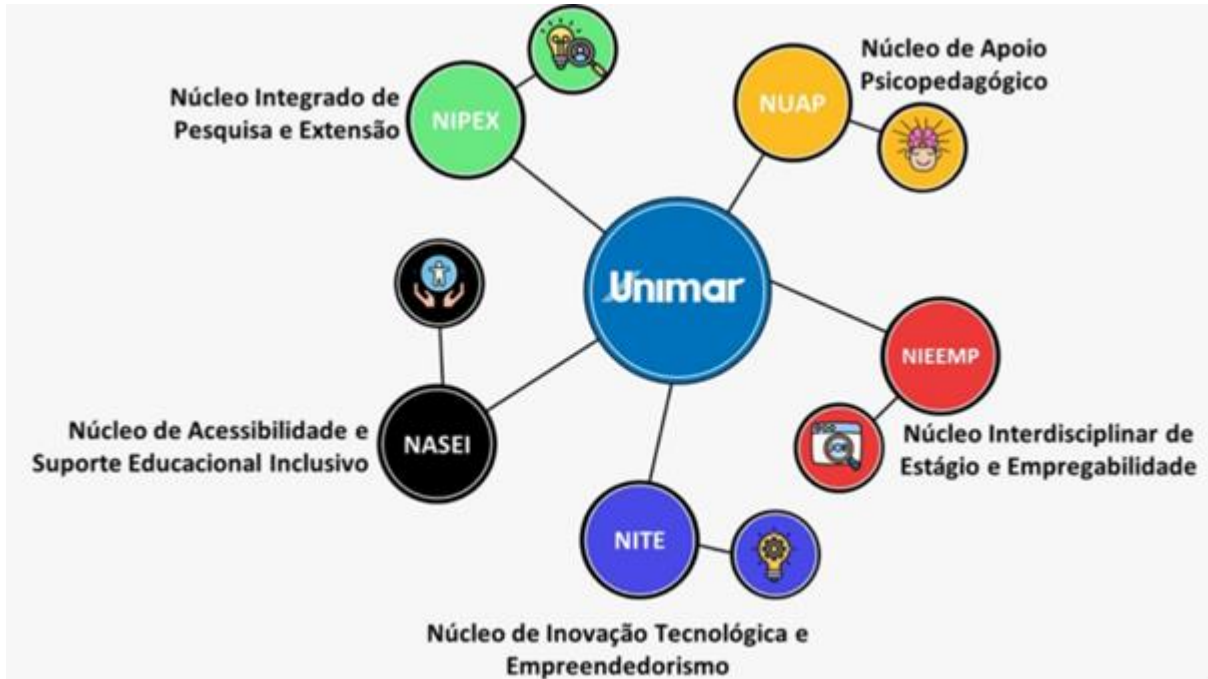


## 1.4 Apresentação dos núcleos da Unimar

A estrutura de apoio aos estudantes é reforçada por núcleos institucionais que desempenham papel essencial na promoção da qualidade de vida acadêmica:

- **NIPEX** (Núcleo Integrado de Pesquisa e Extensão): articula ações de iniciação científica e projetos extensionistas;
- **NUAP** (Núcleo de Apoio Psicopedagógico): oferece suporte emocional, pedagógico e psicológico;
- **NIEEMP** (Núcleo Interdisciplinar de Estágio e Empregabilidade): promove a inserção profissional e acompanha os egressos;

- **NITE** (Núcleo de Inovação Tecnológica e Empreendedorismo): estimula a cultura empreendedora e o desenvolvimento de soluções inovadoras;
- **NASEI** (Núcleo de Acessibilidade e Suporte Educacional Inclusivo): assegura a inclusão plena de estudantes com deficiência ou necessidades educacionais específicas.



## ÓRGÃOS COLEGIADOS

### 1.4.1 Conselho Universitário – CONSUNI

O CONSUNI é órgão máximo de natureza consultiva, deliberativa e normativa; é constituído pelo Reitor, Vice-Reitor, Pró-Reitores, representantes da Mantenedora (por ela indicados) e, eleitos por seus pares, Coordenadores de Curso, membros do Corpo Docente, Discente e representantes do Corpo Técnico-Administrativo. A ele compete definir, propor, criar, fixar, regulamentar, homologar, aprovar, decidir, exercer todas as medidas referentes aos objetivos, ações de ensino, pesquisa e extensão e prazos da Universidade, sempre em observância à legislação de ensino, como também às condições econômico-financeiras da entidade mantenedora, Estatuto e Regimento Geral.

### 1.4.2 Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE

O CONSEPE é órgão de natureza consultiva e deliberativa, destinado a orientar, coordenar e supervisionar o ensino, pesquisa e extensão da Universidade; é constituído pelo Reitor, Vice-Reitor, Pró-Reitores, Coordenadores de Curso, representantes do Corpo Docente de cada Curso e por um representante do Corpo Discente. A ele compete zelar, definir, propor, manifestar-se, aprovar, emitir parecer sobre as ações da IES referentes ao ensino, pesquisa e extensão, em observância à legislação de ensino, Estatuto e Regimento da UNIMAR.

### **Conselho de Curso**

Órgão deliberativo no que tange às questões acadêmicas pertinentes ao próprio curso é constituído pelo Coordenador do Curso, por docentes e representantes discentes. Compete-lhe fixar as diretrizes gerais e os objetivos das disciplinas e atividades do curso; acompanhar, avaliar e controlar a execução curricular, zelando pelo cumprimento do conteúdo programático e duração das disciplinas e atividades; estabelecer as normas específicas para o estágio curricular supervisionado ou a elaboração e apresentação da monografia; sugerir ou emitir parecer em alterações curriculares ou metodológicas, entre outras competências.

## **2 HISTÓRICO DO CURSO DE DIREITO**

O Curso de Direito da Unimar – Universidade de Marília foi instalado em 08 de fevereiro de 1990, ocasião em que sediou a sua primeira turma, cujo ingresso se deu pela via do vestibular, turma esta que concluiu o curso de graduação no ano de 1.993, formando seus primeiros 39 bacharéis em Direito.

O Curso foi reconhecido pelo Governo Federal “*ex vi*” da Portaria nº 200/94, publicado no D.O.U. de 07 de fevereiro de 1.994, e hoje, encontra-se adaptado às exigências da Resolução CNE/CES nº 5 de 18 de dezembro de 2018, com atendimento às novas diretrizes curriculares dos Cursos de Graduação em Direito.

No ano de 2009, o Curso passou por Processo de Renovação (Processo EMEC n. 20081398) obtendo parecer favorável da Comissão de Ensino Jurídico do Conselho Federal da OAB em 27/06/2009 e a renovação do reconhecimento do Curso através da Portaria nº

263/12 publicada no D.O.U. em 20 de novembro de 2012. Em junho de 2020, foi renovado o reconhecimento do curso através da Portaria nº 210, de 25 de junho de 2020.

O Projeto Pedagógico do Curso, por meio do NDE, periodicamente, passa por revisão e atualização, em face da Portaria Prograd n. 31, de 24 de julho de 2014, que determina sua atualização constante, assim como por meio de solicitações do próprio NDE.

O curso de Direito conta com resultados totalmente satisfatórios, no que tange a avaliações pelo ENADE.

Resultado da prova Enade e do Conceito Preliminar do Curso – CPC obtidos nos anos em que o curso foi avaliado pelo SINAIS:

ENADE/ANO	CONCEITO DE CURSO (CC)	CONCEITO PRELIMINAR DE CURSO (CPC)
<b>2006</b>	2	3
<b>2009</b>	4	5
<b>2012</b>	4	4
<b>2015</b>	3	4
<b>2018</b>	3	4
<b>2022</b>	3	4

No período de **22 a 24/04/2015** o curso recebeu a **visita da Comissão de Avaliadores do MEC**, que avaliou o curso com o **conceito máximo 5 (cinco)**.

No ano de 2019 foi protocolado junto ao INEP o pedido de autorização para funcionamento do curso de Direito na modalidade EAD, obtendo conceito máximo 5 (cinco) pela Comissão de Avaliadores do MEC.

## **2.1 Atos Regulatórios do Curso**

O curso de Direito da UNIMAR foi reconhecido pelo Governo Federal “ex vi” da Portaria nº 200/94, publicado no D.O.U. de 07 de fevereiro de 1.994. Este Projeto Pedagógico foi concebido com base na Lei nº 9.394/96, que instituiu as Diretrizes e Bases da Educação Nacional; bem como na Resolução CNE/CES nº 05/2018, que estabeleceu as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Direito; assim como na Resolução CNE/CES nº 02/2007, que dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial; na Resolução CNE/CES nº 03/2007, que dispõe sobre procedimentos relativos

à hora/aula; no Decreto nº 5.626/2005, que trata da oferta da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS; na Lei nº 11.788/2008 que trata dos estágios curriculares obrigatórios e não obrigatórios; no Parecer CNE/CP 003/2004 que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana; no Decreto Nº 4.281, de 25 de junho de 2002 que regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 que institui a Política Nacional de Educação Ambiental; no Decreto nº 5.296/2004, que institui a observância de infraestrutura institucional com plenas condições de acessibilidade para portadores de necessidades especiais e na Instrução Normativa nº 01, de 06 de dezembro de 2008, da Comissão Nacional de Ensino Jurídico do Conselho Federal da OAB.

O curso obteve a renovação de reconhecimento em pela Portaria nº 263/12 publicada no D.O.U. em 20 de novembro de 2012 e, posteriormente, obteve a renovação por meio da Portaria n. 210/20, de 25 de junho de 2020.

## **2.2 Justificativa do Curso**

O Curso de Direito justifica-se pela relevância social, política e econômica da formação jurídica em um Estado Democrático de Direito, considerando a centralidade do ordenamento jurídico na organização da sociedade, na mediação de conflitos e na promoção da justiça social.

A Constituição da República Federativa do Brasil estabelece como fundamentos a cidadania, a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, exigindo profissionais qualificados para a efetivação dos direitos e garantias fundamentais. Nesse contexto, o bacharel em Direito desempenha papel essencial na defesa da ordem jurídica, na consolidação das instituições democráticas e na promoção do acesso à justiça.

Além disso, as transformações sociais, tecnológicas e econômicas contemporâneas impõem novos desafios ao campo jurídico, tais como a proteção de dados, os direitos digitais, as relações de consumo em ambiente virtual, a mediação e os métodos adequados de solução de conflitos, a sustentabilidade, os direitos humanos e as novas configurações das relações de trabalho. Tais demandas reforçam a necessidade de formação sólida, crítica e interdisciplinar.

A oferta do Curso de Direito também se fundamenta:

- Na crescente complexidade das relações sociais e jurídicas;

- Na demanda regional por profissionais qualificados para atuação nas esferas pública e privada;
- Na necessidade de fortalecimento das instituições locais, incluindo Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, advocacia pública e privada, e demais carreiras jurídicas;
- No compromisso institucional com o desenvolvimento regional e a responsabilidade social.

Ademais, a oferta do curso coaduna-se com a missão institucional de promover ensino, pesquisa e extensão integrados, contribuindo para a formação de profissionais críticos, reflexivos, comprometidos com a justiça social, os direitos humanos e a transformação da realidade.

Por fim, o Curso de Direito pretende formar bacharéis aptos ao exercício das diversas carreiras jurídicas — como advocacia, magistratura, Ministério Público, Defensoria Pública, delegacia de polícia, procuradorias e demais funções públicas e privadas — bem como preparados para a atuação acadêmica e para a educação continuada, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e para a consolidação do Estado Democrático de Direito.

### **3 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA**

#### **3.1 Políticas Institucionais no Âmbito do Curso**

O curso de Direito apresenta estrutura principiológica compatível com a missão institucional e se define embasado pelos princípios da Sociabilidade, Eticidade e Operabilidade.

Os propósitos instituídos no Projeto Institucional, da Unimar, e em consonância com a missão perseguida, são incorporados pelo Projeto Pedagógico do Curso de Direito, visando a formação de quadros profissionais de nível superior, produtores de investigação científica, tecnológica e humanística, difundindo e colocando à disposição da comunidade suas conquistas, através de plano de trabalho e metas seguintes:

- Investir e manter a qualidade do corpo docente, desenvolvendo em paralelo, plano de capacitação docente.

- Explicitar a adequação do método em relação ao ensino jurídico operacionalizando metodologia compatível e eficaz na informação, transmissão e geração do conhecimento jurídico.
  - Ofertar cursos de atualização em metodologia do ensino, para o corpo docente.
  - Consolidar o Núcleo de Pesquisa fomentando a investigação científica a partir da definição de linhas de pesquisa, projetos, grupos de pesquisadores, envolvendo o corpo docente e discente.
  - Organizar a iniciação científica otimizando o fomento e a disseminação.
  - Implementar a Extensão através do Núcleo de Prática Jurídica, articulando, ainda mais teoria e prática jurídicas.
  - Estimular a realização de Atividades Complementares definindo uma agenda anual de eventos jurídico-culturais organizados, em conjunto, pelo corpo docente e discente do programa.
  - Implementar a pós-graduação *lato e stricto sensu*.
  - Ampliar intercâmbios culturais, convênios e programas de Cooperação nacional e internacional.
  - Revitalizar a biblioteca com a atualização e ampliação do acervo de livros, periódicos, vídeos, mídias nacionais e internacionais.
- Operacionalizar programa de qualidade total para a secretaria geral do curso, objetivando a melhor organização de serviços, atendimento ao corpo docente e discente capazes de gerar celeridade e eficiência indispensáveis ao setor.
- Adquirir material e equipamento de apoio pedagógico compatível com as necessidades e exigências do ensino eficaz.
  - Zelar pelas instalações físicas do Curso acompanhando a manutenção e reforma do prédio com a indicação de outras necessidades, tudo em benefício da qualidade do local de estudo e trabalho.

Além das metas afirmadas, o presente Projeto Pedagógico constrói-se a partir do ideário pedagógico instituído no Projeto Institucional e está organizado de acordo com o Regimento Geral da Universidade de Marília, em seu Título III, que dispõe sobre a Organização Didática dos cursos. Deste modo o curso é sequencial, conforme dispõe o seu artigo 41, I e de graduação, conforme inciso II do mesmo artigo.

Tendo em vista o proposto no PDI, no PPC e nas Diretrizes Curriculares Nacionais aprovadas pelo MEC, a UNIMAR, preocupada com programas que possibilitem a formação do profissional competente e do cidadão, para atuar em sua área profissional, assim como nos processos de transformação social, como também de criar alternativas com potencial, para enfrentar as problemáticas que emergem do mundo contemporâneo. Deste modo estabeleceu como metas de uma política de ensino de graduação as seguintes diretrizes:

1. O ensino deve pautar-se pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; os projetos pedagógicos devem ser construídos coletivamente, devendo ser flexíveis, de modo a absorver transformações ocorridas nas diferentes fronteiras das ciências; a formação deverá ser integral para possibilitar a compreensão das relações do trabalho, de alternativas sócio-políticas de transformação da sociedade, de questões de fundo relacionadas ao meio ambiente e à saúde na perspectiva de construção de uma sociedade sustentável.
2. Os programas e planos de ensino devem priorizar a interdisciplinaridade; a predominância da formação sobre a informação; a articulação entre a teoria e prática e a promoção de atividades educativas de natureza científica e de extensão.
3. Desenvolvimento de um programa contínuo de avaliação do ensino da graduação, visando à melhoria da sua qualidade, sendo seus princípios: a globalidade, isto é, a avaliação não se restringirá a uma ou algumas atividades; comparabilidade; respeito à identidade dos cursos; caráter não punitivo nem premiativo; legitimidade; continuidade de ações que permita comparação dos dados em diferentes momentos, ensejando à avaliação da natureza processual; pertinência ou reconhecimento por todos os agentes da legitimidade do processo avaliativo, seus princípios norteadores e seus critérios e participação coletiva. E por fim, o acompanhamento dos egressos da UNIMAR, os concluintes de seus cursos de graduação.
4. A concretização das propostas deste Plano requer um novo perfil docente. O docente UNIMAR terá, necessariamente, formação científica na sua área de conhecimento, o que requer pós-graduação “*stricto sensu*”, com permanente atualização. Este docente terá ampla e crítica compreensão dos métodos que produziram o conhecimento acumulado, de modo a introduzir todo aluno aos fundamentos e aos métodos científicos. Esta competência primeira não se concentra exclusivamente no domínio da ciência. Esse docente precisará, necessariamente, ter competência formadora, isto é, competência pedagógica.

Considerando o perfil profissional pretendido pela IES para o formando temos que, como decorrência, o perfil do egresso de nossos cursos de graduação apresenta as seguintes características básicas.

- I. Formação humanística, técnica e prática, indispensável à adequada compreensão interdisciplinar e das transformações sociais;
- II. Capacidade de apreensão, transmissão crítica e produção criativa, aliada ao raciocínio lógico, à consciência da necessidade de permanente atualização, não só técnica, mas como processo de educação ao longo da vida;
- III. Capacidade para equacionar problemas e buscar soluções harmônicas com as exigências sociais;
- IV. Visão atualizada do mundo e, em particular, consciência solidária dos problemas de seu tempo e de seu espaço

Por último, verifica-se que a concepção do curso de Direito incorpora os aspectos situados acima e extraídos do PDI Unimar.

### **3.2 Objetivos do Curso**

A proposta pedagógica do Curso de Direito da UNIMAR está conectada com as demandas atuais da sociedade, buscando formar profissionais preparados para atuar com ética, senso crítico e compromisso social. O projeto contempla as necessidades de uma formação jurídica atualizada, contribuindo para o fortalecimento do Direito e para o desenvolvimento da região.

Com base nas características socioeconômicas de Marília e região — em crescimento nos setores da indústria alimentícia, agronegócio, serviços e saúde — o curso tem como foco atender à crescente demanda por profissionais qualificados para atuar em diferentes áreas do Direito.

O perfil do egresso foi pensado de forma integrada com essa realidade, a partir de um currículo inovador, voltado à análise de problemas concretos do território local e regional. O curso aposta na articulação entre ensino e pesquisa como caminho para propor soluções jurídicas que contribuam com o desenvolvimento social e a melhoria da qualidade de vida.

A estrutura curricular, além de contemplar os conteúdos fundamentais do Direito, foi organizada para responder às transformações do cenário jurídico contemporâneo. O

objetivo é formar um profissional conectado com os desafios sociais e com a necessidade de promover justiça em diferentes contextos.

A proposta do curso valoriza a inovação e acompanha as mudanças sociais, econômicas e tecnológicas do país, sem perder de vista a realidade das comunidades atendidas pelos polos presenciais da UNIMAR. Por isso, o Projeto Pedagógico apresenta objetivos gerais, específicos e operacionais organizados de forma clara e progressiva ao longo das séries, garantindo uma formação sólida e coerente.

### **Objetivo Geral**

O curso de Direito da UNIMAR tem como objetivo geral proporcionar uma formação sólida em conhecimentos jurídicos, articulada a uma visão ampla, humanística e crítica da sociedade. Busca desenvolver no estudante a capacidade de análise, argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais, além de estimular o domínio das formas tradicionais e alternativas de resolução de conflitos, com especial atenção à mediação. A formação propicia uma postura reflexiva, autônoma e crítica, indispensável ao exercício ético e comprometido da profissão, à promoção da justiça e à efetivação da cidadania, em consonância com o artigo 3º das Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Graduação em Direito (Resolução nº 5/2018).

O curso também contribui para a formação cidadã e profissional do futuro operador do Direito, ao permitir:

- compreensão do Direito contemporâneo como instrumento de pacificação social e justiça, com base em fundamentos éticos e sociais;
- acesso a uma formação crítica e filosófica do saber jurídico;
- articulação entre teoria e prática com base em rigor metodológico;
- e a análise crítica e contextualizada dos conteúdos jurídicos, voltada a uma atuação transformadora da realidade, com ênfase no uso de métodos adequados de solução de conflitos, como a mediação, a conciliação e a arbitragem.

### **Objetivos Específicos**

O curso busca, especificamente:

- a) interpretação do Direito e sua aplicação no âmbito individual e social potencializando as capacidades de compreensão, interpretação, argumentação e aplicação do Direito;

- b) pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito para produção de conhecimento jurídico construtivo;
- c) produção criativa do Direito;
- d) utilização do raciocínio lógico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;
- e) compreensão interdisciplinar do Direito e dos instrumentos e técnicas para sua aplicação à realidade individual e social;
- f) capacidade de julgar e de tomar decisões;
- g) percepção do fenômeno jurídico em suas formas de expressão cultural;
- h) fornecer aos graduados conhecimento jurídico nas áreas dos direitos materiais, a partir de uma visão sistêmica, interdisciplinar, e crítica, da grande subárea;
- i) fornecer aos graduados a possibilidade de profundo estudo do Direito Processual, desenvolvendo as correlações indispensáveis, em relação aos Direitos materiais, e ainda, incluindo-se a correlação prático-teórica;
- j) senso ético-profissional, associado à responsabilidade social, com a compreensão dos fins sociais da norma jurídica e do aprimoramento da sociedade;
- k) promover a resolução de conflitos com base nas exigências sociais, incentivando o uso de meios extrajudiciais como a mediação, a conciliação e a arbitragem;
- l) desenvolver habilidades práticas e teóricas voltadas à mediação de conflitos, como técnica essencial para a pacificação social e a construção do consenso;
- m) despertar, no estudante de Direito, o interesse e capacidade, para compreender as adequações ou não do Direito à realização da Justiça Social;
- n) incentivar potencialidades para a formulação de composições, em relação ao acesso ou não-acesso, (incluídos e excluídos), à Justiça, como forma de exercício profissional e de cidadania.

### Objetivos Operacionais

Como objetivos operacionais que revelem as competências cognitivas, instrumentais e interpessoais que capacitem o graduando a:

- a) leitura, análise, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo e a devida utilização das normas técnico-jurídicas;

- b) correta utilização da linguagem - com clareza, precisão e propriedade – fluência verbal e riqueza de vocabulário;
- c) capacidade de utilização das novas tecnologias, em especial a informática, no exercício da profissão;
- d) o domínio de uma língua estrangeira, preferencialmente as de maior acesso ao conhecimento jurídico;
- e) interpretar e aplicar normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando os sistemas estrangeiros e comparado e articulando o conhecimento teórico na resolução dos problemas;
- f) domínio de instrumentos de metodologia jurídica, compreendendo e aplicando conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito;
- g) adquirir capacidade para e técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicos com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito;
- h) valorização dos meios consensuais de solução de conflitos, especialmente a mediação, como instrumento de promoção da cultura de paz e da efetividade do acesso à justiça;
- i) compreensão da hermenêutica e os métodos interpretativos;
- j) capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, jurisprudência, doutrina e outras fontes do Direito;
- k) atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais; uso adequado da terminologia e das categorias jurídicas;
- l) aceitar a diversidade e o pluralismo cultural;
- m) desenvolver capacidade de trabalhar em equipe de profissionais ou em caráter interdisciplinar;
- n) apreensão de conceitos deontológicos-profissionais e o desenvolver perspectivas transversais em direitos humanos.

### **Objetivos Específicos do Curso na Ótica de suas Séries Escalonadas:**

Inicialmente demonstrada a visão ampla dos objetivos do curso, assim como a especificidade dos propósitos, agora se contempla os objetivos específicos sob a ótica verticalizada ou afunilada das cinco séries escalonadas que compõem a estrutura máxima do curso.

**Ano/Termos**

**Objetivos Específicos**

<b>1º Ano (1º e 2º termos)</b>	Integrar o aluno à vida acadêmica e à cultura universitária; Apresentar e consolidar conceitos fundamentais do Direito; Estimular o trabalho em equipe e as habilidades interpessoais; Incentivar a leitura crítica e a pesquisa bibliográfica como ferramentas formativas.
<b>2º Ano (3º e 4º termos)</b>	Compreender a natureza dos fenômenos jurídicos e suas relações com aspectos sociais e econômicos; Iniciar o aluno na investigação científica; Estimular a autogestão acadêmica e a participação universitária; Consolidar o hábito da leitura crítica e da pesquisa;
<b>3º Ano (5º e 6º termos)</b>	Aproximar o estudante da realidade profissional por meio de palestras, visitas técnicas e interação com profissionais da área jurídica e afins; Desenvolver o pensamento crítico e a autonomia intelectual; Iniciar a prática supervisionada por meio do Estágio de Prática Jurídica; Reforçar o uso da leitura e da pesquisa como práticas regulares.
<b>4º Ano (7º e 8º termos)</b>	Desenvolver habilidades de investigação científica voltadas à realidade jurídica e social; Relacionar teoria e prática de forma crítica e aplicada; Estimular a autonomia na busca de soluções jurídicas eficazes; Manter o incentivo à leitura analítica e à pesquisa jurídica.
<b>5º Ano (9º e 10º termos)</b>	Consolidar a integração entre teoria e prática profissional, formando uma base sólida para atuação jurídica. Estimular o pensamento estratégico e a criatividade na resolução de problemas jurídicos. Fortalecer a prática da pesquisa como suporte para decisões técnicas e éticas. Desenvolver uma visão crítica e globalizada da atuação profissional, com foco em soluções modernas e inclusivas. Fomentar o uso de métodos alternativos e consensuais de solução de conflitos, como a mediação, a conciliação e a arbitragem.

### 3.3 Perfil Profissional do Egresso

O curso de Direito forma profissionais preparados para atuar em um mercado dinâmico e exigente, capazes de:

- Ler, interpretar e produzir textos, atos e documentos jurídicos;
- Aplicar corretamente as normas técnico-jurídicas;

- Pesquisar e utilizar a legislação, jurisprudência, doutrina e outras fontes do Direito;
- Atuar de forma técnica e eficiente em processos judiciais, administrativos e extrajudiciais;
- Utilizar a terminologia jurídica com precisão;
- Desenvolver raciocínio jurídico, argumentação, persuasão e pensamento crítico;
- Tomar decisões baseadas em julgamento técnico e ético;
- Dominar tecnologias e métodos para atualização constante do conhecimento jurídico.

Essas competências atendem às diretrizes da Resolução CNE/CES n. 5/2020.

O egresso estará apto a seguir as mais diversas carreiras jurídicas: advocacia, magistratura, ministério público, defensoria, procuradoria, docência, entre outras. O perfil profissional é alinhado às necessidades de Marília e região, garantindo uma formação conectada com as demandas sociais e econômicas locais.

O curso oferece uma formação completa, unindo teoria e prática, com uma estrutura curricular organizada em três eixos: geral, técnico-jurídico e prático-profissional. Além disso, o processo de ensino valoriza:

- Integração entre ensino, pesquisa e extensão;
- Utilização de tecnologias educacionais;
- Metodologias ativas de aprendizagem;
- Atividades complementares, trabalhos de conclusão de curso e estágios supervisionados.

O egresso sai preparado não apenas para o mercado, mas para ser um profissional do Direito capaz de refletir criticamente, resolver conflitos e atuar de forma ética e responsável frente à constante transformação da sociedade.

### **3.4 Estrutura Curricular**

A estrutura curricular do curso de Direito está focada na formação de profissionais qualificados e cidadãos conscientes, preparados para atuar no mercado jurídico e contribuir para o desenvolvimento social, especialmente na realidade de Marília e região.

A matriz curricular foi construída de forma integrada e interdisciplinar, articulando três eixos de formação:

- **Formação Geral:** conhecimentos humanísticos, políticos, sociais e econômicos;

- **Formação Técnico-Jurídica:** disciplinas específicas das diversas áreas do Direito;
- **Formação Prático-Profissional:** atividades voltadas à aplicação prática dos conteúdos teóricos.

A proposta pedagógica valoriza a conciliação entre teoria e prática, utilizando metodologias ativas de aprendizagem e tecnologias digitais. As aulas virtuais incluem videoaulas, fóruns, debates, simulações de práticas jurídicas (peticionamento eletrônico, audiências, júris simulados) e jogos interativos, promovendo o desenvolvimento de competências digitais essenciais ao exercício profissional.

Ao longo do curso, o estudante desenvolve habilidades como:

- Análise crítica de fatos jurídicos e sociais;
- Domínio da terminologia e dos conceitos jurídicos;
- Argumentação, interpretação e valorização das fontes do Direito;
- Compreensão das formas judiciais e extrajudiciais de solução de conflitos.

A formação é enriquecida pela interação com pesquisa e extensão, incentivando a participação em grupos de pesquisa, iniciação científica, projetos comunitários e eventos acadêmicos.

O curso cumpre integralmente as Diretrizes Curriculares Nacionais (Resolução CNE/CES nº 5/2020), incluindo:

- Disciplina de Libras;
- Conteúdos transversais de educação ambiental, direitos humanos, relações étnico-raciais, história e cultura afro-brasileira, africana e indígena.
- A Prática Jurídica é desenvolvida em três frentes:
- **Prática Simulada:** atividades internas de simulação;
- **Prática Real:** atendimento à comunidade pelo Núcleo de Prática Jurídica (NPJ);
- **Projetos Extensionistas:** ações sociais e parcerias institucionais.

Além disso, o curso valoriza a Prática Jurídica Não Forense, abrangendo mediação, conciliação, arbitragem e processos administrativos, refletindo as demandas contemporâneas do mercado.

As Atividades Complementares (200h) integram monitoria, iniciação científica, extensão, congressos, seminários e outras atividades acadêmicas, conforme regulamento institucional.

A estrutura do curso contempla:

- **3.000h** de disciplinas dos eixos de formação;
- **500h** de Estágio Supervisionado;
- **200h** de Atividades Complementares.

O curso tem duração de 5 anos (10 semestres), com carga horária total de 3.700h, respeitando os tempos mínimos e máximos de integralização curricular.

A proposta curricular alia tradição e inovação, com forte compromisso social, preparando bacharéis em Direito para contribuir com a modernização do Estado Brasileiro e com o desenvolvimento econômico-social do país.

### 3.4.1 Matriz Curricular

#### Matriz Curricular 4101 (Direito Diurno) e 4102 (Direito Noturno)

##### 1º Termo

Código	Disciplina	Mod.	CH
202915	Atividades Complementares I		20
203414	Ciência Política e Teoria Geral do Estado		40
203415	Direito Civil I		80
200445	Direito Processual Civil I (Teoria Geral do Processo)		40
203413	Direito Penal I (Parte Geral I)		40
203412	Introdução ao Estudo do Direito	<i>CURR</i>	40
200442	Língua Portuguesa	<i>EaD</i>	40
203452	Prática Jurídica I		40
200439	Psicologia Aplicada ao Direito – Criminologia		40

##### 2º Termo

Código	Disciplina	Mod.	CH
202916	Atividades Complementares II		20
203416	Direito Civil II (Neg. Jur./Resp. Civil)		80
203417	Direito Penal II (Parte Geral II)		80
203418	Direito Processual Civil II (P. do Conhecimento)		40
200448	Economia Política		40
200437	História do Direito	<i>CURR</i>	40
203453	Prática Jurídica II		40
200447	Sociologia e Antropologia	<i>EaD</i>	40
203303	Empreendedorismo e Inovação	<i>EaD</i>	40

##### 3º Termo

Código	Disciplina	Mod.	CH
202917	Atividades Complementares III		20
203419	Direito Civil III (Obrigações)		80
203420	Direito Constitucional I		40
200457	Direito Empresarial I		80
203422	Direito Penal III (Parte Especial I)	<i>CURR</i>	40
203421	Direito Processual Civil III (P. do Conhecimento)		40

*Projeto Pedagógico do curso de graduação em Direito*

200456	Filosofia do Direito	<i>EaD</i>	40
203454	Prática Jurídica III		40
<b>4º Termo</b>			
Código	Disciplina	Mod.	CH
202918	Atividades Complementares IV		20
203423	Direito Civil IV (Contratos)		80
200444	Direito Constitucional II		40
203459	Direito Empresarial II		40
03424	Direito Penal IV (Parte Especial II)		40
203425	Direito Processual Civil IV (P. do Conhecimento)		40
202578	História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena	<i>EaD</i>	40
202908	Mediação, Conciliação e Arbitragem	<i>CURR</i>	40
203455	Prática Jurídica IV		40
<b>5º Termo</b>			
Código	Disciplina	Mod.	CH
202919	Atividades Complementares V		20
203426	Direito Civil V (Direito das Coisas I)		40
200465	Direito Constitucional III	<i>CURR</i>	40
200459	Direito Empresarial III		80
203428	Direito Penal IV (Parte Especial III)		40
203427	Direito Processual Civil (Recursos)		80
200470	Direito Processual Penal I		40
203429	Prática Jurídica V		40
<b>6º Termo</b>			
Código	Disciplina	Mod.	CH
202920	Atividades Complementares VI		20
203430	Direito Civil VI (Direito das Coisas II)		40
203431	Direito Constitucional IV		40
200488	Direito do Trabalho I		80
203433	Direito Penal V (Parte Especial IV)		40
203432	Direito Processual Civil (Execução)		40
200471	Direito Processual Penal II		40
203247	Estatuto da Criança e do Adolescente	<i>CURR</i>	40
203434	Prática Jurídica VI		40
<b>7º Termo</b>			
Código	Disciplina	Mod.	CH
202921	Atividades Complementares VII		20
200474	Direito Administrativo I		80
203435	Direito Civil VII (Família)		40
202911	Direito do Trabalho II	<i>CURR</i>	40
203436	Direito Processual Civil VII (Proc. Especiais)		40
200472	Direito Processual Penal III		40
203437	Metodologia da Pesquisa	<i>EaD</i>	40
203438	Prática Jurídica VII		40
203439	Trabalho de Curso I		40
<b>8º Termo</b>			

Código	Disciplina	Mod.	CH
202922	Atividades Complementares VIII		20
200475	Direito Administrativo II	<i>CURR</i>	80
200464	Direito Civil VIII		80
203440	Direito Processual Civil VIII (Tut. Urgência)		40
200476	Direito Processual do Trabalho		40
200469	Direito Processual Penal IV		40
203441	Prática Jurídica VIII		40
203456	Trabalho de Curso II		40

#### 9º Termo

Código	Disciplina	Mod.	CH
202923	Atividades Complementares IX		20
203457	Direito Digital	<i>CURR</i>	40
203445	Direito do Consumidor		40
203442	Direito Internacional		80
203443	Direito Tributário I		80
202910	Direito Humanos	<i>EaD</i>	40
200485	Ética Profissional		40
203444	Prática Jurídica IX		40

#### 10º Termo

Código	Disciplina	Mod.	CH
202924	Atividades Complementares X		20
203448	Direito Ambiental		40
203451	Direito Econômico e Financeiro		40
203458	Direito Eleitoral		40
200484	Direito Previdenciário	<i>EaD</i>	40
203446	Direito Tributário II		80
203450	Direitos Difusos e Coletivos		40
203447	Legislação Penal Especial		40
203449	Prática Jurídica X	<i>CURR</i>	40

### 3.4.2. Curricularização da Extensão no Curso

A curricularização da extensão universitária ganhou destaque nas políticas educacionais, especialmente após marcos legais importantes. A Lei nº 5.540, de 1968, que promoveu a Reforma Universitária, foi um dos primeiros passos nesse processo, ao reconhecer a extensão como parte essencial da universidade, com o objetivo de melhorar as condições de vida das comunidades e impulsionar o desenvolvimento social.

Com o tempo, a extensão universitária se fortaleceu e passou a ser vista como algo indissociável do ensino e da pesquisa, principalmente devido à pressão de movimentos sociais e fóruns acadêmicos, como o FORPROEX (Fórum dos Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras), que ajudaram a consolidar a política de extensão.

Esse processo também foi refletido nos Planos Nacionais de Educação (PNEs), que, ao longo dos anos, discutiram a curricularização como um passo necessário para a integração mais profunda da extensão na formação acadêmica.

Em 2018, a Resolução nº 7 do Conselho Nacional de Educação (CNE) deu um novo impulso à curricularização da extensão, destacando que ela deve ser parte da matriz curricular dos cursos de graduação. A Resolução também estabeleceu que, no mínimo, 10% da carga horária total dos cursos deve ser composta por atividades extensionistas.

### 3.5 Conteúdos Curriculares

Os conteúdos curriculares do curso foram organizados conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais (Resolução CNE/CES nº 5/2020) e contemplam também as diretrizes específicas de inclusão (Libras, Educação Ambiental, Direitos Humanos, Relações Étnico-Raciais e História Afro-Brasileira, Africana e Indígena). A matriz curricular está estruturada em três eixos principais de formação, além de disciplinas eletivas e complementares, com forte integração teórico-prática e interdisciplinaridade.

EIXO DE FORMAÇÃO	DISCIPLINAS	OBJETIVOS E CONTEÚDOS
<b>Formação Geral</b>	Introdução ao Direito História do Direito Ciência Política e Teoria Geral do Estado Psicologia Língua Portuguesa Jurídica Libras – Língua Brasileira de Sinais História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena Sociologia e Antropologia Jurídica Economia Política Metodologia da Pesquisa Filosofia do Direito Ética Profissional Empreendedorismo e Inovação	Fundamentar o pensamento crítico e humanístico, promover a compreensão das relações sociais, culturais e políticas, desenvolver a comunicação jurídica e a consciência ética e cidadã.
<b>Formação Técnico-Jurídica</b>	Direito Civil Direito Penal e Legislação Penal Especial Direito Constitucional Direito Empresarial Direito do Trabalho Direito Administrativo Direito Tributário Direito Internacional Direito Previdenciário	Proporcionar o domínio das áreas específicas do Direito, com foco na compreensão teórica, aplicação prática, interpretação normativa, raciocínio jurídico e resolução de conflitos.

	Direito Econômico e Financeiro Direito do Consumidor Direitos Humanos  Direito Ambiental Direito Eleitoral Direito Processual Mediação, Conciliação e Arbitragem Estatuto da Criança e do Adolescente	
<b>Formação Prático-Profissional</b>	Prática Jurídica I a X (Cível, Penal, Trabalhista, Tributária e Administrativa) Estágio Supervisionado (Núcleo de Prática Jurídica) Trabalho de Curso (Monografia e Defesa) Atividades Complementares (Monitoria, Iniciação Científica, Extensão, Eventos)	Desenvolver habilidades práticas, técnicas e profissionais, por meio de atividades simuladas, atendimento real à comunidade, produção acadêmica e experiências que aproximam o aluno do mercado de trabalho.

### Ciclo Curricular Matrizes 4101 (Diurno) e 4102 (Noturno)

CICLO CURRICULAR						
I – DISCIPLINAS DE FORMAÇÃO FUNDAMENTAL			ANOS/TERMOS			
MATÉRIAS	DISCIPLINAS	1 <sup>a</sup>	2 <sup>a</sup>	3 <sup>a</sup>	4 <sup>a</sup>	5 <sup>a</sup>
Introdução ao Direito	Introdução ao Direito	040				
Filosofia	Filosofia do Direito		040			
Língua Portuguesa	Língua Portuguesa	040				
Ética	Ética Profissional					040
Sociologia	Sociologia e Antropologia	040				
Metodologia Científica	Metodologia da Pesquisa				040	
Economia Política	Economia Política	040				
História	História do Direito	040				
	História e Cultura Afro-brasileira e Indígena		040			
Ciência Política com Teoria do Estado	Ciência Política e Teoria Geral do Estado	040				
Libras	Libras – Linguagem Brasileira de Sinais					080
Psicologia	Psicologia	040				
Empreendedorismo	Empreendedorismo	040				
	SUB TOTAL	<b>320</b>	<b>080</b>		<b>040</b>	<b>120</b>
II – DISCIPLINAS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL						
Direito Administrativo	Direito Administrativo I e II			080	080	
Direito Civil	Direito Civil I,II,III,IV,V,VI,VII e VIII	160	160	120	160	
Direito Empresarial	Direito Empresarial I, II e III		120	080		

<b>Direito Econômico</b>	Direito Econômico e Financeiro						040
<b>Direito Constitucional</b>	Direito Constitucional I, II, III e IV, Direitos Humanos	080				080	040
	Direito Eleitoral						040
<b>Direito Internacional</b>	Direito Internacional						080
<b>Direito Penal</b>	Direito Penal I, II, III, IV e V	120	080	080			
	Legislação Penal e Processual Penal Especial						040
<b>Direito Processual Civil</b>	Direito Processual Civil I,II,III,IV, V e VI	080	080	120	080		
	Direitos Difusos e Coletivos						040
<b>Direito Processual do Trabalho</b>	Direito Processual do Trabalho						040
<b>Direito Processual Penal</b>	Direito Processual Penal I, II, III, IV e V					080	080
<b>Direito Processual Constitucional</b>	Direito Processual Constitucional						040
<b>Direito do Trabalho</b>	Direito do Trabalho I e II					080	040
<b>Direito Tributário</b>	Direito Tributário I e II						160
<b>Direito Previdenciário</b>	Direito Previdenciário						040
<b>Métodos Alternativos de Solução de Conflitos</b>	Mediação, Conciliação e Arbitragem		040				
<b>Estatuto da Criança e do Adolescente</b>	Estatuto da Criança e do Adolescente					040	
<b>Direito do Consumidor</b>	Direito do Consumidor						040
<b>Direito Ambiental</b>	Direito Ambiental						040
<b>Direito Digital</b>	Direito Digital						040
<b>Direitos Humanos</b>	Direitos Humanos						040
SUB TOTAL		<b>360</b>	<b>560</b>	<b>760</b>	<b>520</b>	<b>600</b>	
III – DISCIPLINAS DE FORMAÇÃO PRÁTICA							
<b>Trabalho de Curso</b>	Trabalho de Curso I, II						080
<b>Prática Processual</b>	Prática Processual I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X.	080	080	080	080	080	080
SUB TOTAL		<b>80</b>	<b>80</b>	<b>80</b>	<b>160</b>	<b>080</b>	
IV – NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA							
<b>Estágio Supervisionado</b>	Laboratório de prática jurídica e atividades reais e simuladas					150	150 200
SUB TOTAL						<b>150</b>	<b>150 200</b>
TOTAL GERAL							
		<b>720</b>	<b>720</b>	<b>990</b>	<b>790</b>	<b>1080</b>	
							<b>200h</b>
TOTAL GERAL FINAL (Horas Relógio)							<b>3.700</b>

### 3.5.1 Elementos inovadores na estrutura e conteúdos curriculares

O curso de Direito da UNIMAR prepara profissionais completos, capazes de atuar com excelência nas mais diversas áreas jurídicas. A formação desenvolve competências essenciais e estimula habilidades práticas e reflexivas, alinhadas às exigências do mercado e às demandas da sociedade. As aulas contam, com estrutura própria para o aprendizado inovador, utilizando das tecnologias e metodologias pertinentes. A inovação se faz presente tanto na infraestrutura física, como na infraestrutura didática e metodológica. Há ênfase ao aprendizado por competências, interdisciplinar e transversal.

COMPETÊNCIAS / HABILIDADES	DESCRIÇÃO
<b>Leitura, compreensão e produção de textos jurídicos e normativos</b>	Capacitar o aluno para ler, interpretar e elaborar textos jurídicos, atos e documentos, usando corretamente as normas técnico-jurídicas. O curso estimula a leitura crítica e a pesquisa, reconhecendo que o Direito se manifesta nos costumes, na cultura, na história e no cotidiano social.
<b>Interpretação e aplicação do Direito</b>	Ensinar o aluno a interpretar normas jurídicas, entender suas sistematizações e aplicar o Direito de forma crítica e contextualizada. A formação inclui o estudo da doutrina, jurisprudência e literatura jurídica, além da produção científica.
<b>Pesquisa e uso de fontes jurídicas</b>	Formar profissionais capazes de pesquisar e utilizar, de forma eficiente, a legislação, jurisprudência, doutrina e outras fontes, compreendendo o Direito em sua relação com as ciências sociais e humanísticas.
<b>Atuação técnico-jurídica em diversas instâncias</b>	Preparar o aluno para atuar de forma técnica e ética em processos administrativos, judiciais e em meios extrajudiciais de solução de conflitos, como a mediação, conciliação e arbitragem.
<b>Comunicação jurídica eficiente</b>	Desenvolver a capacidade de expressão oral e escrita, com clareza, precisão e domínio da terminologia jurídica, superando vícios de linguagem e aprimorando a argumentação.
	Estimular o pensamento crítico e a capacidade de argumentar e persuadir, formando profissionais

<b>Raciocínio jurídico, argumentação e reflexão crítica</b>	criativos, autônomos e com visão interdisciplinar, preparados para resolver problemas de forma inovadora.
<b>Julgamento e tomada de decisão</b>	Promover o desenvolvimento do pensamento lógico e da capacidade de tomar decisões fundamentadas, com base na aplicação do Direito a situações concretas, visando a solução mais justa e eficaz.
<b>Domínio de tecnologias e métodos de atualização contínua</b>	Incentivar o uso de tecnologias aplicadas ao Direito e a prática da formação permanente, por meio de atividades como análises de casos, estudos de jurisprudência, júris simulados e projetos de pesquisa.

### Integração Curricular

A proposta assegura a transversalidade e interdisciplinaridade dos conteúdos. Estimula o raciocínio hermenêutico, análise crítica e atuação ética. Visa formar profissionais aptos à modernização do Estado e ao desenvolvimento regional e nacional.

O curso de Direito forma profissionais preparados para atuar em diversas áreas do meio jurídico, tanto no setor público quanto no privado. A seguir, destacam-se as principais opções de carreira:

#### a) **Advocacia**

Principal destino dos graduados, a advocacia permite atuação autônoma ou vinculada a empresas, instituições e escritórios. O advogado defende interesses de pessoas físicas ou jurídicas em processos judiciais, administrativos ou em contratos. Na **Advocacia Pública**, atua em defesa dos interesses da União, Estados e Municípios, garantindo a legalidade dos atos da administração.

Principais áreas da advocacia:

- **Direito Administrativo:** relações entre poder público, empresas e cidadãos.
- **Direito Civil:** contratos, família, heranças, propriedade e obrigações.
- **Direito Ambiental:** proteção do meio ambiente em ONGs, empresas e órgãos públicos.
- **Direito Empresarial:** questões jurídicas ligadas a empresas e atividades comerciais.

- **Direito do Consumidor:** defesa dos direitos dos consumidores.
- **Direito de Propriedade Intelectual:** proteção de direitos autorais e marcas.
- **Direito Penal:** defesa ou acusação em processos criminais.
- **Direito Trabalhista e Previdenciário:** relações de trabalho e previdência.
- **Direito Tributário:** normas de arrecadação de impostos e obrigações fiscais.

**b) Magistratura**

Juizes são responsáveis por aplicar a Justiça e decidir conflitos. A carreira exige profundo conhecimento jurídico, avaliado em concursos públicos rigorosos.

**c) Ministério Público**

Promotores e procuradores defendem os interesses da sociedade e do Estado, atuando na fiscalização das leis, promoção de ações penais, defesa do meio ambiente, do consumidor e dos direitos humanos.

**d) Defensoria Pública**

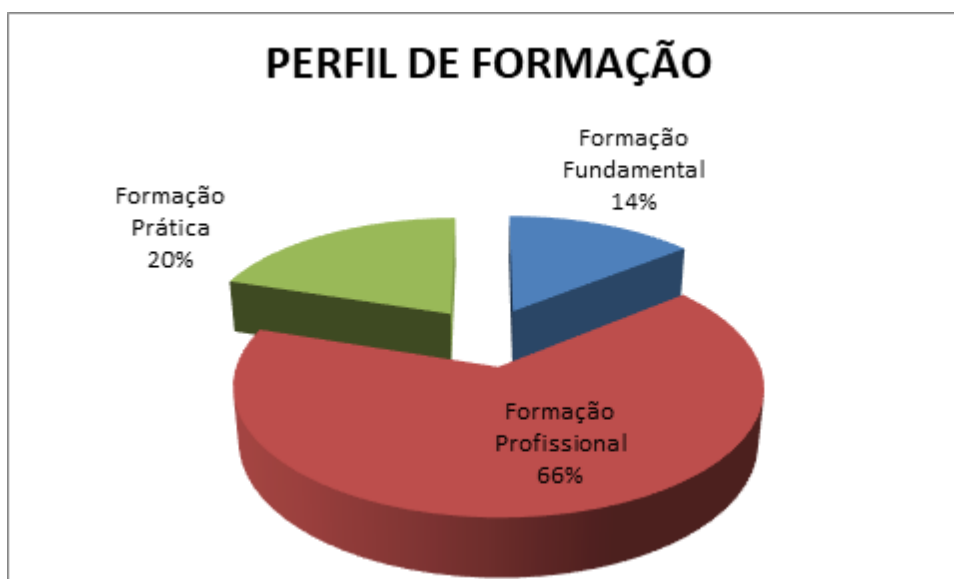
Responsável pela defesa gratuita de cidadãos que não possuem recursos para contratar advogado. Atua em processos criminais, cíveis, de família e outros, garantindo o acesso à Justiça.

**e) Delegado de Polícia**

Profissional da segurança pública que coordena investigações, instaura inquéritos policiais e combate a criminalidade. Também gerencia serviços administrativos ligados à segurança e documentação.

**Representação gráfica**

Gráfico das disciplinas por perfil de formação: Teóricas, Práticas e Teórico/Práticas.



### **3.6 Metodologia**

Diante dos propósitos elencados pelo curso, a metodologia eleita para que se efetive o processo de aprendizagem e que possibilita a consecução dos objetivos propostos, é a metodologia ativa.

As aulas desenvolvidas no ambiente virtual contemplam como metodologia, videoaulas, fóruns, debates, jogos, testes, atividades simuladas de prática jurídica, como peticionamento eletrônico simulado, audiências simuladas, juris simulados de ordem interdisciplinar, multidisciplinar e transversal, no qual os conteúdos disciplinares se inter-relacionam, promovendo a conciliação entre a teoria e a prática jurídica, consolidando o conhecimento obtido.

Há também a opção pela utilização de seminários, aulas interativas, aulas dialogadas, gamificação, fóruns, debates disciplinares e interdisciplinares. A proposta pedagógica do curso esta sedimentada em metodologias que garantem o desenvolvimento da competência digital dos alunos, pois conta com suporte de acervo de biblioteca virtual, programas de softwares específicos jurídicos, materiais didáticos e outros que dão suporte ao aprendizado.

### **3.7 Estágio Curricular Supervisionado – Práticas Jurídicas**

Para atingir os objetivos do curso e promover um processo de aprendizagem eficaz, adotamos a metodologia ativa como base para as práticas pedagógicas. As aulas, realizadas no ambiente virtual, incluem videoaulas, fóruns de discussão, debates, jogos, testes e atividades simuladas de prática jurídica, como peticionamento eletrônico, audiências simuladas e juris interdisciplinares. Esses métodos interligam os conteúdos das disciplinas, favorecendo a integração entre teoria e prática jurídica, o que facilita a consolidação do aprendizado.

Além disso, o curso oferece outras modalidades de ensino como: seminários, aulas interativas, aulas dialogadas, gamificação, e fóruns e debates tanto disciplinares quanto interdisciplinares. A proposta pedagógica visa também o desenvolvimento das competências digitais dos alunos, contando com uma biblioteca virtual, softwares jurídicos especializados, materiais didáticos e outras ferramentas que apoiam o processo de aprendizagem.

O estágio curricular do curso é coordenado pelo Núcleo de Prática Jurídica (NPJ), que organiza e supervisiona as atividades práticas dos alunos, conforme regulamento próprio (Anexo). O NPJ tem como objetivo principal promover o aprimoramento profissional dos alunos, preparando para atuação nas diversas áreas jurídicas. Por meio dessas atividades, o curso proporciona uma sólida conexão com a comunidade, permitindo que os alunos apliquem os conhecimentos adquiridos de maneira prática.

O NPJ está localizado em uma área de 140 metros quadrados, equipada com quatro salas de atendimento, uma sala de audiências, um cartório e uma ampla área de recepção. As atividades do NPJ incluem práticas reais e simuladas, elaboração de peças processuais, rotinas jurídicas, audiências externas e internas, além de projetos de extensão voltados à comunidade. Esses projetos permitem a formação integral dos alunos, promovendo o uso de tecnologias digitais e programas jurídicos especializados, como o peticionamento eletrônico.

A coordenação das atividades é feita pela secretaria do NPJ, sob a supervisão dos docentes e coordenação do curso e para controle das atividades são mantidos registros individuais de cada aluno, documentando as atividades realizadas ao longo do estágio.

O atendimento à comunidade é uma parte essencial do trabalho do NPJ, realizado por meio de projetos específicos, tanto institucionais quanto interdisciplinares, seguindo as diretrizes estabelecidas pelo regulamento. Para garantir a operacionalização desses projetos, os alunos participam ativamente das demandas comunitárias. Entre os projetos mais destacados estão: Programa Escola da Família, realizado em escolas públicas; Dia do Trabalho, que ocorre em empresas; o Japan Fest (evento tradicional do Município); Trote Solidário, entre outros.

O NPJ desempenha um papel crucial na integração entre o curso de Direito e a comunidade, permitindo aos alunos uma aplicação prática do conhecimento teórico, ao mesmo tempo em que cumpre a missão social da universidade. Os projetos de extensão focam principalmente em ações interdisciplinares que envolvem várias áreas do conhecimento, com a participação ativa dos alunos e docentes.

Desde 2012, o curso de Direito da Universidade de Marília mantém um convênio com o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo para a instalação do CEJUSC – Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania. O CEJUSC realiza uma média de 5.000 atendimentos anuais, com foco em soluções pré-processuais de conflitos, proporcionando aos graduandos uma experiência prática em métodos alternativos de resolução de disputas.

Além das atividades do NPJ, o curso mantém convênios com departamentos jurídicos de empresas públicas e privadas (órgãos do Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública e outras entidades) proporcionando aos alunos oportunidades de estágio que complementam sua formação. As atividades do NPJ são organizadas semestralmente e, a partir do 5º termo, são apresentadas aos alunos, com a responsabilidade de docentes que orientam as práticas processuais em diversas áreas do Direito, como Civil, Penal, Trabalhista, Previdenciária, Tributária e Constitucional.

A política de extensão do curso está alinhada com as necessidades da região e contribui para o desenvolvimento socioeconômico, político e cultural de São Paulo. Através do NPJ, o curso de Direito fortalece sua atuação no contexto regional e nacional, promovendo a melhoria da qualidade de vida da população por meio de ações jurídicas e sociais.

### **3.8 Estágio Curricular Supervisionado – relação teoria e prática**

A integração entre teoria e prática no curso de Direito da Unimar é promovida de forma contínua e articulada por meio da matriz curricular e das atividades desenvolvidas no Núcleo de Prática Jurídica (NPJ). O Estágio Curricular Supervisionado tem como principal objetivo proporcionar aos alunos a vivência das rotinas jurídicas, tanto no âmbito judicial quanto extrajudicial, preparando-os para a atuação profissional com uma formação ética, crítica e socialmente responsável.

Há disciplina de prática jurídica do 1º ao 10º termo do curso, de modo que o aprendizado se consolida por meio de atividades de prática processual civil, penal, trabalhista, constitucional e tributária.

As atividades do NPJ são estruturadas para consolidar os conhecimentos adquiridos ao longo do curso, desenvolvendo competências e habilidades voltadas à prevenção e à solução de conflitos individuais e coletivos. Essa prática é conduzida de maneira interdisciplinar e contextualizada, assegurando ao discente a compreensão da prática jurídica como instrumento de promoção da justiça e cidadania.

### **3.9 Atividades Complementares e Obrigatórias**

As Atividades Complementares fazem parte integrante da formação acadêmica no curso de Direito da Unimar, compondo a estrutura curricular de forma a ampliar a formação técnica, científica, ética e cidadã dos alunos. Com carga horária total de 100 horas,

conforme estabelecido pela Portaria PROGRAD nº 4/2017, as atividades devem ser concluídas até o 20º trimestre do curso.

Essas atividades visam enriquecer o percurso formativo dos estudantes, promovendo a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, com foco no desenvolvimento de competências profissionais, sociais e culturais. As Atividades Complementares são organizadas em três grupos:

- **Grupo 1:** Complementação da Formação Social, Humana e Cultural;
- **Grupo 2:** Atividades de Cunho Comunitário e de Interesse Coletivo;
- **Grupo 3:** Iniciação Científica, Tecnológica e de Formação Profissional.

Os alunos participam ainda das **Semanas Especiais**, denominadas **Semana de Desenvolvimento de Competências** e **Jornada Profissional**, organizadas pela coordenação do curso e pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE). Essas ações oferecem palestras, seminários, entrevistas com profissionais, workshops e visitas técnicas (gravadas ou presenciais), abordando temas atuais, transversais e diretamente relacionados à atuação no mercado de trabalho, fortalecendo a integração entre teoria e prática.

Além disso, o curso incentiva a participação em atividades de extensão, monitorias, iniciação científica, feiras de profissões (como a **Unimar Aberta**), congressos e eventos acadêmicos, incluindo a **Semana de Iniciação Científica**, onde os alunos podem apresentar trabalhos e desenvolver suas habilidades de pesquisa.

Essas iniciativas, alinhadas às diretrizes institucionais da Unimar, visam promover a formação de profissionais conscientes de seu papel social, preparados para enfrentar os desafios da profissão com competência, ética e responsabilidade social.

### **3.10 Programa de Monitoria**

O Programa de Monitoria da Universidade de Marília (UNIMAR) integra as ações institucionais de fortalecimento do ensino, da pesquisa e da extensão, em consonância com o Modelo UNIMAR de Aprendizagem, que valoriza a formação integral do estudante, o protagonismo acadêmico e o desenvolvimento de competências profissionais e humanas.

A Monitoria é concebida como uma atividade formativa complementar, que estimula a troca de saberes entre docentes e discentes, promove a melhoria da qualidade do ensino e desperta o interesse pela carreira docente e pela pesquisa científica.

O objetivo geral é promover o aprimoramento do processo ensinoaprendizagem e incentivara formação acadêmica e cientificados estudantes da UNIMAR, por meio de experiências supervisionadas junto às disciplinas dos cursos de graduação e pós-graduação.

São objetivos específicos do Programa de Monitoria: desenvolver habilidades didático-pedagógicas entre os estudantes; estimulara pensamento crítico, a criatividade e a autonomia intelectual; aprimorar o desempenho acadêmico dos discentes; ampliar a integração entre ensino, pesquisa e extensão; fomentar o interesse pela docência e pela produção científica; contribuir para a melhoria da qualidade das práticas pedagógicas institucionais.

O Programa de Monitoria é coordenado pela Pró-Reitoria de Graduação e pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação. Cada curso é responsável por implementare acompanharas atividades de monitoria sob a supervisão de seu Coordenador de Curso. A UNIMAR mantém duas modalidades de monitoria: Monitoria Voluntária-sem vínculo empregatício ou remuneração, com emissão de certificado e registro no histórico escolar. Monitoria Remunerada - com ajuda de custo definida em edital, sem vínculo trabalhista, destinada a disciplinas ou projetos específicos indicados pela PROGRAD.

### **3.11 Programa de Iniciação Científica**

O Programa Institucional de Iniciação Científica tem como objetivos propiciar a primeira aproximação do discente com as atividades de pesquisa, aprimorar o conhecimento obtido durante a graduação diante das atividades de ensino, bem como viabilizar os instrumentos necessários à prática da pesquisa e correta utilização das normas da ABNT. São os Programas de IC: PIC GERAL; PIC/MED; PIC/EAD; PIIT/UNIMAR; PIIC – AGRÁRIAS; PIIC – SAÚDE; PIIC HUMANAS; PIC/DIREITO; PIBIC/CNPq; PIBITI/CNPq; ICJ/CNPq.

### **3.12 Trabalhos de Curso (TCC)**

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), denominado **Monografia**, é uma atividade acadêmica obrigatória, integrante da matriz curricular do curso de Direito da Universidade de Marília (Unimar). Seu desenvolvimento tem início a partir do **7º semestre**,

com o objetivo de consolidar a formação científica e crítica do discente, por meio da produção de um trabalho monográfico sobre tema jurídico relevante.

Para a adequada preparação dos alunos, o curso oferece disciplinas específicas, como **Metodologia Jurídica** e **Trabalho de Curso**, ambas ministradas no 7º e 8º semestres e, deste modo, fornecem os fundamentos teóricos e práticos necessários à elaboração do TCC. Além disso, o curso disponibiliza professores orientadores com carga horária específica destinada ao acompanhamento individualizado dos alunos ao longo do processo de pesquisa e redação do trabalho.

A elaboração do TCC é regida por normas próprias da Unimar, estabelecidas em regulamento institucional, que disciplinam critérios de formatação, metodologia científica e procedimentos de apresentação.

A avaliação do TCC ocorre por meio de defesa **oral e pública**, realizada perante uma **Banca Examinadora** composta por três membros: o professor orientador e outros dois docentes convidados, preferencialmente da área temática do trabalho. Para a aprovação, o aluno deverá obter **nota mínima de 7,0 (sete)**, de acordo com os critérios estabelecidos em regulamento.

O TCC representa uma etapa fundamental na formação acadêmica e profissional do bacharel em Direito, estimulando a pesquisa científica, o raciocínio crítico e a capacidade de argumentação, em consonância com os princípios institucionais da Unimar e com as demandas contemporâneas da sociedade e do mercado jurídico.

### **3.13 Apoio ao Discente**

O apoio ao discente da UNIMAR contempla ações de acolhimento e permanência, acessibilidade metodológica e instrumental, monitoria, nivelamento, intermediação, apoio psicopedagógico, participação em centros acadêmicos ou intercâmbios nacionais e internacionais e promove ações comprovadamente exitosas ou inovadoras.

#### **3.13.1 Núcleo de Apoio Psicopedagógico - NUAP**

O Núcleo de Apoio Psicopedagógico - NUAP é um núcleo voltado ao acolhimento e acompanhamento dos estudantes, oferecendo suporte tanto em questões pedagógicas quanto emocionais que possam comprometer o rendimento acadêmico e a permanência no curso.

O atendimento é individualizado e fundamentado em contribuições metodológicas, técnicas e empíricas, com a aplicação de processos pedagógicos e/ou psicológicos que promovam melhores condições de aprendizagem e bem-estar.

Além do atendimento direto aos discentes, o NUAP também compartilha suas experiências com o corpo docente, contribuindo para a formação de profissionais mais sensíveis e comprometidos com a humanização do ensino.

Diversas pesquisas apontam para a importância de oferecer intervenções psicológicas voltadas à saúde mental dos estudantes. Entre os fatores que impactam essa realidade estão: as exigências da vida acadêmica, a adaptação à nova rotina, o distanciamento familiar, a responsabilidade financeira, o estresse, a necessidade de autoconhecimento e o preparo emocional para lidar com o sofrimento humano.

Este Núcleo foi criado em novembro de 2014 e reforça o compromisso da UNIMAR com uma formação humana, ética e sensível às reais necessidades de seus estudantes.

### **3.13.2 Núcleo de Acessibilidade e Suporte Educacional Inclusivo - NASEI**

O NASEI foi criado pela Portaria PROGRAD 13/2024 e tem como objetivo planejar, organizar e avaliar processos e ações, articulando os diferentes setores da UNIMAR na implementação da política de todas as formas de acessibilidade.

O NASEI oferece atendimento personalizado, adaptando recursos pedagógicos e estruturais para atender às diferentes necessidades dos estudantes, promovendo um ensino-aprendizagem inclusivo e transformador.

O Núcleo busca eliminar barreiras e proporcionar condições equitativas para que todos possam desenvolver plenamente seu potencial acadêmico, além de dimensionar e equacionar adequações possíveis frente às barreiras atitudinais, pedagógicas, arquitetônicas, de comunicação e digitais; orientar a comunidade acadêmica quanto a processos, tecnologias e equipamentos especializados indicados na superação das necessidades educacionais especiais; entender e conscientizar a sociedade da existência dos direitos sociais, dos portadores de deficiência, presentes na legislação brasileira.

O Núcleo está localizado no Bloco 3 da UNIMAR e representa um compromisso da Universidade com a acessibilidade e a inclusão, contribuindo para uma formação educacional mais justa e igualitária.

### **3.13.3 Núcleo Integrado de Pesquisa E Extensão - NIPEX**

O Núcleo Integrado de Pesquisa e Extensão da Universidade de Marília – NIPEX/UNIMAR constitui o instrumento de institucionalização da Pesquisa e Extensão nos Cursos de Graduação e Pós-graduação.

O NIPEX/UNIMAR disponibiliza instrumentos que auxiliam na elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), apresentando modelos dos principais instrumentos utilizados durante os cursos de graduação da Universidade de Marília, todos com base nas normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT); organiza eventos científicos que compreendem os cursos de Graduação, especialização e Programas de Mestrados e Doutorados da Universidade de Marília, todos indexados, com periodicidade anual e com publicação impressa e eletrônica; possibilita a institucionalização das atividades de extensão desenvolvidas pela IES, preservando a indissociabilidade com ensino e pesquisa, além de garantir a imprescindível relação bidirecional com a sociedade, por meio de instrumentos que viabilizem a extensão como processo acadêmico, onde a produção do conhecimento será consequência de um processo dialético entre teoria e prática.

A UNIMAR financia um PROGRAMA INSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UNIVERSIDADE DE MARÍLIA, além de outros Programas de Iniciação Científica.

São objetivos: contribuir para o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo, da ciência e da tecnologia, assim como para a criação e difusão da cultura; aos docentes pesquisadores o aprimoramento de sua área de atuação e investigação científica, juntamente com alunos pesquisadores; aos discentes bolsistas a aplicação prática dos métodos e técnicas de pesquisa, tendo como resultado o desenvolvimento de seu raciocínio lógico e reflexivo com a aplicação do conhecimento obtido durante a graduação.

### **3.13.4 Núcleo De Inovação e Empreendedorismo - NITE**

O Núcleo de Inovação e Empreendedorismo foi criado a partir da Política de Inovação Tecnológica e Empreendedorismo, com o propósito de implementar as diretrizes e objetivos estratégicos voltados à inovação tecnológica na instituição.

Sua atuação contempla o apoio a projetos de inovação e empreendedorismo no Curso de Medicina, promovendo a discussão de temas tecnológicos e a implementação de

práticas contemporâneas — como a aplicação da inteligência artificial em benefício do ensino e da saúde.

O Núcleo é responsável pelo TecUnimar — Parque Tecnológico da Universidade de Marília — um ambiente de inovação que reúne a Incubadora, o Centro de Inovação e o próprio Parque Tecnológico. Uma das áreas de vocação do TecUnimar é a saúde, mantendo forte vínculo com o Hospital Beneficente Unimar. Por meio do Parque, a UNIMAR oferece aos seus acadêmicos a oportunidade de participação no Programa de Empreendedorismo Empreenda Unimar, o acesso à incubação de startups na área da saúde e Medicina, além do apoio ao desenvolvimento de projetos de inovação em pesquisa aplicada. Também presta suporte técnico na elaboração de projetos de Pesquisa Tecnológica com viés empreendedor e no processo de registro de marcas e patentes.

O ambiente conta, ainda, com o Laboratório de Tecnologia em Saúde, também vinculado ao Hospital Beneficente Unimar, que fomenta o desenvolvimento de novas tecnologias voltadas à Medicina. O laboratório integra acadêmicos da Medicina e de outros cursos, promovendo a interdisciplinaridade no desenvolvimento de soluções inovadoras.

O Núcleo está localizado no Bloco 12, junto ao TecUnimar, e posiciona a Universidade como referência nacional em Inovação e Tecnologia, oferecendo aos acadêmicos um ambiente dinâmico e o acesso constante a tecnologias de ponta.

### **3.13.5 Núcleo Interdisciplinar de Estágio e Emprego - NIEEMP**

O Núcleo Interdisciplinar de Estágio e Empregabilidade (NIEEMP) tem como objetivo regulamentar e acompanhar as atividades de estágio na Universidade de Marília (UNIMAR), além de fortalecer a conexão entre os acadêmicos e o mercado de trabalho.

O NIEEMP atua como um espaço estratégico para aproximar os estudantes da realidade profissional, com foco especial nas áreas da saúde e nas demandas específicas do Curso de Medicina. O Núcleo oferece suporte completo aos acadêmicos, com ações voltadas à preparação para o mercado, como oficinas de currículo, capacitações, orientação de carreira, além da divulgação de vagas de estágio e oportunidades de atuação profissional. Também estabelece parcerias com hospitais, clínicas, empresas e instituições de saúde, ampliando as possibilidades de inserção dos estudantes em ambientes reais de trabalho.

O NIEEMP conta com uma plataforma tecnológica desenvolvida pelo Departamento de Tecnologia da Informação da Universidade, que permite às empresas cadastrar vagas

e indicar os perfis desejados. A partir disso, o sistema realiza o *matching* com os alunos mais aderentes, favorecendo um processo seletivo ágil, preciso e integrado.

Com sede no bloco 5, o NIEEMP consolida-se como mais um diferencial da Unimar na formação de profissionais preparados, conectados com as exigências do mercado e comprometidos com a excelência.

### **3.13.6 Departamento de Relações Internacionais - DRI**

O Departamento de Relações Internacionais DRI/UNIMAR dedica-se às Relações Internacionais da Universidade de Marília e tem o objetivo de promover, fortalecer e expandir os vínculos internacionais da instituição, além de promover possibilidades de intercâmbios e outras atividades de caráter internacionalista de nosso corpo discente.

A universidade e o curso apoiam intercâmbios nacionais e internacionais. A universidade mantém convênios internacionais com a Universidad de Salamanca (Espanha), Universidad Nacional de Villa Maria (Argentina), Universidade da Beira (Portugal), Universidad Andrés Bello (Chile), Universidad Internacional de Las Américas (Costa Rica), Lakehead University (Canadá), Universidad SenôrSipan (Peru), Universidade de Toronto (Canadá) para curso de inglês na área de saúde, Universidad Rovira i Virgili (Espanha), Universidad Complutense de Madrid (Espanha), Universidad Politécnica de Madri ( Espanha), Universidad Autónoma de Madri (Espanha).

As áreas de cooperação incluem todo o programa oferecido em cada Universidade que seja desejável e viável para o desenvolvimento.

### **3.13. 7 Núcleo de Apoio Fiscal- NAF**

O Núcleo de Apoio Fiscal (NAF) tem como finalidade oferecer, de forma gratuita, serviços nas áreas administrativa, contábil e jurídica a pessoas de baixa renda, microempreendedores, colaboradores da Universidade e acadêmicos. A iniciativa busca promover a cidadania fiscal, contribuir com o desenvolvimento socioeconômico regional e proporcionar aos discentes a vivência prática de competências profissionais.

Entre as ações desenvolvidas, destaca-se o apoio na elaboração da Declaração de Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) e a orientação na escolha do modelo jurídico mais adequado para a constituição de empresas, com foco na formalização de atividades profissionais. As atividades são realizadas com a participação dos alunos, sob supervisão docente, favorecendo a integração entre formação teórica e prática profissional.

### **3.13.8 Sebrae Aqui Na UNIMAR**

A presença do SEBRAE nas dependências da UNIMAR fortalece o ecossistema de inovação e empreendedorismo dentro da Instituição. Por meio da parceria, são promovidas ações voltadas ao desenvolvimento de competências empreendedoras entre estudantes, docentes e a comunidade externa.

O Sebrae fica localizado no TecUNIMAR e dá suporte aos estudantes do Curso de Medicina que desejam empreender, abrir ou melhorar seu negócio.

O Sebrae atua diretamente em projetos de extensão, feiras de empreendedorismo, mentorias, oficinas e palestras. A parceria também fomenta o desenvolvimento de startups e negócios de impacto, integrando a universidade aos desafios reais do mercado.

### **3.13.9 Laboratório de Avaliação Física e Prática Esportiva - LAFIPE**

O Laboratório de Atividade Física e Promoção da Saúde (LAFIPE) é um espaço estratégico da UNIMAR, voltado ao desenvolvimento de atividades integradas de ensino, pesquisa, extensão e promoção da saúde.

Sua infraestrutura contempla laboratório de fisiologia do exercício, sala de exercícios resistidos, sala de avaliação física, sala de dança e ginástica, espaço para artes marciais, piscina terapêutica, duas quadras poliesportivas externas, quadra de areia, ginásio de esportes e um campo de futebol com pista de atletismo.

O LAFIPE apoia e abriga diversas ações institucionais, como o *Unimar em Forma*, que estimula hábitos saudáveis entre acadêmicos e colaboradores; as *Olimpíadas da Unimar*, voltadas à promoção da integração universitária por meio da prática esportiva; e a *Calourada*, que marca o início do ano letivo com atividades físicas, culturais e de socialização.

O espaço também conta com o apoio ativo das atléticas acadêmicas, que colaboram na organização de eventos esportivos e no estímulo à participação estudantil, fortalecendo o espírito de equipe, liderança e pertencimento à comunidade universitária.

### **3.13.10 Centro Judiciário de Solução De Conflitos - CEJUSC**

A mediação e a conciliação são métodos alternativos de resolução de conflitos. O objetivo é prestar auxílio a qualquer cidadão na tentativa de solução de um problema, sem a necessidade de uma decisão judicial. O nosso aluno, se precisar de apoio jurídico pode buscar auxílio neste Centro.

### **3.13.11 Ouvidoria**

A Ouvidoria UNIMAR é um espaço dedicado à acolhida, escuta ativa e atendimento de toda a comunidade universitária. Nosso principal objetivo é atuar como um canal de participação, promovendo a interação entre os membros da Instituição e suas instâncias internas e externas.

A Ouvidoria funciona como um mecanismo de comunicação democrática e transparente, proporcionando um ambiente de diálogo aberto e construtivo. A plataforma da Ouvidoria permite que alunos, professores, colaboradores e outros membros da comunidade acadêmica expressem suas opiniões, sugestões, reclamações e elogios de maneira confidencial e segura.

Além disso, a Ouvidoria acompanha e encaminha as demandas, buscando soluções e melhorias contínuas para os processos institucionais. Nosso compromisso é garantir que as vozes de todos sejam ouvidas, contribuindo para o aprimoramento constante da qualidade institucional e a promoção de um ambiente universitário mais justo e eficiente.

### **3.13.12 Hospital Universitário**

O Hospital Beneficente Unimar se destaca como um dos maiores e mais completos hospitais da região, não apenas pela sua infraestrutura moderna e pelo número de leitos disponíveis, mas também pela sua forte atuação no ensino e formação de profissionais da saúde. O Hospital é um centro de referência para a comunidade acadêmica e para a população em geral, oferecendo serviços de saúde de alta qualidade.

Além de sua estrutura de atendimento, o Hospital UNIMAR também se destaca pelos programas de residência que oferece, proporcionando aos médicos e profissionais de saúde a oportunidade de desenvolverem suas habilidades e expertise em diversas especialidades. Os Programas de Residência Médica da UNIMAR são reconhecidos pela Comissão Nacional de Residência Médica (CNRM) e têm como objetivo proporcionar aos

residentes uma formação intensiva e prática, com ênfase na assistência ao paciente e no desenvolvimento de competências técnicas e humanas.

Esses programas incluem as seguintes especialidades: Anestesiologia; Clínica Médica; Cirurgia Geral; Obstetrícia e Ginecologia; Medicina de Família e Comunidade; Ortopedia e Traumatologia; Pediatria; Medicina Intensiva; Radiologia e Diagnóstico por Imagem; Cardiologia; Cirurgia do Aparelho Digestivo; Neonatologia

Os residentes têm a oportunidade de atuar diretamente no atendimento aos pacientes, sob a supervisão de profissionais experientes e em um ambiente que combina ensino, pesquisa e prática clínica de ponta.

A experiência adquirida no Hospital Universitário contribui para a formação de médicos altamente qualificados, capacitados para atender às demandas complexas da saúde pública e privada.

Além disso, o Hospital UNIMAR é um importante centro de pesquisa, integrando atividades acadêmicas com a prática clínica e oferecendo aos seus residentes a oportunidade de participar de projetos de pesquisa que visam o aprimoramento das práticas médicas e a inovação no tratamento de doenças. Os residentes também são incentivados a desenvolver suas próprias pesquisas, contribuindo para a produção de novos conhecimentos que impactam diretamente na melhoria da qualidade do atendimento médico.

Os Programas de Residência Médica da UNIMAR são uma parte fundamental da missão do Hospital Universitário, que busca não apenas oferecer atendimento de excelência à população, mas também contribuir para a formação de profissionais altamente capacitados, comprometidos com a ética e a humanização no cuidado à saúde. O hospital se consolida, assim, como um espaço de aprendizado contínuo, onde teoria e prática se encontram para gerar impactos positivos na saúde pública e na formação de futuros líderes na área da saúde.

### **3.13.13 Clínica de Fisioterapia**

A Clínica de Fisioterapia da UNIMAR é equipada com infraestrutura moderna e completa, proporcionando um ambiente ideal para a realização de atendimentos de qualidade. A Clínica desempenha um papel fundamental na formação dos acadêmicos do

curso de Fisioterapia, ao oferecer uma experiência prática que integra teoria e prática profissional.

A Clínica também atende à comunidade acadêmica, oferecendo serviços especializados e promovendo a recuperação de condições musculoesqueléticas e neurológicas, entre outras. Este espaço de aprendizagem prepara os futuros profissionais da área de fisioterapia para os desafios da prática clínica, com ênfase no atendimento humanizado e na aplicação de técnicas avançadas.

#### **3.13.14 Clínica de Nutrição**

A Clínica de Nutrição da Universidade oferece atendimento a comunidade acadêmica, além de ser um campo de estágio prático para os estudantes, também contribui com a formação de profissionais qualificados ao proporcionar um atendimento focado no acompanhamento nutricional de diversas condições de saúde.

#### **3.13.15 Clínica de Psicologia**

O Curso de Psicologia da UNIMAR oferece serviços clínicos especializados através da sua Clínica-Escola, que é um centro de atendimento psicológico para estudantes da universidade e para a população externa.

Esta Clínica é um espaço de aprendizado e prática para os alunos do curso, permitindo-lhes desenvolver habilidades de diagnóstico, intervenção e acompanhamento psicológico. Além disso, os serviços prestados à comunidade contribuem para o bem-estar emocional e psicológico de seus atendidos, com foco na promoção da saúde mental e prevenção de distúrbios psicológicos. A Clínica de Psicologia representa um importante ponte entre o ensino acadêmico e a prática clínica no campo da Psicologia.

#### **3.13.16 Clínica de Odontologia**

A Clínica de Odontologia da UNIMAR, localizada no Bloco 1 da Universidade, oferece atendimento completo e de alta qualidade aos alunos, professores e à comunidade externa. Equipadas com modernas instalações, as clínicas são operadas pelos alunos do curso de Odontologia sob supervisão dos professores, garantindo um atendimento preciso e de qualidade.

A Clínica abrange diversos tratamentos odontológicos, incluindo limpeza, restaurações, tratamentos periodontais e ortodontia, entre outros. Essa estrutura contribui

para a formação integral dos alunos, proporcionando uma vivência prática e relevante no contexto da odontologia, enquanto também atende à população de Marília e regiões próximas, com a oferta de serviços acessíveis e de alto padrão.

### **3.13.17 Bolsas e Programas**

#### **- PROUNI – Programa Universidade para todos**

O PROUNI – Programa Universidade Para Todos promove o acesso às universidades particulares brasileiras para estudantes de baixa renda que tenham estudado o ensino médio exclusivamente em escola pública.

#### **- FIES – Fundo de financiamento Estudantil**

O Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) é um programa do Ministério da Educação (MEC), instituído pela Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que tem como objetivo conceder financiamento a estudantes em cursos superiores não gratuitos, com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo MEC e oferecidos por instituições de educação superior não gratuitas aderentes ao programa.

#### **- ESTÁGIO – Programa estágio de contrapartida**

No Programa Estágio de Contrapartida da Unimar, você pode atuar, desde o primeiro ano, em algum setor relacionado com sua área de formação e conquistar um percentual de desconto nas mensalidades.

#### **- TRANSFERÊNCIA**

Programa de transferência para vagas remanescentes. Este Programa facilita a transferência do aluno vindo de outra instituição, analisando seu perfil escolar e oferecendo toda estrutura e diferenciais de uma grande Universidade.

#### **- INICIAÇÃO CIENTÍFICA**

Este Programa visa incentivar a participação dos discentes no Programa de Iniciação Científica da Universidade de Marília, que tem o objetivo de propiciar uma primeira aproximação do acadêmico com as atividades de pesquisa, aprimorando sua formação.

O Programa Institucional de Iniciação Científica tem como objetivos propiciar a primeira aproximação do discente com as atividades de pesquisa, aprimorar o conhecimento obtido durante a graduação diante das atividades de ensino, bem como

viabilizar os instrumentos necessários à prática da pesquisa e correta utilização das normas da ABNT. São os Programas de IC: PIC GERAL; PIC/MED; PIC/EAD; PIIT/UNIMAR; PIIC – AGRÁRIAS; PIIC – SAÚDE; PIIC HUMANAS; PIBIC/CNPq; PIBITI/CNPq; ICJ/CNPq.

### **3.14 Gestão Do Curso E Os Processos De Avaliação Interna E Externa**

A gestão do curso de Direito está sob responsabilidade da Coordenação, cuja nomeação ocorre em conformidade com Portaria expedida pela Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), seguindo as diretrizes do Plano de Carreira Docente e do Regimento Geral da Instituição de Ensino Superior (IES).

Essa gestão articula-se diretamente com a gestão institucional, compartilhando objetivos e práticas voltadas à melhoria contínua do curso. Entre as atribuições da Coordenação do curso de Direito, destacam-se:

1. Desenvolver postura proativa, integradora e motivadora junto a docentes, discentes, técnicos e à comunidade;
2. Manter contato direto com professores e estudantes, mediando eventuais conflitos, acompanhando e estimulando o processo de ensino-aprendizagem;
3. Contribuir para o aprimoramento das competências dos integrantes do curso;
4. Supervisionar os espaços físicos, laboratórios, instalações e equipamentos do curso;
5. Acompanhar o uso e o movimento do acervo da biblioteca;
6. Controlar a frequência docente e supervisionar a frequência discente;
7. Monitorar o desempenho acadêmico dos estudantes por meio da análise de relatórios de notas e reuniões periódicas com docentes e discentes;
8. Buscar e fomentar a empregabilidade dos egressos;
9. Conhecer as demandas do mercado de trabalho e assegurar a formação adequada do profissional do Direito, alinhando o curso às exigências profissionais contemporâneas;
10. Promover articulação com entidades e organizações relevantes, tais como IBAMA, CADES, administrações públicas e outras IES, visando ao aprimoramento acadêmico e social do curso;
11. Fomentar ações de responsabilidade social, incentivando o envolvimento dos estudantes e professores com a comunidade local.

Todas essas atividades são desenvolvidas em consonância com a gestão institucional, fundamentadas nos processos de **autoavaliação** e **avaliação externa**, os

quais orientam as decisões e ações estratégicas voltadas ao desenvolvimento e qualificação do curso.

A **autoavaliação institucional** é conduzida pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), criada pela Portaria GR nº 009/2010, conforme previsto na Lei nº 10.861/2004 (SINAES). A CPA promove um processo permanente e sistemático de avaliação, com abrangência nas áreas de ensino, pesquisa, extensão e gestão, e estimula a participação da comunidade acadêmica nas decisões institucionais.

A avaliação é realizada por meio de três instrumentos principais:

- **Avaliação discente**, na qual os estudantes avaliam as disciplinas cursadas e a prática docente;
- **Avaliação institucional**, na qual os estudantes avaliam o curso e a IES como um todo;
- **Avaliação docente**, composta por autoavaliação dos professores, avaliação dos estudantes e da instituição.

Os dados obtidos são sistematizados e analisados de forma a identificar fragilidades, potencialidades e oportunidades de melhoria. Essa análise subsidia a elaboração de estratégias para qualificar continuamente o processo formativo.

A Universidade de Marília busca desenvolver um modelo avaliativo comprometido com a excelência acadêmica, permitindo:

- A sistematização e análise coletiva de informações institucionais;
- A compreensão integrada das ações e resultados alcançados;
- A identificação de pontos fortes e fracos;
- A formulação de estratégias para superação de desafios;
- A comunicação clara e ética dos resultados à comunidade acadêmica.

Os resultados das avaliações internas e externas são disponibilizados à Coordenação do Curso e ao Núcleo Docente Estruturante (NDE), além do Conselho de Curso, que, em conjunto, deliberam sobre ajustes curriculares, metodológicos e estruturais, assegurando a melhoria contínua do processo ensino-aprendizagem e a conformidade com os parâmetros de qualidade estabelecidos pelo MEC.

### **3.15 Atividades De Tutoria**

As atividades de tutoria atendem às demandas pedagógicas da estrutura curricular, promovendo a mediação pedagógica, o domínio de conteúdos, recursos e materiais didáticos, além do acompanhamento individualizado dos discentes. Estas atividades são avaliadas periodicamente por estudantes e equipe pedagógica, subsidiando ações corretivas e de aprimoramento para o planejamento futuro.

### **3.16 O Ambiente Virtual De Aprendizagem (AVA)**

O AVA, previsto no PPC, oferece materiais, recursos e tecnologias apropriadas para promover a cooperação entre tutores, discentes e docentes, fomentando a reflexão sobre os conteúdos e garantindo acessibilidade metodológica e comunicacional. Avaliações periódicas documentadas promovem sua melhoria contínua.

O AVA representa a sala de aula virtual, sendo fundamental para a atuação dos tutores na EaD. Ele oferece:

- Gestão das estratégias de comunicação;
- Suporte pedagógico de professores e tutores;
- Registro de interações e produções discentes;
- Gestão da avaliação.

A Unimar utiliza o Moodle, personalizado conforme as necessidades da IES, promovendo um ambiente acessível e integrado ao processo ensino-aprendizagem.

### **3.17 Material Didático**

O material didático é composto por livros, aulas digitais, videoaulas, aulas ao vivo, palestras e atividades de estudo, disponibilizados em formatos físicos e digitais. A elaboração do material considera: (i) Adequação da bibliografia; (ii) Pertinência dos conteúdos à formação proposta; (iii) Coerência teórica e profundidade; (iv) Formação dos professores.

Cada disciplina possui um livro-texto, desenvolvido por professores especialistas, com linguagem dialógica, geralmente estruturado em 16 aulas. Os textos incluem quadros, gráficos, imagens e conteúdos complementares.

A Unimar fornece um Guia do Autor, que orienta quanto à formatação e aos elementos obrigatórios. O material é disponibilizado em PDF no Moodle, com foco em usabilidade e acessibilidade visual.

### **3.18 Avaliação Do Material Didático**

A equipe multidisciplinar realiza avaliações periódicas do material didático, promovendo sua atualização constante. Essa equipe é composta por profissionais de diversas áreas do conhecimento, responsáveis pela concepção, produção e revisão dos recursos educacionais, sempre em conformidade com o PPC e sob supervisão da coordenação do curso.

### **3.19 Tutoria Das Disciplinas Digitais**

Os tutores possuem formação específica nas áreas das disciplinas e atuam alinhados ao PPC e às demandas tecnológicas do curso. Avaliações periódicas identificam necessidades de capacitação, com apoio institucional para práticas criativas e inovadoras.

As disciplinas digitais são estruturadas com materiais dialógicos e tutoria ativa. Os tutores acessam diariamente o AVA, propõem interações e respondem dúvidas em até 48 horas. Os discentes também podem acionar a coordenação pelo AVA em caso de dificuldades.

### **3.20 Procedimentos De Acompanhamento E De Avaliação Dos Processos De Ensino-Aprendizagem**

A avaliação é contínua e cumulativa, com funções diagnóstica, formativa e somativa. Busca-se detectar e corrigir dificuldades, promover uma aprendizagem significativa e desenvolver hábitos e atitudes coerentes com a formação do estudante-cidadão.

A avaliação contempla:

- Procedimentos contínuos e cumulativos;
- Atividades contextualizadas;
- Diálogo permanente com o estudante;
- Apoio pedagógico individualizado;
- Estratégias didático-pedagógicas para a melhoria da aprendizagem;
- Discussão em sala virtual dos resultados obtidos;
- Integração de conhecimentos prévios e saberes sistematizados.

De acordo com o Regimento Interno da Universidade de Marília (UNIMAR), o processo de aprovação dos estudantes está fundamentado em dois critérios fundamentais: frequência e desempenho acadêmico. A frequência mínima exigida é de 75% das aulas e

atividades programadas em cada disciplina. O não cumprimento desse percentual resulta na reprovação automática, independentemente das notas obtidas.

Quanto à avaliação do desempenho acadêmico, a instituição adota uma escala de 0,0 a 10,0, com variações de meio ponto (0,5). O calendário escolar fixa os períodos destinados à realização de duas avaliações regimentais bimestrais, além de um exame final, quando necessário.

Será considerado aprovado o aluno que, após as avaliações do primeiro e segundo bimestres de cada semestre letivo, obtiver média igual ou superior a 7,0 (sete). Para aqueles que não alcançarem essa média, é oferecida a possibilidade de realizar uma avaliação substitutiva, a qual substituirá a menor nota do semestre, sendo essa participação opcional ao estudante.

A UNIMAR compreende a avaliação como parte integrante e contínua do processo de ensino-aprendizagem, em conformidade com as normas pedagógicas estabelecidas pelo Ministério da Educação (MEC). Nesse contexto, a avaliação assume três modalidades complementares:

1. Avaliação Diagnóstica: realizada no início do semestre ou da disciplina, com o objetivo de identificar as potencialidades e fragilidades dos estudantes. Com base nesses resultados, alguns alunos podem ser encaminhados para atividades de nivelamento, especialmente nas disciplinas que exigem conhecimentos prévios mais consolidados.
2. Avaliação Contínua: será realizada ao longo do processo de ensino, permitindo o acompanhamento do desenvolvimento do estudante e a eficácia das estratégias metodológicas utilizadas pelo professor. Constitui um processo formativo e dinâmico, no qual o docente possui autonomia pedagógica para conduzir a disciplina de acordo com os objetivos de aprendizagem propostos. Esse modelo permite a utilização de diferentes estratégias avaliativas, adequadas ao perfil da turma e à natureza do conteúdo, promovendo maior flexibilidade e inovação no processo de ensino-aprendizagem.

Entre as metodologias que podem ser adotadas estão a sala de aula invertida, a gamificação, o estudo de casos, a aprendizagem baseada em problemas (PBL), seminários temáticos, projetos integradores, debates orientados, quizzes interativos, portfólios reflexivos e outras abordagens ativas, inclusive com apoio de ferramentas de Inteligência Artificial para sugerir atividades, elaborar questões ou personalizar trilhas de aprendizagem.

O processo avaliativo contínuo ocorre ao longo de todo o semestre, por meio de atividades diversificadas que consideram não apenas o desempenho em provas tradicionais, mas também a participação, o engajamento, a capacidade crítica, o trabalho em equipe e a aplicação prática do conhecimento.

Essa abordagem contribui para:

- Maior permanência e assiduidade do estudante em sala de aula;
- Participação mais ativa e colaborativa;
- Desenvolvimento da autonomia e do pensamento crítico;
- Identificação precoce de lacunas no processo de ensino-aprendizagem;
- Possibilidade de intervenções pedagógicas mais assertivas ao longo do semestre.

Dessa forma, a avaliação deixa de ter caráter exclusivamente classificatório e passa a assumir função diagnóstica, formativa e orientadora, promovendo um ambiente acadêmico mais participativo, reflexivo e centrado no desenvolvimento integral do estudante.

Quanto à definição do peso das atividades propostas, é facultado ao professor. As avaliações denominadas A1 serão desenvolvidas até o final do mês de abril, devendo obrigatoriamente o docente atribuir a média das atividades realizadas pelos estudantes na data previamente descrita no calendário acadêmico. As notas finais, que integram a média final também seguem as datas definidas em calendário acadêmico. O aluno estará aprovado se obtiver a média 7,0 (sete).

A análise dos resultados obtidos pelos estudantes tem como principal finalidade subsidiar decisões pedagógicas, contribuindo para a reorientação de estratégias e práticas didáticas. A participação ativa dos alunos no processo avaliativo é uma das prioridades da coordenação do curso e do colegiado, por se tratar de um elemento essencial à formação crítica, reflexiva e profissional do estudante.

Em síntese, a principal meta dos professores do Curso de Direito da UNIMAR é superar o caráter meramente classificatório e quantitativo da avaliação, promovendo um processo que valorize o aprendizado contínuo, o envolvimento do estudante e sua preparação integral para a atuação profissional escolhida ao ingressar na universidade.

### **3.21 Tecnologias De Informação E Comunicação (Tic) No Processo Ensino-Aprendizagem**

As tecnologias de informação e comunicação adotadas no processo de ensino aprendizagem permitem a execução do projeto pedagógico do curso, garantem a acessibilidade digital e comunicacional, promovem a interatividade entre docentes, discentes asseguram o acesso a materiais ou recursos didáticos a qualquer hora e lugar e possibilitam experiências diferenciadas de aprendizagem baseadas em seu uso.

A Universidade durante o ano de 2022 realizou um grande investimento com a reformulação e inauguração do seu Parque Computacional. A UNIMAR hoje conta com 20 laboratórios, totalizando 678 máquinas equipadas com softwares adequados para o Curso.

Todos os laboratórios apresentam um design que favorece o processo de ensino-aprendizagem, em especial na adoção de metodologias ativas e em grupo. Ademais, a Universidade adotou o GSuite Enterprise for Education para os docentes e os alunos, por meio da conta Google Acadêmico. Destaca-se, ainda, que todos os alunos têm acesso ao pacote Office.

Os alunos também têm acesso durante todo o período (manhã, tarde e noite) aos laboratórios, à biblioteca com sala de informática e gabinetes de estudos com computadores. Nos últimos anos, a rede WIFI foi ampliada dando aos alunos pleno acesso em todos os blocos, laboratórios e salas de aula. O aluno também tem acesso à plataforma virtual acadêmica Moodle, por onde acessam as aulas complementares, os conteúdos das disciplinas, fórum, atividades e provas. A área do aluno é o ambiente em que o aluno encontra informações variadas sobre sua vida acadêmica e sua jornada na universidade, além de aspectos de estágio e acesso à Ouvidoria.

Os professores agendam suas atividades conforme a necessidade de seus módulos. Não havendo aulas, os laboratórios ficam à disposição dos estudantes para uso com a finalidade acadêmica.

Além do laboratório de informática, existe mais um espaço de busca ligado à Biblioteca Central para uso dos sistemas.

Os estudantes de medicina, através do AVA-moodle, podem:

- Solicitar atestados de colação de grau, conclusão, estágio, frequência, idoneidade, matrícula, passe escolar e reconhecimento do curso;
- Consultar disciplinas do curso, faltas, histórico escolar, horários de aulas e provas, notas, desempenho do aluno, atividades complementares, disciplinas que ainda faltam para cursar e eventos;

- Solicitar 2ª via do boletim acadêmico e comprovante de IR, revisão de faltas e notas, trancamento de Disciplinas;
- Fazer sugestões e reclamações sem ser identificado. Para isso, usar o RA (Registro Acadêmico) e uma senha secreta que habilita ao acesso.

Neste item, merece destaque novamente o NITE – Núcleo de Inovação Tecnológica e Empreendedorismo. O Núcleo atua no desenvolvimento e no apoio de projetos de empreendedorismo de cada curso. Ademais, o NITE apoia o desenvolvimento de programas e iniciativas de inovação tecnológica, buscando fomentar oportunidades e tornar a inovação tecnológica e o empreendedorismo relevantes para todos os atores pertencentes à comunidade acadêmica.

### **TecUnimar – Parque Tecnológico da Universidade de Marília**

A Universidade de Marília inaugurou, em outubro de 2024, o TecUnimar – Parque Tecnológico da UNIMAR, um espaço dedicado ao fomento de tecnologia e inovação. O parque conta com mais de 20 empresas que desenvolvem projetos de ponta em diversas áreas do conhecimento, com ênfase especial em Saúde e Tecnologia. Além de um ambiente para a incubação de startups e empresas inovadoras, o TecUnimar oferece mais de 100 espaços dedicados ao desenvolvimento de projetos empresariais, sendo um catalisador de ideias e soluções.

A estrutura do parque inclui quatro salas de reuniões, um coworking comunitário, áreas de recreação, além de um espaço para eventos com capacidade para mais de 100 pessoas. Com uma programação já em andamento, o TecUnimar terá sua primeira expansão em dezembro de 2025, que terá um novo bloco de 8 mil m<sup>2</sup>. Este bloco contará com um espaço de convenções, 12 laboratórios de inovação, mais de 30 laboratórios de informática e uma nova área dedicada à hospedagem de empresas de base tecnológica e de saúde.

Todos os laboratórios apresentam um design que favorece o processo de ensino-aprendizagem, em especial na adoção de metodologias ativas e em grupo. Nos últimos anos, a rede WIFI foi ampliada dando aos

alunos pleno acesso em todos os blocos, laboratórios e salas de aula. O aluno também tem acesso a plataforma virtual acadêmica Moodle, por onde acessam as aulas complementares, os conteúdos das disciplinas, fórum, atividades e provas. A área do aluno

é o ambiente em que o aluno encontra informações variadas sobre sua vida acadêmica e sua jornada na universidade, além de aspectos de estágio e acesso à Ouvidoria.

Os professores agendam suas atividades conforme a necessidade de seus módulos. Não havendo aulas, os laboratórios ficam à disposição dos estudantes para uso com a finalidade acadêmica.

### **3.22 Número De Vagas**

O número de vagas solicitado para o curso é de **150 (cento e cinquenta) vagas anuais**.

### **3.23 Pesquisa no Curso**

O curso busca incentivar a participação dos discentes no Programa de Iniciação Científica da Universidade de Marília, que tem o objetivo de propiciar uma primeira aproximação do acadêmico com as atividades de pesquisa, aprimorando sua formação.

O Programa Institucional de Iniciação Científica tem como objetivos propiciar a primeira aproximação do discente com as atividades de pesquisa, aprimorar o conhecimento obtido durante a graduação diante das atividades de ensino, bem como viabilizar os instrumentos necessários à prática da pesquisa e correta utilização das normas da ABNT. São os Programas de IC: PIC GERAL; PIC/MED; PIC/EAD; PIIT/UNIMAR; PIIC – AGRÁRIAS; PIIC – SAÚDE; PIIC HUMANAS; PIC/DIREITO; PIBIC/CNPq; PIBITI/CNPq; ICJ/CNPq.

### **3.24 Extensão no Curso**

No curso de Direito, as práticas extensionistas já estão integradas em várias disciplinas, como Direito Penal, Direito Constitucional, Mediação, Conciliação e Arbitragem, Estatuto da Criança e do Adolescente, Direito do Trabalho, Direito Administrativo, entre outras. Isso garante que os alunos não só aprendam a teoria, mas também tenham a oportunidade de aplicar o conhecimento de forma prática, trabalhando diretamente com a comunidade e com as questões reais que afetam a sociedade.

A curricularização da extensão não é apenas uma exigência legal, mas uma forma de tornar o ensino mais dinâmico e relevante para os alunos, proporcionando uma experiência acadêmica que integra teoria e prática de maneira transformadora. Essa interação entre a universidade e a comunidade resulta em um aprendizado mais completo e em um impacto positivo na sociedade, alinhando o conhecimento acadêmico à realidade social.

## **Disciplinas Curricularizadas**

- 203412 – Introdução ao Estudo do Direito (040 CH)
- 200437 – História do Direito (040 CH)
- 203422 – Direito Penal III (040 CH)
- 202908 – Mediação, Conciliação e Arbitragem (040 CH)
- 200465 – Direito Constitucional III (040 CH)
- 203247 – Estatuto da Criança e do Adolescente (040 CH)
- 202911 - Direito do Trabalho II (040 CH)
- 200475 – Direito Administrativo II (080 CH)
- 203457 – Direito Digital (040 CH)
- 203449 – Prática Jurídica X (040 CH)

## **4. CORPO DOCENTE**

### **4.1 Núcleo Docente Estruturante (NDE)**

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso tem por finalidade analisar, de forma sistêmica e global, os aspectos de gestão acadêmica, a relação entre docentes e discentes, além de atuar de maneira representativa no Conselho de Curso.

A composição, finalidade, constituição, atribuições e dinâmica de reuniões do NDE estão em conformidade com a **Portaria Prograd nº 16/2010**, conforme disposto no Anexo I deste PPC.

O NDE é presidido pelo Coordenador do Curso e composto por docentes do respectivo curso, com comprovada qualificação acadêmica e atuação efetiva no acompanhamento, concepção, consolidação e contínua atualização do Projeto Pedagógico do Curso.

De acordo com a normativa vigente, o NDE deverá ser constituído:

- Pelo Coordenador do Curso, na qualidade de Presidente;
- Por, no mínimo, 5 (cinco) docentes do curso, sendo que pelo menos 60% (sessenta por cento) destes devem possuir titulação acadêmica *stricto sensu*, obtida em programas recomendados pela CAPES.

#### **4.1.1 Atuação do Núcleo Docente Estruturante**

As atribuições do NDE são:

1. Elaborar o Projeto Pedagógico do Curso, definindo seus fundamentos e concepção;
2. Estabelecer o perfil profissional do egresso, contribuindo para a consolidação do curso;
3. Atualizar periodicamente o PPC;
4. Conduzir os processos de reestruturação curricular, quando necessário, submetendo-os à aprovação do Colegiado de Curso;
5. Colaborar com a Coordenação para assegurar a integração horizontal e vertical do curso;
6. Analisar e avaliar os programas e planos de ensino das disciplinas;
7. Incentivar o desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão alinhadas às necessidades da graduação, exigências do mercado e políticas públicas da área;
8. Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais do curso.

#### **4.2 Equipe Multidisciplinar**

A equipe multidisciplinar é composta por profissionais de distintas áreas do conhecimento e tem como responsabilidade a concepção, produção e disseminação de tecnologias educacionais, metodologias de ensino e recursos pedagógicos voltados à modalidade a distância. Esta equipe atua com base em planos e processos de trabalho formalizados e implementados pela Instituição.

Sua principal incumbência é a elaboração e o acompanhamento das disciplinas ofertadas na modalidade a distância, quando inseridas no Projeto Pedagógico do Curso (PPC), atuando sob a supervisão do Coordenador de Curso. A atuação integrada da equipe multidisciplinar assegura a qualidade técnico-pedagógica das atividades desenvolvidas e o alinhamento com as diretrizes institucionais.

#### **4.3 Atuação Do Coordenador**

O Coordenador de Curso exerce função estratégica e de liderança no âmbito acadêmico e administrativo, sendo responsável pela gestão e acompanhamento dos processos relacionados ao ensino, à aprendizagem e à consolidação do Projeto

Pedagógico do Curso. Suas atribuições estão definidas no Regimento Geral da Instituição e no Plano de Carreira do Magistério Superior da Universidade de Marília (Unimar).

A Coordenação do Curso está sob responsabilidade da professora **Francis Marília Pádua**, graduada em Direito, Mestre em Direito e Doutora em Educação pela Universidade Estadual Paulista (UNESP).

As atribuições da Coordenação, conforme o **Art. 40 do Regimento Geral da Universidade**, são:

- I – Planejar, dirigir e acompanhar as atividades didáticas do curso;
- II – Convocar e presidir as reuniões do Conselho de Curso, juntamente com o Pró-Reitor de Graduação;
- III – Elaborar o plano de atividades em conjunto com o Conselho de Curso e encaminhá-lo à Pró-Reitoria de Graduação;
- IV – Instaurar procedimentos administrativos e disciplinares no âmbito de sua competência;
- V – Promover a articulação vertical e horizontal da execução curricular;
- VI – Encaminhar à Prograd matérias a serem apreciadas por órgãos executivos ou colegiados superiores;
- VII – Apresentar à Prograd, dentro do prazo estabelecido, relatórios das atividades do curso;
- VIII – Participar do processo de avaliação do curso, conforme diretrizes do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- IX – Zelar pelo cumprimento do regime acadêmico e execução dos planos de ensino, pesquisa e extensão, propondo correções sempre que necessárias;
- X – Cumprir e fazer cumprir o Regimento Geral, o Estatuto e as deliberações dos órgãos colegiados;
- XI – Adotar, em caráter emergencial e ad referendum dos órgãos superiores, medidas para garantir o funcionamento regular das atividades acadêmicas;
- XII – Exercer outras atribuições compatíveis com sua função ou que lhe forem delegadas por autoridade superior.

#### 4.3.1 Experiência Profissional, de Magistério Superior e de Gestão Acadêmica do Coordenador

A docente possui experiência profissional na advocacia, está vinculada à Unimar desde 04 de agosto de 1997, em regime de tempo integral, e atua na coordenação do curso desde 01 de agosto de 2006.

A nomeação da Coordenação ocorre por meio de Portaria expedida pela Pró-Reitoria de Graduação (Prograd), conforme o disposto no Regimento Geral e no Plano de Carreira da IES.

Durante sua gestão, o curso vem apresentando desempenho satisfatório junto aos sistemas de avaliação do Ministério da Educação (MEC), conforme demonstram os conceitos obtidos nos ciclos avaliativos do **Conceito Preliminar de Curso (CPC)** e no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (**ENADE**):

- **2006** – CPC 3
- **2009** – CPC 5
- **2012** – CPC 4
- **2015** – CPC 4
- **2018** – CPC 4
- **2022** – CPC 4

Na avaliação *in loco* realizada pelo MEC em 2015, o curso recebeu **conceito máximo (5)**, evidenciando a qualidade da gestão da Coordenação, sua relação com o corpo docente e discente, bem como a efetividade no cumprimento dos objetivos pedagógicos do curso.

#### 4.4 Regime De Trabalho Do Coordenador De Curso

O regime de trabalho do Coordenador de Curso está definido no **Plano de Carreira do Magistério Superior da Unimar**, conforme o disposto no Art. 41, §1º: “Docente 40 (quarenta) horas: até 10 (dez) horas-aula para o exercício das funções de docente, orientação de estágio, Trabalho de Conclusão de Curso ou atividades complementares.”

Esse regime assegura a dedicação necessária às atividades acadêmico-administrativas da coordenação, sem prejuízo à atuação docente, permitindo uma gestão eficiente e articulada com as demandas do curso e da Instituição.

#### 4.5 Corpo Docente: Titulação

O corpo docente do Curso de Direito da Universidade de Marília (UNIMAR) é composto por profissionais que reúnem sólida formação acadêmica, experiência docente, atuação no campo jurídico e comprometimento com os princípios institucionais da Universidade. Esses docentes exercem atividades de ensino, pesquisa, extensão e orientação, demonstrando engajamento com a formação crítica e ética dos acadêmicos.

O regime de trabalho dos professores obedece às normas estabelecidas no Plano de Carreira do Magistério Superior da Unimar e à legislação trabalhista vigente. O quadro docente é composto majoritariamente por profissionais com titulação *stricto sensu*, garantindo excelência acadêmica e científica à formação oferecida pelo curso.

Atualmente, o corpo docente é composto por **20 (vinte) professores**, dos quais:

- **16 (dezesesseis)** possuem **título de Doutor**;
- **4 (quatro)** possuem **título de Mestre**;

Entre os doutores, **4 (três)** possuem doutorado em áreas correlatas ao Direito, e lecionam componentes curriculares compatíveis com sua formação, garantindo a interdisciplinaridade e a articulação dos saberes no Projeto Pedagógico do Curso.

Todos os docentes estão disponíveis para orientação de Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) e para acompanhamento das atividades práticas desenvolvidas no Núcleo de Prática Jurídica (NPJ), reforçando o compromisso do curso com a integração entre teoria e prática.

A tabela a seguir apresenta a relação nominal dos docentes, suas respectivas titulações, regimes de trabalho e carga horária semanal de atuação:

Nome	Titulação	Regime de Trabalho	Atuação Docente (H/A)
<b>Alexandre Garcia Muller</b>	Mestre	Parcial	16 h/a
<b>Alexandre Sormani</b>	Doutor	Horista	08 h/a
<b>Catharina Martinez Heinrich Ferrer</b>	Doutora	Parcial	08 h/a
<b>Diego Fajardo Maranhã Leão de Souza</b>	Mestre	Parcial	16 h/a
<b>Daniela Ramos Marinho Gomes</b>	Mestre	Parcial	24 h/a
<b>Emerson Ademir Borges de Oliveira</b>	Doutor	Integral	40 h/a
<b>Ewerton Ricardo Messias</b>	Doutor	Horista	08 h/a
<b>Fabiano Dolenc Del Masso</b>	Doutor	Parcial	14 h/a
<b>Francis Marília Pádua Fernandes</b>	Doutora	Integral	40 h/a
<b>Galdino Luiz Ramos Junior</b>	Doutor	Integral	40 h/a

<b>Giovana Benedita Jaber Rossini Ramos</b>	Doutora	Integral	22 h/a
<b>Guilherme Moraes Cardoso</b>	Mestre	Horista	12 h/a
<b>Jefferson Aparecido Dias</b>	Doutor	Integral	40 h/a
<b>José Luiz Mansur Junior</b>	Doutor	Parcial	16 h/a
<b>Juliana Raquel Nunes</b>	Doutora	Horista	12 h/a
<b>Marisa Rossignoli</b>	Doutora	Integral	40 h/a
<b>Rafael José Nadim de Lazari</b>	Doutor	Integral	40 h/a
<b>Ricardo Pinha Alonso</b>	Doutor	Integral	40 h/a
<b>Sandro Marcos Godoy</b>	Doutor	Integral	40 h/a
<b>Walkiria Martinez Heinrich Ferrer</b>	Doutora	Integral	40 h/a

A elevada qualificação do corpo docente contribui para a consolidação de um ensino jurídico pautado pela excelência acadêmica, pelo compromisso social e pela formação de profissionais capazes de enfrentar os desafios contemporâneos do Direito. Deste modo e, resumidamente, a titulação do corpo docente:

TITULAÇÃO	NÚMERO DE DOCENTES	PERCENTUAL
<b>DOUTORES</b>	16	80
<b>MESTRES</b>	04	20
<b>TOTAL</b>	20	100%

#### 4.6 Regime De Trabalho Do Corpo Docente Do Curso

O corpo docente do curso está distribuído nos seguintes regimes de trabalho: 11 docentes em tempo integral, 6 docentes em tempo parcial e 3 docentes horistas.

#### 4.7 Experiência Profissional Do Docente

O corpo docente do curso possui sólida experiência acadêmica e profissional. Além da docência no ensino superior, os professores atuam há mais de 10 (dez) anos na área jurídica, em atividades como advocacia, Polícia Civil, Ministério Público, Magistratura, Procuradorias, entre outras. Também participam de atividades na pós-graduação.

#### 4.8 Experiência No Exercício Da Docência Superior

No que se refere à experiência no magistério superior, 10 (dez) docentes possuem entre 10 (dez) e 25 (vinte e cinco) anos de atuação, enquanto 3 (três) docentes possuem entre 5 (cinco) e 10 (dez) anos de experiência.

#### **4.9 Experiência No Exercício Da Educação A Distância**

O corpo docente possui experiência consolidada no ensino superior. Essa vivência permite identificar dificuldades dos discentes, utilizar linguagem adequada ao perfil da turma, apresentar exemplos contextualizados, elaborar atividades específicas e avaliações diagnósticas, formativas e somativas. Os resultados dessas práticas são utilizados para aprimorar continuamente a atuação docente. Os professores demonstram liderança e reconhecimento acadêmico por sua produção e atuação.

#### **4.10 Atuação Do Colegiado De Curso**

O colegiado do curso está formalmente instituído, com representatividade docente e discente. Reúne-se periodicamente, conforme normativa da Pró-Reitoria de Graduação (Prograd), com registro em atas das decisões e encaminhamentos. Possui sistema próprio para suporte ao registro, acompanhamento e execução de suas deliberações. Realiza avaliações periódicas de seu desempenho com vistas ao aprimoramento da gestão acadêmica.

#### **4.11 Produção Científica, Cultural, Artística Ou Tecnológica**

A Universidade de Marília, por meio da Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, mantém um Plano de Incentivo à Publicação Docente, que visa estimular a produção acadêmica em periódicos com classificação QUALIS A1, A2, A3 e A4, em formatos físico e digital.

Os docentes do curso, titulados como mestres e doutores, estão envolvidos em projetos de pesquisa com publicações em anais e periódicos especializados.

### **5. Infraestrutura**

#### **5.1 Espaço De Trabalho Para Docentes Em Tempo Integral**

O curso dispõe de sala exclusiva e equipada para o desenvolvimento das atividades dos docentes em regime integral. O ambiente conta com equipamentos de informática e multimídia, proporcionando condições adequadas para o trabalho pedagógico e administrativo.

## **5.2 Espaço De Trabalho Para O Coordenador**

A coordenação do curso possui sala ampla e estrategicamente localizada, em frente à secretaria e à sala dos docentes, facilitando o atendimento e a comunicação entre coordenador, professores e discentes.

## **5.3 Sala Coletiva De Professores**

A sala dos professores é ampla, centralizada e bem ventilada, localizada em frente à secretaria e à coordenação do curso. O espaço é totalmente equipado para garantir conforto e funcionalidade. A instituição mantém equipe de limpeza dedicada, assegurando um ambiente limpo e adequado para o trabalho docente.

## **5.4 Salas De Aula**

As salas de aula são espaçosas, bem iluminadas, ventiladas e climatizadas, com amplas janelas e ar condicionado. A acessibilidade é garantida por acessos frontais e laterais ao bloco onde o curso está instalado, que também conta com amplo estacionamento para os alunos.

## **5.5 Acesso Dos Alunos A Equipamentos De Informática**

Os alunos têm acesso a 20 laboratórios de informática, totalizando 678 computadores equipados com softwares específicos e voltados para metodologias ativas. Além disso, são disponibilizados notebooks, scanners, lousas digitais, projetores multimídia, tablets e rede Wi-Fi em todos os blocos, laboratórios e salas de aula. A plataforma acadêmica Moodle é utilizada para o acesso aos conteúdos, atividades e avaliações.

## **5.6 Bibliografia Básica Por Unidade Curricular**

Fica a cargo do Núcleo Docente Estruturante do Curso a análise e avaliação dos programas e planos de ensino das unidades curriculares do curso, bem como a atualização periódica do Projeto Pedagógico.

O Projeto Pedagógico do Curso é, periodicamente, revisado e atualizado nos moldes da Portaria Prograd n. 31, de 24 de julho de 2014.

A bibliografia básica do curso é constituída por acervo físico e virtual. O acervo está adequado em número de exemplares e proporcionalmente ao número de vagas ofertadas. Atualmente o acervo é composto de:

<b>Acervo</b>		
<b>Acervo Físico</b>	<b>Acervo Virtual</b>	<b>Acervo de Periódicos</b>
Títulos: 12.772	Títulos: 15.744	Títulos: 649
Exemplares: 20.636		Exemplares: 15.802

### **5.7 Bibliografia Complementar Por Unidade Curricular**

A bibliografia complementar do curso é constituída por acervo físico e virtual e está adequado em número de exemplares e proporcionalmente ao número de vagas ofertadas.

### **5.8 Núcleo De Práticas Jurídicas: Atividades Básicas E Arbitragem, Negociação, Conciliação, Mediação E Atividades Jurídicas Reais**

O curso conta com um Núcleo de Prática Jurídica instalado em área própria de 164,37 m<sup>2</sup>, equipado com 4 salas de atendimento, 6 salas de audiência, cartório, sala para conciliadores, juízes e defensores públicos, além de brinquedoteca.

Por meio de convênio com o Tribunal de Justiça de São Paulo, o curso mantém o CEJUSC – Centro de Mediação, Conciliação e Cidadania, onde são realizadas audiências pré-processuais e formalizados acordos judiciais.

As atividades teórico-práticas são desenvolvidas tanto na matriz curricular quanto nas ações do Núcleo, visando a formação crítica e interdisciplinar dos alunos, com ênfase nas formas extrajudiciais de solução de conflitos. São realizadas práticas reais e simuladas, elaboração de peças processuais, rotinas processuais e visitas orientadas a partir do 3º ano. Há também participação obrigatória em audiências cíveis, penais, trabalhistas e de conciliação, além de projetos extensionistas comunitários.

### **5.9 Comitê De Ética Em Pesquisa (Cep)**

O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UNIMAR é composto por uma equipe multiprofissional de 10 membros, sendo 8 da instituição, 1 representante dos usuários e 1 funcionário administrativo, nomeados pela Reitoria, sem remuneração.

O CEP analisa projetos de pesquisa clínica e experimental, garantindo conformidade ética conforme a Resolução nº 196/1996 do Conselho Nacional de Saúde.

Reconhecido pelo CONEP sob o registro nº 25000.00764/2007-47, o CEP realiza reuniões ordinárias mensais e extraordinárias quando necessário, no Campus Universitário de Marília. O atendimento aos pesquisadores ocorre em horários específicos e toda a regulamentação está disponível no site da UNIMAR.

### **5.10 Ambientes Profissionais Vinculados Ao Curso**

O curso conta com o Departamento de Estágio, que mantém convênios com diversas instituições públicas e privadas, incluindo Tribunal de Justiça, Delegacias de Polícia Civil e Federal, Defensorias Públicas, Procuradorias, Justiça Federal e do Trabalho, Prefeitura Municipal, além de escritórios de advocacia da região.

Há também parceria com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), promovendo eventos relacionados à atuação profissional da advocacia, e cooperação com a ACIM por meio do grupo Jovem Advogado Empreendedor, que estimula o empreendedorismo na área jurídica.

## **EMENTAS**

### **DISCIPLINA: 202915 – ATIVIDADES COMPLEMENTARES I**

**EMENTA:** I - Atividades de Complementação da Formação Social, Humana e Cultural; II – Atividades de Cunho Comunitário, de Interesse Coletivo e em Projetos de Extensão; III – Atividades de Iniciação Científica, Tecnológica e de Formação Profissional.

### **DISCIPLINA: 203414 – CIÊNCIA POLÍTICA E TEORIA GERAL DO ESTADO**

**EMENTA:** A disciplina Ciência Política para o curso de Direito, abrange as seguintes questões: Objeto de estudo da Ciência Política. Interação Estado e Sociedade Civil. Pressupostos históricos do surgimento da instituição Estado: Antiguidade Clássica, Idade Média e Moderna. Globalização e neoliberalismo. Componentes materiais e formais do Estado. Tipos de Estado: Unitário e Federativo. Formas de Governo: Monarquia e República. Sistemas de Governo: Presidencialismo e Parlamentarismo. Soberania. Poder: legalidade e legitimidade do poder político. Partidos políticos. Clássicos da Ciência Política. Para realização de seus objetivos no Curso de Direito, a disciplina Ciência Política necessita manter um vínculo permanente com as demais disciplinas complementares, como Sociologia e Antropologia, Economia e Introdução ao Estudo do Direito.

**DISCIPLINA: 200440 – DIREITO CIVIL I**

**EMENTA:** Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. Introdução a Teoria Geral do Direito Civil. Constitucionalização do direito civil. Sujeitos de direito, pessoa natural e jurídica. O direito de personalidade e suas nuances. A capacidade civil, proteção aos incapazes e a emancipação. Do estado. Do nome. Do domicílio. A ausência e seu procedimento. Direito e abordagem cultural. Dos Bens.

**DISCIPLINA: 203415 – DIREITO PROCESSUAL CIVIL I (TEORIA GERAL DO PROCESSO)**

**EMENTA:** Noções iniciais de Direito Processual Civil. Contextualização e evolução. Efetividade da tutela jurisdicional e os sujeitos processuais envolvidos. Os princípios mais relevantes do CPC. Jurisdição e suas instâncias. Competência. Ação, classificação, elementos e condições. Processo, relação jurídica processual e pressupostos processuais. Procedimentos: visão panorâmica de suas quatro fases processuais.

**DISCIPLINA: 203414 – DIREITO PENAL I (PARTE GERAL I)**

**EMANTA:** I. Introdução ao estudo do direito penal; II. Escolas penais; III. Princípios do direito penal; IV. Fontes do direito penal; V. Interpretação e integração do direito penal; VI. Lei penal; VII. Lei penal no tempo; VIII. Lei penal no espaço; IX. Eficácia da sentença penal estrangeira; X. Contagem de prazo e frações da pena; XI. Conflito aparente de normas.

**DISCIPLINA: 203412 – INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO**

**EMENTA:** Introdução ao Estudo do Direito. Origens do Direito. Ramos do Direito. O Direito como fenômeno natural. O Direito como fenômeno positivado. O Direito como fenômeno misto. Teoria sociológica do Direito. Teoria política do Direito. Teoria pura do Direito. Teoria crítica do Direito. Hierarquia das normas. Fontes do Direito. Vigência, eficácia e aplicabilidade das normas jurídicas. Técnica legislativa.

**DISCIPLINA: 200442 – LÍNGUA PORTUGUESA**

**EMENTA:** Conceito de comunicação, comunicação e sociedade, formas de linguagem, estratégias de escrita, redação técnica e em meios digitais, inadequações entre fala e escrita, vícios de linguagem, erros comuns da língua portuguesa, tópicos gramaticais.

**DISCIPLINA: 203452 – PRÁTICA JURÍDICA I**

**EMENTA:** Noções Gerais da formação processual, análise dos documentos necessários à propositura de uma Petição Inicial Cível. -Juízo competente para distribuição de cada ação;-Fatos Jurídicos ou Narração Jurídica;-Dos Fundamentos Legais;-Do Pedido;-Do Mandato Procuratório;-Do Substabelecimento;-Audiência de Conciliação e Instrução Processual.

**DISCIPLINA: 200439 – PSICOLOGIA APLICADA AO DIREITO – CRIMINOLOGIA**

**EMENTA:** História da criminologia. Escolas da criminologia. Estatística criminal. Teorias criminológicas da atualidade. Vitimologia. Criminologia feminista e criminologia queer. Estado de coisas inconstitucional. Responsabilização das pessoas jurídicas.

**DISCIPLINA: 202917 – ATIVIDADES COMPLEMENTARES III**

**EMENTA:** I – Atividades de Complementação da Formação Social, Humana e Cultural; II – Atividades de Cunho Comunitário, de Interesse Coletivo e em Projetos de Extensão; III – Atividades de Iniciação Científica, Tecnológica e de Formação Profissional.

**DISCIPLINA: 203419 – DIREITO CIVIL III (OBRIGAÇÕES)**

**EMENTA:** Introdução ao Direito das Obrigações e estrutura da relação obrigacional. Fontes das obrigações. Distinção entre obrigação e responsabilidade. Os atos unilaterais como fonte do direito obrigacional. Objeto da obrigação. Classificação básica das obrigações. Classificação especial das obrigações. Obrigação natural. Teoria do pagamento. Formas especiais de pagamento. Transmissão das obrigações. Do inadimplemento das obrigações. Das Arras confirmatórias e penitenciais.

**DISCIPLINA: 203420 – DIREITO CONSTITUCIONAL I**

**EMENTA:** Constitucionalismo e neoconstitucionalismo. Concepções de Constituição. Poder Constituinte. Princípios fundamentais. Hermenêutica. Teoria geral dos direitos fundamentais. Direitos e garantias individuais.

**DISCIPLINA: 200457 – DIREITO EMPRESARIAL I**

**EMENTA:** 1. Evolução do Direito Empresarial. 2. Empresa individual e coletiva. 3. Administração da sociedade. 4. Contrato Social. 5. Obrigações do Empresário. 6. Estabelecimento. 7. Sociedade Simples e Empresa Individual Ltda. 8. Sociedade Limitada. 9. Sociedade Anônima. 10. Tipos Societários Menores.

**DISCIPLINA: 203422 – DIREITO PENAL III (PARTE ESPECIAL I)**

**EMENTA:** 1. Teoria Geral das Penas; 2. Concurso de crimes; 3. Suspensão condicional da pena; 4. Livramento Condicional; 5. Efeitos da Condenação; 6. Reabilitação criminal; 7. Medidas de Segurança; 8. Ação Penal; 9. Extinção da punibilidade.

**DISCIPLINA: 203421 – DIREITO PROCESSUAL CIVIL III (P. DO CONHECIMENTO)**

**EMENTA:** Formação do processo: a petição inicial. Requisitos. Indeferimento. Pedido. Cumulação de pedidos. Tutela Provisória. Citação. Intimação. Resposta do réu. Reconhecimento do pedido. Revelia e contumácia. Defesa e exceções. A contestação. A reconvenção. A audiência de instrução e julgamento. A suspensão do processo. Extinção do processo. Do julgamento conforme o estado do processo: julgamento antecipado da lide. Do saneamento do processo.

**DISCIPLINA: 200456 – FILOSOFIA DO DIREITO**

**EMENTA:** Os fundamentos da Filosofia. Mito, razão e verdade filosófica. As ideias filosóficas do mundo antigo. O pensamento filosófico de Aristóteles. Empirismo, racionalismo e materialismo histórico. Filosofia da pós-modernidade.

**DISCIPLINA: 203454 – PRÁTICA JURÍDICA III**

**EMENTA:** 1. Da ação de execução por quantia certa. 2. Título executivo judicial – art. 515 do CPC e título executivo extrajudicial - art. 784 do CPC. 3. Análise de um processo no TJSP. 4. Ação de cobrança.

**DISCIPLINA: 202919 – ATIVIDADES COMPLEMENTARES V**

**EMENTA:** I – Atividades de Complementação da Formação Social, Humana e Cultural; II – Atividades de Cunho Comunitário, de Interesse Coletivo e em Projetos de Extensão; III – Atividades de Iniciação Científica, Tecnológica e de Formação Profissional.

**DISCIPLINA: 203426 – DIREITO CIVIL V (DIREITO DAS COISAS I)**

**EMENTA:** Introdução ao Direito das Coisas. Da posse. Da propriedade. Direitos reais sobre coisas alheias.

**DISCIPLINA: 200465 – DIREITO CONSTITUCIONAL III**

**EMENTA:** Poder Legislativo: composição, estrutura, membros, estatuto. Processo Legislativo: sumário, ordinário e especial. Poder Executivo: requisitos, eleição, sucessão, crime comum e de responsabilidade. Poder Judiciário: estrutura, concepção, funções.

**DISCIPLINA: 200459 – DIREITO EMPRESARIAL III**

**EMENTA:** Disciplina jurídica da empresa em crise no Brasil. Normas jurídicas referentes ao direito material e processual aplicável nos procedimentos de falência, recuperação judicial e extrajudicial de empresas.

**DISCIPLINA: 203428 – DIREITO PENAL V (PARTE ESPECIAL III)**

**EMENTA:** Dos crimes contra o patrimônio; dos crimes contra a dignidade sexual.

**DISCIPLINA: 203427 – DIREITO PROCESSUAL CIVIL V (RECURSOS)**

**EMENTA:** Processo nos Tribunais: da uniformização da jurisprudência; da declaração de inconstitucionalidade; da homologação de sentença estrangeira e da ação rescisória. Teoria Geral dos Recursos. Recurso Adesivo. Apelação. Agravo de Instrumento. Agravo Interno. Embargos de Declaração. Recurso Especial e Recurso Extraordinário. Julgamento do Recurso Especial e Extraordinário Repetitivos. Agravo em Recurso Especial e Extraordinário. Recurso ordinário. Embargos de Divergência. Ação Rescisória.

**DISCIPLINA: 200470 – DIREITO PROCESSUAL PENAL I**

**EMENTA:** I. Apresentação da estrutura de persecução criminal no Brasil (Judiciário, Ministério Público, Polícias, Defensoria Pública, Advocacia, Sistema Penitenciário); II. Sistemas acusatório e inquisitório. III. Princípios constitucionais e legais do Direito Processual Penal. IV. Do Juiz de Garantias. V. Do inquérito policial; VI. Do acordo de não persecução penal; VIII. Da ação penal; VII. Da ação civil "ex delicto".

**DISCIPLINA: 203429 – PRÁTICA JURÍDICA V**

**EMENTA:** Cumprimento de sentença – Quantia certa - Análise do art. 515 do CPC – Títulos executivos judiciais - atos de defesa do devedor no cumprimento de sentença de quantia certa – atos do devedor para satisfação da dívida - pedidos de expropriação de bens do devedor:- sistemas de buscas de bens extrajudiciais – 12 buscas -redesim, portal da transparência, etc.... – ações ilícitas do devedor - ação probatória autônoma.

**DISCIPLINA: 202921 – ATIVIDADES COMPLEMENTARES VII**

**EMENTA:** I – Atividades de Complementação da Formação Social, Humana e Cultural; II – Atividades de Cunho Comunitário, de Interesse Coletivo e em Projetos de Extensão; III – Atividades de Iniciação Científica, Tecnológica e de Formação Profissional.

**DISCIPLINA: 200474 – DIREITO ADMINISTRATIVO I**

**EMENTA:** Considerações introdutórias do Direito Administrativo. Princípios administrativos: princípios constitucionais e infraconstitucionais. Serviços públicos e suas formas de prestação. Atos administrativos. Administração Pública Direta e Indireta.

**DISCIPLINA: 203435 – DIREITO CIVIL VII (FAMÍLIA)**

**EMENTA:** Direito de família. Casamento. Regime de bens. Separação judicial. Divórcio. Alimentos. Filiação. Adoção. Família Monoparental. Família homoafetiva. Família anaparental. Família mosaico e paralela. Família multiespécie. Filiação e Reprodução Humana Assistida. União Estável.

**DISCIPLINA: 202911 – DIREITO DO TRABALHO II**

**EMENTA:** Estudo das relações de trabalho. Estudo das relações jurídicas de emprego. Trabalho doméstico. Trabalho rural. Diversas figuras jurídicas referentes aos empregadores. Terceirização. Trabalho Temporário. Cooperativas. Grupo econômico. Contratos de trabalho e suas espécies. Contrato por prazo determinado. Contrato por prazo indeterminado. Contrato intermitente. Trabalho da mulher. Trabalho do menor. O bacharel de direito deverá estar apto a conhecer o direito material e a sua aplicação prática em casos do cotidiano.

**DISCIPLINA: 203436 – DIREITO PROCESSUAL CIVIL VII (PROC. ESPECIAIS)**

**EMENTA:** Procedimentos Especiais de Natureza Contenciosa. Ação de Consignação em Pagamento. Ação de Exigir Contas. Ações Possessórias. Ação de Inventário e Partilha.

Embargos de Terceiro. Oposição. Habilitação. Ação Monitória. Procedimentos de Jurisdição Voluntária. Notificação e Interpelação. Alienação Judicial. Divórcio. Tutela e Curatela.

**DISCIPLINA: 200472 – DIREITO PROCESSUAL PENAL III**

**EMENTA:** I – Dos sujeitos do processo. Do juiz, do ministério público, do acusado e defensor. Dos assistentes e auxiliares da justiça. II – Da prisão, das medidas cautelares e da liberdade provisória. III – Das citações e intimações. IV – Da sentença.

**DISCIPLINA: 203437 – METODOLOGIA DA PESQUISA**

**EMENTA:** Organização do estudo no ensino superior. Tipos de conhecimento mítico, popular, filosófico e científico. Conhecimento científico e o conceito de verdade. Métodos e tipos de pesquisa científica. Citações em documentos. Referências. Artigo científico. Projeto de pesquisa. Apresentação gráfica da monografia da graduação. Trabalhos acadêmicos da graduação.

**DISCIPLINA: 203438 – PRÁTICA JURÍDICA VII**

**EMENTA:** 1. Direito de Família. 2. Atos Processuais.

**DISCIPLINA: 203439 – TRABALHO DE CURSO I**

**EMENTA:** 1. Projeto de Pesquisa do Trabalho de Curso.

**DISCIPLINA: 202923 – ATIVIDADES COMPLEMENTARES IX**

**EMENTA:** I – Atividades de Complementação da Formação Social, Humana e Cultural; II – Atividades de Cunho Comunitário e de Interesse Coletivo; III – Atividades de Iniciação Científica, Tecnológica e de Formação Profissional.

**DISCIPLINA: 203457 – DIREITO DIGITAL**

**EMENTA:** Introdução ao Direito Digital. Fundamentos do Ciberespaço. Regulação e Proteção. Legislação e Internet.

**DISCIPLINA: 203445 – DIREITO DO CONSUMIDOR**

**EMENTA:** Breve histórico. Introdução ao Direito do consumidor. Princípios do Direito do Consumidor. Política Nacional das relações de consumo. Direitos básicos do Consumidor. Responsabilidade no CDC. Fato ou vício do produto ou serviço. Da decadência e da Prescrição. Publicidade e propaganda no CDC. Dos contratos de adesão no CDC. Do superindividamento.

**DISCIPLINA: 203442 – DIREITO INTERNACIONAL**

**EMENTA:** Direito internacional e suas vertentes. Sujeitos de direito internacional. Princípio da igualdade jurídica internacional. Direito dos tratados. Solução de conflitos internacionais. A condição jurídica do estrangeiro perante a Lei de Migração, o Estatuto dos Refugiados e

tratados internacionais temáticos. Aplicação do direito internacional no tempo e no espaço. Direito dos conflitos armados. Sistemas de proteção dos direitos humanos. Novas tendências do direito internacional.

**DISCIPLINA: 203443 – DIREITO TRIBUTÁRIO I**

**EMENTA:** Direito Tributário – aspectos constitucionais – normas gerais – conceitos – princípios – categorias técnicas – relacionamento com outras disciplinas – fontes – competência - limitações – repartição de receitas tributárias.

**DISCIPLINA: 202910 – DIREITOS HUMANOS**

**EMENTA:** Conceituação e relação entre ética, cidadania e direitos humanos. Desenvolvimento histórico da construção dos direitos humanos. Direitos humanos e direitos fundamentais. O sistema internacional de proteção dos direitos humanos. Os direitos humanos na Constituição Brasileira de 1988. Problemas sociais relacionados a ética, cidadania e direitos humanos. As diversidades étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa e de faixa geracional.

**DISCIPLINA: 200485 – ÉTICA PROFISSIONAL**

**EMENTA:** Ética geral. Ética profissional. Ética e o exercício da advocacia.

**DISCIPLINA: 203444 – PRÁTICA JURÍDICA IX**

**EMENTA:** Estudo teórico e prático das inúmeras peças processuais trabalhistas, assim como das audiências trabalhistas e ritos processuais. O bacharel em direito deverá estar apto a reconhecer qual peça processual deve ser elaborada, bem como elaborar a citada peça.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA E COMPLEMENTAR – 2026**

**DISCIPLINA: 202915 – ATIVIDADES COMPLEMENTARES I**

**Bibliografia básica:**

NADER, Paulo. *Introdução Ao Estudo Do Direito: De Acordo Com A Constituição De 1988*. 18 ed, RIO DE JANEIRO: FORENSE, 2000.

BONAVIDES, Paulo. *Ciência Política*. 21 ed, RIO DE JANEIRO: MALHEIROS, 2014.

FILOMENO, Jose Geraldo Brito. *Manual De Teoria Geral Do Estado E Ciência Política*. 9 ed, RIO DE JANEIRO: FORENSE UNIVERSITARIA, 2015.

**Bibliografia complementar:**

DALLARI, Dalmo De Abreu. Elementos De Teoria Geral Do Estado. 20 ed, SAO PAULO: SARAIVA, 1998.  
STRECK, Lenito Luiz. Jurisdicao Constitucional E Hermeneutica: Uma Nova Critica Do Direito. 2 ed, RIO DE JANEIRO: FORENSE, 2003.

BERLOFFA, Ricardo Ribas C.. Introducao Ao Curso De Teoria Geral Do Estado E Ciencias Politicas. 1 ed, CAMPINAS: BOOKSELLER, 2004.

DALLARI, Dalmo De Abreu. Direitos Humanos E Cidadania. 2 ed, SAO PAULO: MODERNA, 2011.  
STRECK, Lenio Luiz. Hermeneutica Juridica Em Crise: Uma Exploracao Hermeneutica Da Construcao Do Direito. 11 ed, PORTO ALEGRE: LIVRARIA DO ADVOGADO, 2014.

## **DISCIPLINA: 203414 – CIÊNCIA POLÍTICA E TEORIA GERAL DO ESTADO**

### **Bibliografia básica:**

DALLARI, Dalmo De Abreu. Elementos De Teoria Geral Do Estado. 20 ed, SAO PAULO: SARAIVA, 1998.  
BONAVIDES, Paulo. Ciencia Politica. 21 ed, RIO DE JANEIRO: MALHEIROS, 2014.  
FILOMENO, Jose Geraldo Brito. Manual De Teoria Geral Do Estado E Ciencia Politica. 9 ed, RIO DE JANEIRO: FORENSE UNIVERSITARIA, 2015.

### **Bibliografia complementar:**

AZAMBUJA, Darcy. Introducao A Ciencia Politica. 7 ed, PORTO ALEGRE: GLOBO, 1989.  
IANNI, Octavio. A Sociedade Global. 10 ed, RIO DE JANEIRO: CIVILIZACAO BRASILEIRA, 2002.  
DOWBOR, Ladislau Dowbor (Org); IANNI, Octavio; RESENDE, Paulo-Edgar A.. Desafios Da Globalizacao. 4 ed, PETROPOLIS: VOZES, 2002.  
STRECK, Lenio Luiz; MORAIS, Jose L. Bolzan De. Ciencia Politica: Teoria Do Estado. 7 ed, PORTO ALEGRE: LIVRARIA DO ADVOGADO, 2010.  
DALLARI JUNIOR, Helcio De Abreu. Teoria Geral Do Estado Contemporaneo. 2 ed, SAO PAULO: RIDEEL, 2008.

## **DISCIPLINA: 200440 – DIREITO CIVIL I**

### **Bibliografia básica:**

- BITTAR, Carlos Alberto. Curso De Direito Civil. 1 ed, RIO DE JANEIRO: FORENSE UNIVERSITARIA, 1994.
- MONTEIRO, Washington De Barros. Curso De Direito Civil: Parte Geral. 38 ed, SAO PAULO: SARAIVA, 2001.
- GOMES, Orlando. Introducao Ao Direito Civil. 18 ed, RIO DE JANEIRO: FORENSE, 2002.
- GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo Curso De Direito Civil: Obrigacoes. 10 ed, SAO PAULO: SARAIVA, 2009.
- RODRIGUES, Silvio. Direito Civil: Parte Geral. 34 ed, SAO PAULO: SARAIVA, 2007.
- DINIZ, Maria Helena. Curso De Direito Civil Brasileiro: Teoria Geral Do Direito Civil. 33 ed, SAO PAULO: SARAIVA, 2016.
- GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo Curso De Direito Civil: Parte Geral. 20 ed, SAO PAULO: SARAIVA, 2018.
- AZEVEDO, Alvaro Villaca. Teoria Geral Do Direito Civil: Parte Geral. ed, SÃO PAULO: GRUPO GEN, 2012.[MINHA BIBLIOTECA]
- PUCCINELLI JR., André. Col. Icones Do Direito - Manual De Direito Civil: Volume Unico. 1 ed, SÃO PAULO: EDITORA SARAIVA, 2015.[MINHA BIBLIOTECA]
- RAMOS, Helen Cristina Do Lago. Col. Defensoria Publica - Porto A Ponto - Direito Civil; Parte Geral. ed, SÃO PAULO: EDITORA SARAIVA, 2016.[MINHA BIBLIOTECA]
- GONCALVES, Carlos Roberto. Colecao Sinopses Juridicas, V. 1 – Direito Civil; Parte Geral, 23ª Edicao.. ed, SÃO PAULO: EDITORA SARAIVA, 2016.[MINHA BIBLIOTECA]
- AMARAL, Francisco. Direito Civil Introducao. ed, SÃO PAULO: EDITORA SARAIVA, 2017.[MINHA BIBLIOTECA]
- GAGLIANO, Pablo Stolze. Manual De Direito Civil; Volume Unico. ed, SÃO PAULO: EDITORA SARAIVA, 2018.[MINHA BIBLIOTECA]
- MALUF, Carlos Alberto Dabus. Introducao Ao Direito Civil. ed, SÃO PAULO: EDITORA SARAIVA, 2018.[MINHA BIBLIOTECA]
- GONCALVES, Carlos Roberto. Direito Civil V. 1 - Parte Geral Esquematizado®. ed, SÃO PAULO: EDITORA SARAIVA, 2017.[MINHA BIBLIOTECA]
- TARTUCE, Flávio. Direito Civil - Vol. 1 - Lei De Introducao Parte Geral, 15ª Edicao. ed, RIO DE JANEIRO: GRUPO GEN, 2018.[MINHA BIBLIOTECA]
- GONCALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro: Parte Geral. ed, SÃO PAULO: EDITORA SARAIVA, 2018. [MINHA BIBLIOTECA]

GONCALVES, Carlos Roberto. Direito Civil 1 - Esquematizado® - Parte Geral: Obrigações E Contratos. ed, SÃO PAULO: EDITORA SARAIVA, 2018.[MINHA BIBLIOTECA]

GAGLIANO, Pablo Stolze; Pamplona Filho. Novo Curso De Direito Civil, Volume 1 - Parte Geral. ed, SÃO PAULO: EDITORA SARAIVA, 2018.[MINHA BIBLIOTECA]

CASSETTARI, Christiano. Elementos De Direito Civil. ed, SÃO PAULO: EDITORA SARAIVA, 2018.[MINHA BIBLIOTECA]

SCHREIBER, Anderson. Manual De Direito Civil Contemporâneo. ed, SÃO PAULO: EDITORA SARAIVA, 2018.[MINHA BIBLIOTECA]

GAGLIANO, Pablo Stolze. Manual De Direito Civil: Volume Único. ed, SÃO PAULO: EDITORA SARAIVA, 2018.[MINHA BIBLIOTECA]

VENOSA, Silvio De Salvo. Direito Civil - Parte Geral - Vol. 1, 19ª Edição. ed, RIO DE JANEIRO: GRUPO GEN, 2019. [MINHA BIBLIOTECA]

PEREIRA, Caio Mário Da Silva. Instituições De Direito Civil - Vol. I - Introdução Ao Direito Civil-Teoria Geral De Direito Civil, 32ª Edição. ed, RIO DE JANEIRO: GRUPO GEN, 2018.[MINHA BIBLIOTECA]

GOMES, Orlando. Introdução Ao Direito Civil. ed, RIO DE JANEIRO: GRUPO GEN, 2019.[MINHA BIBLIOTECA]

GUILHERME, Luiz Fernando Do Vale De Almeida. Manual De Direito Civil: Tabela Com Resumo E Questões De

Concursos E Da Ordem. ed, SÃO PAULO: EDITORA MANOLE, 2016.[MINHA BIBLIOTECA]

SOUSA, Cássio Vinícius Steiner De; Giacomelli. Direito Civil I. ed, SÃO PAULO: GRUPO A, 2018.[MINHA BIBLIOTECA]

AMARAL, Francisco. Direito Civil: Introdução. ed, SÃO PAULO: SARAIVA, 2018.[MINHA BIBLIOTECA]

### **Bibliografia complementar:**

LOPES, Miguel Maria De Serpa ; SANTA MARIA, Jose Serpa De. Curso De Direito Civil: Introdução, Parte Geral E Teoria Dos Negócios Jurídicos. 9 ed, RIO DE JANEIRO: FREITAS BASTOS, 2000.

CRETELLA JUNIOR, Jose. Curso De Direito Romano: O Direito Romano E O Direito Civil Brasileiro. 28 ed, RIO DE JANEIRO: FORENSE, 2003.

FACHIN, Luiz Edson. Teoria Crítica Do Direito Civil. 1 ed, RIO DE JANEIRO: RENOVAR, 2000.

PEREIRA, Caio Mario Da Silva. Instituições De Direito Civil: Teoria Geral De Direito Civil. 19 ed, RIO DE JANEIRO: FORENSE, 2002.

RAMOS JUNIOR, Galdino Luiz. Princípios Constitucionais Do Processo: Visão Crítica. 2 ed, RIO DE JANEIRO: LUMEM JURIS, 2018.

LISBOA, Roberto Senise. Direito Civil De A A Z. ed, SÃO PAULO: EDITORA MANOLE, 2008.[MINHA BIBLIOTECA]  
LOBO, Paulo. Direito Civil – Parte Geral, 6ª Edicao.. ed, SÃO PAULO: EDITORA SARAIVA, 2016.[MINHA BIBLIOTECA]

NADER, Paulo. Curso De Direito Civil: Parte Geral. 11 ed, RIO DE JANEIRO: GRUPO GEN, 2018.[MINHA BIBLIOTECA]  
AZEVEDO, Alvaro Villaca. Curso De Direito Civil: Teoria Geral Do Direito Civil: Parte Geral. ed, SÃO PAULO: EDITORA SARAIVA, 2018.[MINHA BIBLIOTECA]

DONIZETE, Elpídio; Quintella. Curso Didatico De Direito Civil. 8 ed, RIO DE JANEIRO: GRUPO GEN, 2019.[MINHA BIBLIOTECA]

RAMOS JUNIOR, Galdino Luiz. O Samba De Enredo Carioca Como Possibilidade Pluralista De Exercicio Da Democracia Deliberativa. 1 ed, MARILIA - SP: UNIMAR, 2020.

## **DISCIPLINA: 203415 – DIREITO PROCESSUAL CIVIL I (TEORIA GERAL DO PROCESSO)**

### **Bibliografia básica:**

DIDIER JUNIOR, Fredie. Curso De Direito Processual Civil: Introducao Ao Direito Processual Civil, Parte Geral E Processo De Conhecimento. 20 ed, SALVADOR: JUS PODIVM, 2018.

FUX, Luiz. Curso De Direito Processual Civil. ed, RIO DE JANEIRO: FORENSE, 2023.[MINHA BIBLIOTECA]

THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso De Direito Processual Civil, V. 1. ed, RIO DE JANEIRO: FORENSE, 2024. [MINHA BIBLIOTECA]

GONÇALVES, Marcus Vinícius Rios. Curso De Direito Processual Civil, V. 1: Teoria Geral. ed, SÃO PAULO: SARAIVA JUR, 2024.[MINHA BIBLIOTECA]

### **Bibliografia complementar:**

BARROSO, Carlos Eduardo Ferraz De Mattos. Processo Civil: Teoria Geral Do Processo E Processo De Conhecimento. ed, SÃO PAULO: SARAIVA, 2020.[MINHA BIBLIOTECA]

GONÇALVES, Marcus Vinícius Rios. Curso De Direito Processual Civil, V. 2: Processo De Conhecimento E Procedimentos Especiais. ed, SÃO PAULO: SARAIVA JUR, 2022.[MINHA BIBLIOTECA]

ALVIM, J. E. Carreira. Teoria Geral Do Processo. ed, RIO DE JANEIRO: FORENSE, 2022.[MINHA BIBLIOTECA]

MARCATO, Antonio Carlos; CIANCI, Mirna. Curso De Direito Processual Civil Aplicado. ed, RIO DE JANEIRO: ATLAS, 2023.[MINHA BIBLIOTECA]

DONIZETTI, Elpídio. Curso De Direito Processual Civil, Volume Unico. ed, RIO DE JANEIRO: ATLAS, 2023.[MINHA

BIBLIOTECA]

MARTINS, Sérgio Pinto. Teoria Geral Do Processo. ed, SÃO PAULO: SARAIVA JUR, 2024.[MINHA BIBLIOTECA]

## **DISCIPLINA: 203413 – DIREITO PENAL I (PARTE GERAL I)**

**Bibliografia básica:**

- PRADO, Luiz Regis. Curso De Direito Penal Brasileiro. 4 ed, SAO PAULO: REVISTA DOS TRIBUNAIS, 2006.
- BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado De Direito Penal: Parte Geral. 20 ed, SAO PAULO: SARAIVA, 2014.
- MIRABETE, Julio Fabbrini ; FABBRINI, Renato N.. Manual De Direito Penal: Parte Geral - Arts. 1 A 120 Do Cp. 30 ed, SAO PAULO: ATLAS, 2014.
- CAPEZ, Fernando. Curso De Direito Penal, Volume 1, Parte Geral. ed, SÃO PAULO: EDITORA SARAIVA, 2017. [MINHA BIBLIOTECA]
- NUCCI, Guilherme De Souza. Manual De Direito Penal, 15ª Edicao. ed, RIO DE JANEIRO: GRUPO GEN, 2019. [MINHA BIBLIOTECA]

**Bibliografia complementar:**

- DOTTI, Rene Ariel. Bases E Alternativas Para O Sistema De Penas. 1 ed, CURITIBA: UFR, 1980.
- BITENCOURT, Cezar Roberto. Falencia Da Pena De Prisao: Causas E Alternativas. 1 ed, SAO PAULO: REVISTAS DOS TRIBUNAIS, 1993.
- JESUS, Damasio E. De. Lei Das Contravencoes Penais Anotada. 7 ed, SAO PAULO: SARAIVA, 1999.
- JESUS, Damasio E. De. Imputacao Objetiva. 2 ed, SAO PAULO: SARAIVA, 2002.
- DOTTI, Rene Ariel. Curso De Direito Penal: Parte Geral. 1 ed, RIO DE JANEIRO: FORENSE, 2002.
- JESUS, Damasio De. Direito Penal, Volume 1: Parte Geral. 35 ed, SÃO PAULO: EDITORA SARAIVA, 2013. [MINHA BIBLIOTECA]
- JESUS, Damasio De. Codigo Penal Anotado, 23ª Edicao.. ed, SÃO PAULO: EDITORA SARAIVA, 2015. [MINHA BIBLIOTECA]
- PRADO, Luiz Regis. Bem Juridico Penal E Constituicao, 8ª Edicao. ed, RIO DE JANEIRO: GRUPO GEN, 2018. [MINHA BIBLIOTECA]

BIBLIOTECA]

NUCCI, Guilherme De Souza. Curso De Direito Penal - Vol. 1 - Parte Geral - Arts. 1º A 120 Do Código Penal, 5ª Edição. ed, RIO DE JANEIRO: GRUPO GEN, 2018. [MINHA BIBLIOTECA] 2025-1

BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado De Direito Penal: Parte Geral. ed, SÃO PAULO: EDITORA SARAIVA, 2018. [MINHA BIBLIOTECA]

PRADO, Luiz Regis. Curso De Direito Penal Brasileiro, 17ª Edição. ed, RIO DE JANEIRO: GRUPO GEN, 2019. [MINHA BIBLIOTECA]

NUCCI, Guilherme De Souza. Código Penal Comentado, 19ª Edição. ed, RIO DE JANEIRO: GRUPO GEN, 2019. [MINHA BIBLIOTECA]

MASSON, Cleber. Direito Penal - Parte Geral - Vol. 1 (Arts. 1º A 120). ed, RIO DE JANEIRO: GRUPO GEN, 2019. [MINHA BIBLIOTECA]

GRECO, Rogério. Direito Penal Estruturado. ed, SÃO PAULO: GRUPO GEN, 2019. [MINHA BIBLIOTECA]  
PRADO, Luiz Regis. Criminologia. ed, SÃO PAULO: GRUPO GEN, 2019. [MINHA BIBLIOTECA]

## **DISCIPLINA: 203412 – INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO**

### **Bibliografia básica:**

JUSTEN FILHO, Marçal. Introdução Ao Estudo Do Direito. ed, RIO DE JANEIRO: FORENSE, 2021. [MINHA BIBLIOTECA]

VENOSA, Sílvio De Salvo. Introdução Ao Estudo Do Direito. ed, SÃO PAULO: ATLAS, 2021. [MINHA BIBLIOTECA]  
NADER, Paulo. Introdução Ao Estudo Do Direito. ed, RIO DE JANEIRO: FORENSE, 2024. [MINHA BIBLIOTECA]

### **Bibliografia complementar:**

REALE, Miguel. Teoria Tridimensional Do Direito. 5 ed, SAO PAULO: SARAIVA, 1994.  
KELSEN, Hans. Teoria Pura Do Direito. 2 ed, SAO PAULO: MARTINS FONTES, 1999.  
IHERING, Rudolf Von. A Luta Pelo Direito. 3 ed, RIO DE JANEIRO: LUMEN JURIS, 2003.  
REALE, Miguel. Licoes Preliminares De Direito. 27 ed, SAO PAULO: SARAIVA, 2012.  
GUERRA FILHO, Willis Santiago. Teoria Da Ciencia Juridica, 2ª Edição. ed, SÃO PAULO: EDITORA SARAIVA, 2009. [MINHA BIBLIOTECA]

## **DISCIPLINA: 200442 – LÍNGUA PORTUGUESA**

### **Bibliografia básica:**

CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima Gramática Da Língua Portuguesa. 48 ed, SAO PAULO: NACIONAL, 2012.  
BLIKSTEIN, Izidoro. Técnicas De Comunicação Escrita: Conforme A Nova Ortografia Da Língua Portuguesa. 22 ed, SAO PAULO: ATICA, 2013.

MARTINS, Dileta Silveira; Zilberknop. Português Instrumental. 30 ed, RIO DE JANEIRO: GRUPO GEN, 2019. [MINHA BIBLIOTECA]

### **Bibliografia complementar:**

FIORIN, Jose Luiz; SAVIOLI, Francisco Platao. Para Entender O Texto: Leitura E Redacao. 16 ed, SAO PAULO: ATICA, 2001.

MEDEIROS, João Bosco; Tomasi. Redacao De Artigos Cientificos. ed, RIO DE JANEIRO: GRUPO GEN, 2016.[MINHA BIBLIOTECA]

MEDEIROS, João Bosco; Tomasi. Como Escrever Textos - Generos E Sequencias Textuais. ed, RIO DE JANEIRO: GRUPO GEN, 2017.[MINHA BIBLIOTECA]

AZEVEDO, Roberta Adalgisa De. Unia: Portugues Basico. ed, PORTO ALEGRE: GRUPO A, 2015.[MINHA BIBLIOTECA]

CANO, Márcio Rogério De Oliveira. Lingua Portuguesa. ed, SÃO PAULO: BLUCHER, 2016.[MINHA BIBLIOTECA]

## **DISCIPLINA: 203452 – PRÁTICA JURÍDICA I**

### **Bibliografia básica:**

PARIZATTO, Joao Roberto. Do Valor Da Causa. 1 ed, CAMPINAS: COPOLA, 1995.

PARIZATTO, Joao Roberto . Pratica Forense. 15 ed, LEME - SP: EDIPA, 2017.

CHACON, Luis Fernando Rabelo. Manual De Pratica Forense Civil. ed, SÃO PAULO: EDITORA SARAIVA, 2017. [MINHA BIBLIOTECA]

BARROSO, Darlan; LETTIÈRE, Juliana Francisca. Pratica No Processo Civil. ed, SÃO PAULO: SARAIVA, 2019.

[MINHA BIBLIOTECA]

### **Bibliografia complementar:**

DIDIER JUNIOR, Fredie. Curso De Direito Processual Civil: Introducao Ao Direito Processual Civil, Parte Geral E Processo De Conhecimento. 20 ed, SALVADOR: JUS PODIVM, 2018.

DIDIER JUNIOR, Fredie; CUNHA, Leonardo Carneiro Da. Curso De Direito Processual Civil: Meios De Impugnacao As Decisoes Judiciais E Processo Nos Tribunais. 15 ed, SALVADOR: JUS PODIVM, 2018.

REALE, Miguel. Licoes Preliminares De Direito, 27ª Edicao. ed, SÃO PAULO: EDITORA SARAIVA, . [MINHA BIBLIOTECA]

CHACON, Luiz Fernando Rabelo; Sodero. Prática Forense Para Estagiários. 1 ed, SÃO PAULO: EDITORA SARAIVA, 2012.[MINHA BIBLIOTECA]

GRECO FILHO, Vicente. Direito Processual Civil Brasileiro: Teoria Geral Do Processo A Auxiliares Da Justiça. 23 ed, SÃO PAULO: EDITORA SARAIVA, 2013.[MINHA BIBLIOTECA]

ALVIM, Thereza Arruda. O Novo Código De Processo Civil Brasileiro - Estudos Dirigidos: Sistematização E Procedimentos. ed, RIO DE JANEIRO: GRUPO GEN, 2015.[MINHA BIBLIOTECA]

ALVIM, Angélica Arruda. Comentários Ao Código De Processo Civil. ed, SÃO PAULO: EDITORA SARAIVA, 2017.[MINHA BIBLIOTECA]

## **DISCIPLINA: 200439 – PSICOLOGIA APLICADA AO DIREITO – CRIMINOLOGIA**

### **Bibliografia básica:**

CARVALHO, Salo De. Antimanual De Criminologia. ed, SÃO PAULO: SARAIVA JUR, 2021.[MINHA BIBLIOTECA]

GONZAGA, Christiano. Manual De Criminologia. ed, SÃO PAULO: SARAIVA JUR, 2021.[MINHA BIBLIOTECA]

PENTEADO FILHO, Nestor Sampaio; GIMENES, Eron Veríssimo. Manual Esquemático De Criminologia. ed, SÃO PAULO: SARAIVA JUR, 2022.[MINHA BIBLIOTECA]

### **Bibliografia complementar:**

BECCARIA, Cesare. Dos Delitos E Das Penas. 18 ed, SAO PAULO: HEMUS, 2005.

MENDES, Soraia Da Rosa. Série Idp Criminologia Feminista Novos Paradigmas. ed, SÃO PAULO: EDITORA SARAIVA, 2017.[MINHA BIBLIOTECA]

PRADO, Luiz Regis. Criminologia. ed, SÃO PAULO: GRUPO GEN, 2019.[MINHA BIBLIOTECA]

GOMES, Marcos Vinícius Manso Lopes. Execução Penal E Criminologia. ed, SÃO PAULO: SARAIVA, 2021.[MINHA BIBLIOTECA]

NUCCI, Guilherme De Souza. Criminologia. ed, RIO DE JANEIRO: FORENSE, 2021.[MINHA BIBLIOTECA]

## **DISCIPLINA: 202917 – ATIVIDADES COMPLEMENTARES III**

### **Bibliografia básica:**

MACHADO NETO, Antonio Luis. Sociologia Jurídica. 6 ed, SAO PAULO: SARAIVA, 1987.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina De Andrade. Sociologia Geral. 7 ed, SAO PAULO: ATLAS, 2014.

DALLARI, Dalmo De Abreu. O Poder Dos Juizes. 3 ed, SAO PAULO: SARAIVA, 2010.

### **Bibliografia complementar:**

- ROCHER, Guy. Sociologia Geral. 1 ed, LISBOA: PRESENÇA, 1971.  
LENHARD, Rudolf. Sociologia Geral. 4 ed, SAO PAULO: PIONEIRA, 1977.  
GIL, Antonio Carlos. Sociologia Geral. ed, SÃO PAULO: GRUPO GEN, 2011.[MINHA BIBLIOTECA]  
SCURO NETO, Pedro. Sociologia Geral E Juridica: A Era Do Direito Cativo. ed, SÃO PAULO: EDITORA SARAIVA, 2019.[MINHA BIBLIOTECA]
- LAKATOS, Eva Maria; Marconi. Sociologia Geral, 8ª Edicao. ed, RIO DE JANEIRO: GRUPO GEN, 2019.[MINHA BIBLIOTECA]

## **DISCIPLINA: 203419 – DIREITO CIVIL III (OBRIGAÇÕES)**

### **Bibliografia básica:**

- MONTEIRO, Washington De Barros. Curso De Direito Civil: Direito Das Obrigacoes (1a. Parte). 31 ed, SAO PAULO: SARAIVA, 2001.
- MONTEIRO, Washington De Barros. Curso De Direito Civil: Direito Das Obrigacoes (2 Parte). 33 ed, SAO PAULO: SARAIVA, 2001.
- RODRIGUES, Silvio. Direito Civil: Parte Geral Das Obrigacoes. 30 ed, SAO PAULO: SARAIVA, 2008.
- DINIZ, Maria Helena. Curso De Direito Civil Brasileiro: Teoria Das Obrigacoes Contratuais E Extracontratuais. 33 ed, SAO PAULO: SARAIVA, 2017.
- GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo Curso De Direito Civil: Obrigacoes. 19 ed, SAO PAULO: SARAIVA, 2018.
- GONCALVES, Carlos Roberto. Colecao Sinopses Juridicas - Direito Civil: Direito Das Obrigacoes: Parte Geral. ed, SÃO PAULO: EDITORA SARAIVA, 2017.[MINHA BIBLIOTECA]
- VENOSA, Silvio De Salvo. Codigo Civil Interpretado, 4ª Edicao. ed, RIO DE JANEIRO: GRUPO GEN, 2019.[MINHA BIBLIOTECA]

TARTUCE, Flávio. Direito Civil, V. 2: Direito Das Obrigações E Responsabilidade Civil. ed, RIO DE JANEIRO: FORENSE, 2020.[MINHA BIBLIOTECA]

VENOSA, Sílvio De Salvo. Direito Civil, V. 2: Obrigações E Responsabilidade Civil. ed, RIO DE JANEIRO: ATLAS, 2020.[MINHA BIBLIOTECA]

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro, V. 2: Teoria Geral Das Obrigações. ed, SÃO PAULO: SARAIVA JUR, 2023.[MINHA BIBLIOTECA]

TARTUCE, Flávio. Direito Civil, V. 2: Direito Das Obrigações E Responsabilidade Civil. ed, RIO DE JANEIRO: FORENSE, 2023.[MINHA BIBLIOTECA]

TARTUCE, Flávio. Manual De Direito Civil, Volume Unico. ed, RIO DE JANEIRO: MÉTODO, 2023.[MINHA BIBLIOTECA]  
DINIZ, Maria Helena. Curso De Direito Civil Brasileiro, V. 2: Teoria Geral Das Obrigações. ed, SÃO PAULO: SARAIVA JUR, 2023.[MINHA BIBLIOTECA]

VENOSA, Sílvio De Salvo. Direito Civil, V. 2: Obrigações E Responsabilidade Civil. ed, RIO DE JANEIRO: ATLAS, 2023.[MINHA BIBLIOTECA]

DONIZETTI, Elpidio; BECK, Felipe Quintella Hansen. Curso De Direito Civil. ed, RIO DE JANEIRO: ATLAS, 2023. [MINHA BIBLIOTECA]

PEREIRA, Caio Mario Da Silva. Instituições De Direito Civil, V. 2: Teoria Geral Das Obrigações. ed, RIO DE JANEIRO: FORENSE, 2023.[MINHA BIBLIOTECA]

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Manual De Direito Civil, Volume Unico. ed, SÃO PAULO: SARAIVA JUR, 2023.[MINHA BIBLIOTECA]

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo Curso De Direito Civil, V. 2: Obrigações. ed, SÃO PAULO: SARAIVA JUR, 2023.[MINHA BIBLIOTECA]

### **Bibliografia complementar:**

LOPES, Miguel Maria De Serpa . Curso De Direito Civil: Fontes Das Obrigações: Contratos. 6 ed, RIO DE JANEIRO: FREITAS BASTOS, 1996.

BITTAR, Carlos Alberto. Direito Das Obrigações. 1 ed, RIO DE JANEIRO: FORENSE UNIVERSITARIA, 1990.  
AZEVEDO, Alvaro Villaca. Curso De Direito Civil: Teoria Geral Das Obrigações E Responsabilidade Civil. ed, SÃO PAULO: EDITORA SARAIVA, 2018.[MINHA BIBLIOTECA]

GOMES, Orlando. Obrigações. ed, RIO DE JANEIRO: GRUPO GEN, 2019.[MINHA BIBLIOTECA]  
NADER, Paulo. Curso De Direito Civil: Obrigações. ed, RIO DE JANEIRO: GRUPO GEN, 2019.[MINHA BIBLIOTECA]

PEREIRA, Caio Mario Da Silva; GAMA, Guilherme Calmon Nogueira Da. Instituições De Direito Civil, V. 2: Teoria Geral Das Obrigações. ed, RIO DE JANEIRO: FORENSE, 2020.[MINHA BIBLIOTECA]

LÔBO, Paulo. Direito Civil, V. 2: Obrigações. ed, SÃO PAULO: SARAIVA, 2019.[MINHA BIBLIOTECA]

## **DISCIPLINA: 203420 – DIREITO CONSTITUCIONAL I**

### **Bibliografia básica:**

TAVARES, Andre Ramos. Curso De Direito Constitucional. ed, SÃO PAULO: SARAIVA JUR, 2022.[MINHA BIBLIOTECA]

SARLET, Ingo Wolfgang. Dialogos Entre O Direito Do Trabalho E O Direito Constitucional: Estudos Em Homenagem A Rosa Mara Weber. ed, SÃO PAULO: SARAIVA JUR, 2013.[MINHA BIBLIOTECA]

BARCELLOS, Ana Paula De. Curso De Direito Constitucional. ed, RIO DE JANEIRO: FORENSE, 2022.[MINHA BIBLIOTECA]

LENZA, Pedro. Direito Constitucional. ed, SÃO PAULO: SARAIVA JUR, 2022.[MINHA BIBLIOTECA]

MARTINS, Flávio. Curso De Direito Constitucional. ed, SÃO PAULO: SARAIVA JUR, 2022.[MINHA BIBLIOTECA]

### **Bibliografia complementar:**

NOVELINO, Marcelo. Manual De Direito Constitucional - Volume Unico, 9ª Edicao. ed, RIO DE JANEIRO: GRUPO GEN, 2014.[MINHA BIBLIOTECA]

PADILHA, Rodrigo. Direito Constitucional. ed, RIO DE JANEIRO: MÉTODO, 2019.[MINHA BIBLIOTECA]

MORAES, Guilherme Peña De. Curso De Direito Constitucional. ed, RIO DE JANEIRO: ATLAS, 2022.[MINHA BIBLIOTECA]

MORAES, Alexandre De. Direito Constitucional: Atualizado Ate A Ec 115, De 10.02.2022. ed, RIO DE JANEIRO: ATLAS, 2022.[MINHA BIBLIOTECA]

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso De Direito Constitucional. ed, SÃO PAULO: SARAIVA JUR, 2022.[MINHA BIBLIOTECA]

## **DISCIPLINA: 200457 – DIREITO EMPRESARIAL I**

### **Bibliografia básica:**

GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. Colecao Sinopses Juridicas - Direito Empresarial: Direito De Empresa E Sociedadesempresarias. ed, SÃO PAULO: EDITORA SARAIVA, 2018.[MINHA BIBLIOTECA]

MAMEDE, Gladston. Direito Empresarial Brasileiro: Direito Societario. ed, RIO DE JANEIRO: ATLAS, 2022.[MINHA BIBLIOTECA]

NEGRÃO, Ricardo. Manual De Direito Empresarial. ed, SÃO PAULO: SARAIVA JUR, 2024.[MINHA BIBLIOTECA]

CHAGAS, Edilson Enedino Das. Direito Empresarial. ed, SÃO PAULO: SARAIVA JUR, 2024.[MINHA BIBLIOTECA]

CUNHA, Fernando Antonio Maia Da. Direito Empresarial Aplicado.. ed, SÃO PAULO :: CONTRACORRENTE,, 2023..

[BIBLIOTECA VIRTUAL ELIVRO]

### **Bibliografia complementar:**

MEDEIROS NETO, Elias Marques De; SIMAO FILHO, Adalberto. Direito Dos Negocios Aplicado: Direito Empresarial. 1 ed, SAO PAULO: ALMEDINA, 2015.

TEIXEIRA, Tarcisio. Direito Empresarial Sistematizado: Doutrina, Jurisprudencia E Pratica. 7 ed, SAO PAULO: SARAIVA, 2018.

TEIXEIRA, Tarcísio. Direito Empresarial Sistematizado: Teoria, Jurisprudencia E Pratica. ed, SÃO PAULO: SARAIVA JUR, 2024.[MINHA BIBLIOTECA]

KLEINDIENST, Ana Ana Cristina. Estudos Aplicados De Direito Empresarial – Societario. ed, SÃO PAULO: ALMEDINA BRASIL, 2022.[MINHA BIBLIOTECA]

VENOSA, Sílvio Sílvio De Salvo. Direito Empresarial. ed, RIO DE JANEIRO: ATLAS, 2024.[MINHA BIBLIOTECA]

### **DISCIPLINA: 203422 – DIREITO PENAL III (PARTE ESPECIAL I)**

#### **Bibliografia básica:**

BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado De Direito Penal: Parte Geral. 20 ed, SAO PAULO: SARAIVA, 2014.

MIRABETE, Julio Fabbrini ; FABBRINI, Renato N.. Manual De Direito Penal: Parte Geral - Arts. 1 A 120 Do Cp. 30 ed, SAO PAULO: ATLAS, 2014.

PRADO, Luiz Regis; CARVALHO, Erika Mendes De ; CARVALHO, Gisele Mendes De. Curso De Direito Penal Brasileiro. 13 ed, SAO PAULO: REVISTA DOS TRIBUNAIS, 2014.

NUCCI, Guilherme De Souza. Curso De Direito Penal, V. 1: Parte Geral: Arts. 1º A 120 Do Codigo Penal. ed, RIO DE JANEIRO: FORENSE, 2020.[MINHA BIBLIOTECA]

CAPEZ, Fernando. Curso De Direito Penal, V. 1: Parte Geral Arts. 1º Ao 120. ed, SÃO PAULO: SARAIVA, 2020. [MINHA BIBLIOTECA]

### **Bibliografia complementar:**

- DOTTI, Rene Ariel. Curso De Direito Penal: Parte Geral. 1 ed, RIO DE JANEIRO: FORENSE, 2002.
- BRANDÃO, Claudio. Curso De Direito Penal - Parte Geral, 2ª Edicao. ed, RIO DE JANEIRO: GRUPO GEN, 2010. [MINHA BIBLIOTECA]
- BRITO, Alexis Couto De. Direito Penal Brasileiro, 2ª Edicao.. ed, SÃO PAULO: EDITORA SARAIVA, 2016.[MINHA BIBLIOTECA]
- FABRETTI, Humberto Barrionuevo; Smanio. Direito Penal - Parte Geral. ed, RIO DE JANEIRO: GRUPO GEN, 2019. [MINHA BIBLIOTECA]
- GRECO, Rogério. Direito Penal Estruturado. ed, SÃO PAULO: GRUPO GEN, 2019.[MINHA BIBLIOTECA]
- ASSIS, Mariana Gloria De; Fraga. Direito Penal I. ed, SÃO PAULO: GRUPO A, 2018.[MINHA BIBLIOTECA]
- ESTEFAM, André; GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. Direito Penal: Parte Geral: Esquematizado. ed, SÃO PAULO: SARAIVA, 2019.[MINHA BIBLIOTECA]
- BITTAR, Walter Barbosa. A Punibilidade No Direito Penal. ed, SÃO PAULO: GRUPO ALMEDINA, 2015.[MINHA BIBLIOTECA]
- GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. Direito Penal: Parte Geral. ed, SÃO PAULO: SARAIVA, 2020.[MINHA BIBLIOTECA]
- JESUS, Damásio De; ESTEFAM, André. Direito Penal 1: Parte Geral. ed, SÃO PAULO: SARAIVA, 2020.[MINHA BIBLIOTECA]
- ESTEFAM, André. Direito Penal V. 1: Parte Geral (Arts. 1º A 120). ed, SÃO PAULO: SARAIVA, 2020.[MINHA BIBLIOTECA]
- BUSATO, Paulo César. Direito Penal, V. 1: Parte Geral. ed, RIO DE JANEIRO: ATLAS, 2020.[MINHA BIBLIOTECA]
- CARVALHO, Salo De. Penas E Medidas De Seguranca No Direito Penal Brasileiro. ed, SÃO PAULO: SARAIVA, 2020. [MINHA BIBLIOTECA]

### **DISCIPLINA: 203421 – DIREITO PROCESSUAL CIVIL III (P. DO CONHECIMENTO)**

#### **Bibliografia básica:**

- DIDIER JUNIOR, Fredie; BRAGA, Paula Sarno ; OLIVEIRA, Rafael Alexandria De. Curso De Direito Processual Civil: Teoria Da Prova, Direito Probatorio, Decisao, Precedente, Coisa Julgada E Tutela Provisoria. 13 ed, SALVADOR: JUS PODIVM, 2018.
- ALVIM, Eduardo Arruda. Direito Processual Civil. ed, SÃO PAULO: EDITORA SARAIVA, 2019.[MINHA BIBLIOTECA]
- THEODORO JR., Humberto. Curso De Direito Processual Civil - Vol. li, 53ª Edicao. ed, RIO DE JANEIRO: GRUPO GEN, 2018.[MINHA BIBLIOTECA]

**Bibliografia complementar:**

MARINONI, Luiz Guilherme. Efetividade Do Processo E Tutela De Urgencia. 1 ed, PORTO ALEGRE: SERGIO ANTONIO FABRIS, 1994.

MARINONI, Luiz Guilherme. Tutela Inibitoria Individual E Coletiva. 3 ed, SAO PAULO: REVISTA DOS TRIBUNAIS, 2003.  
DIDIER JUNIOR, Fredie. Pressupostos Processuais E Condições Da Ação: O Juízo De Admissibilidade Do Processo. 1 ed, SAO PAULO: SARAIVA, 2005.

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sergio Cruz; MITIDIERO, Daniel. O Novo Processo Civil: Atualizado Com A Lei 13.256/2016. 3 ed, SAO PAULO: REVISTA DOS TRIBUNAIS, 2017.

DIDIER JUNIOR, Fredie. Curso De Direito Processual Civil: Introdução Ao Direito Processual Civil, Parte Geral E Processo De Conhecimento. 20 ed, SALVADOR: JUS PODIVM, 2018.

DIDIER JUNIOR, Fredie; CUNHA, Leonardo Carneiro Da. Curso De Direito Processual Civil: Meios De Impugnação As Decisões Judiciais E Processo Nos Tribunais. 15 ed, SALVADOR: JUS PODIVM, 2018.

**DISCIPLINA: 200456 – FILOSOFIA DO DIREITO**

**Bibliografia básica:**

DURKHEIM, Emile. Filosofia Moral. ed, RIO DE JANEIRO: GRUPO GEN, 2015.[MINHA BIBLIOTECA]

RAMOS, Flamarion Caldeira. Manual De Filosofia Política: Para Os Cursos De Teoria Do Estado E Ciência Política, Filosofia E Ciências Sociais. 3 ed, SÃO PAULO: EDITORA SARAIVA, 2018.[MINHA BIBLIOTECA]

DIONIZIO, Mayara; Arakaki. Filosofia Contemporânea. ed, SÃO PAULO: GRUPO A, 2018.[MINHA BIBLIOTECA]

**Bibliografia complementar:**

STEGMÜLLER, Wolfgang. A Filosofia Contemporanea - Introducao Critica. 2 ed, RIO DE JANEIRO: GRUPO GEN, 2012. [MINHA BIBLIOTECA]

JASPERS, Karl. Introducao A Filosofia De Friedrich Nietzsche. ed, RIO DE JANEIRO: GRUPO GEN, 2015. [MINHA BIBLIOTECA]

GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo; Castro. A Nova Filosofia Da Educacao. ed, SÃO PAULO: EDITORA MANOLE, 2014. [MINHA BIBLIOTECA]

INGRAM, David. Filosofia Do Direito: Conceitos-Chave Em Filosofia. ed, PORTO ALEGRE: GRUPO A, 2015. [MINHA BIBLIOTECA]

MEDINA, Jose. Linguagem: Conceitos-Chave Em Filosofia. ed, PORTO ALEGRE: GRUPO A, 2015. [MINHA BIBLIOTECA]

### **DISCIPLINA: 203454 – PRÁTICA JURÍDICA III**

#### **Bibliografia básica:**

PARIZATTO, Joao Roberto. Do Valor Da Causa. 1 ed, CAMPINAS: COPOLA, 1995.

PARIZATTO, Joao Roberto. Da Execucao E Dos Embargos Doutrina, Jurisprudencia, Pratica Forense. 4 ed, LEME: LED, 1998.

PARIZATTO, Joao Roberto . Pratica Forense. 15 ed, LEME - SP: EDIPA, 2017.

#### **Bibliografia complementar:**

ARAUJO JR., Gediel Claudino De. Pratica No Processo Civil, 23ª Edicao. ed, RIO DE JANEIRO: GRUPO GEN, 2018. [MINHA BIBLIOTECA]

BARROSO, Darlan. Reta Final Oab: Questoes Comentadas. ed, SÃO PAULO: SARAIVA, 2019. [MINHA BIBLIOTECA]

BARROSO, Darlan. Reta Final Oab: Teoria Unificada. ed, SÃO PAULO: SARAIVA, 2019. [MINHA BIBLIOTECA]

CHACON, Luis Fernando Rabelo. Manual De Pratica Forense Civil. ed, SÃO PAULO: SARAIVA, 2020. [MINHA BIBLIOTECA]

BARROSO, Carlos Eduardo Ferraz De Mattos. Processo Civil: Teoria Geral Do Processo E Processo De Conhecimento. ed, SÃO PAULO: SARAIVA, 2020. [MINHA BIBLIOTECA]

### **DISCIPLINA: 202919 – ATIVIDADES COMPLEMENTARES V**

#### **Bibliografia básica:**

FERREIRA FILHO, Manoel Goncalves. Curso De Direito Constitucional. 26 ed, SAO PAULO: SARAIVA, 1999.

PRONER, Carol; CORREAS, Oscar. Teoria Critica Dos Direitos Humanos: In Memoriam Joaquim Herrera Flores. 1 ed, BELO HORIZONTE: FORUM, 2011.

LENZA, Pedro. Direito Constitucional. ed, SÃO PAULO: SARAIVA JUR, 2021. [MINHA BIBLIOTECA]

#### **Bibliografia complementar:**

STRECK, Lenio Luiz. *As Interceptações Telefônicas E Os Direitos Fundamentais: Constituição, Cidadania E Violência*. 1 ed, PORTO ALEGRE: LIVRARIA DO ADVOGADO, 1997.

SARLET, Ingo Wolfgang. *A Eficácia Dos Direitos Fundamentais*. 2 ed, PORTO ALEGRE: LIVRARIA DO ADVOGADO, 2001.

NUNES, Luiz Antonio Rizzatto. *Curso De Direito Do Consumidor*. 8 ed, SAO PAULO: SARAIVA, 2013.

COMPARATO, Fábio Konder. *A Afirmacao Historica Dos Direitos Humanos*. 12 ed, SÃO PAULO: EDITORA SARAIVA, 2019.[MINHA BIBLIOTECA]

ARAUJO, Luiz Alberto David; NUNES JÚNIOR, Vidal Serrano. *Curso De Direito Constitucional*. ed, SÃO PAULO: MANOLE, 2021.[MINHA BIBLIOTECA]

## **DISCIPLINA: 203426 – DIREITO CIVIL V (DIREITO DAS COISAS I)**

### **Bibliografia básica:**

LÔBO, Paulo. *Direito Civil, V. 4: Direito Das Coisas*. ed, SÃO PAULO: SARAIVA JUR, 2023.[MINHA BIBLIOTECA]

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo Mario Veiga. *Novo Curso De Direito Civil, V. 5: Direitos Reais*. ed, SÃO PAULO: SARAIVA JUR, 2024.[MINHA BIBLIOTECA]

GONÇALVES, Carlos Roberto. *Direito Civil Brasileiro, V. 5: Direito Das Coisas*. ed, SÃO PAULO: SARAIVA JUR, 2024.[MINHA BIBLIOTECA]

TARTUCE, Flávio. *Direito Civil, V. 4: Direito Das Coisas*. ed, RIO DE JANEIRO: FORENSE, 2024.[MINHA BIBLIOTECA]

VENOSA, Sílvio De Salvo. *Direito Civil, V. 4: Reais*. ed, RIO DE JANEIRO: ATLAS, 2024.[MINHA BIBLIOTECA]

### **Bibliografia complementar:**

GIACOMELLI, Cinthia Louzada Ferreira. *Direito Civil, V. 6: Direitos Reais*. ed, PORTO ALEGRE: SAGAH, 2021.[MINHA BIBLIOTECA]

DONIZETTI, Elpídio; BECK, Felipe Quintella Hansen. *Curso De Direito Civil*. ed, RIO DE JANEIRO: ATLAS, 2023.[MINHA BIBLIOTECA]

DINIZ, Maria Helena. *Curso De Direito Civil Brasileiro, V. 4: Direito Das Coisas*. ed, SÃO PAULO: SARAIVA JUR, 2024.[MINHA BIBLIOTECA]

CASSETTARI, Christiano. *Elementos De Direito Civil /.* ed, INDAIATUBA, SP :: EDITORA FOCO,, 2023..[BIBLIOTECA VIRTUAL ELIVRO]

TEPEDINO, Gustavo. *Fundamentos Do Direito Civil - Vol. 5 - Direitos Reais*. ed, RIO DE JANEIRO: FORENSE, 2024.[MINHA BIBLIOTECA]

## **DISCIPLINA: 200456 – DIREITO CONSTITUCIONAL III**

### **Bibliografia básica:**

CALDERON, Adolfo Ignacio; PESSANHA, Jorge Alexandre Onoda; SOARES, Vera Lucia Pena Carneiro. Educação Superior: Construindo A Extensão Universitária Nas IES Particulares. 1 ed, SÃO PAULO: XAMA, 2007.

BARBOSA, Marcelo Mello. Institucionalização Da Extensão: Passo A Passo. 1 ed, BRASÍLIA: IES BRASILEIRA, 2004.

TAVARES, André Ramos. Direito Constitucional Da Empresa. ed, RIO DE JANEIRO: GRUPO GEN, 2012.[MINHA BIBLIOTECA]

SARLET, Ingo Wolfgang; MARINONI, Luiz Guilherme. Curso De Direito Constitucional. ed, SÃO PAULO: SARAIVA JUR, 2022.[MINHA BIBLIOTECA]

SERVA, Fernanda Mesquita. A Extensão Universitária E Sua Curricularização. 1 ed, RIO DE JANEIRO: LUMEM JURIS, 2020.

### **Bibliografia complementar:**

NOVELINO, Marcelo. Manual De Direito Constitucional - Volume Único, 9ª Edição. ed, RIO DE JANEIRO: GRUPO GEN, 2014.[MINHA BIBLIOTECA]

MORAES, Guilherme Peña De. Curso De Direito Constitucional. ed, RIO DE JANEIRO: ATLAS, 2022.[MINHA BIBLIOTECA]

MORAES, Alexandre De. Direito Constitucional: Atualizado Até A EC 115, De 10.02.2022. ed, RIO DE JANEIRO: ATLAS, 2022.[MINHA BIBLIOTECA]

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso De Direito Constitucional. ed, SÃO PAULO: SARAIVA JUR, 2022.[MINHA BIBLIOTECA]

LENZA, Pedro. Direito Constitucional. ed, SÃO PAULO: SARAIVA JUR, 2024.[MINHA BIBLIOTECA]

## **DISCIPLINA: 200459 – DIREITO EMPRESARIAL III**

### **Bibliografia básica:**

MEDEIROS NETO, Elias Marques De; SIMAO FILHO, Adalberto. Direito Dos Negocios Aplicado: Direito Empresarial. 1 ed, SAO PAULO: ALMEDINA, 2015.

FERREIRA, Jussara Suzi Assis Borges Nasser. Direito Empresarial Contemporaneo. 1 ed, SAO PAULO: ARTE & CIENCIA, 2007.

MAMEDE, Gladston. Direito Empresarial Brasileiro: Falencia E Recuperacao De Empresas. ed, SÃO PAULO: ATLAS, 2022.[MINHA BIBLIOTECA]

NEGRÃO, Ricardo. Manual De Direito Empresarial. ed, SÃO PAULO: SARAIVA JUR, 2024.[MINHA BIBLIOTECA]

SACRAMONE, Marcelo Barbosa. Manual De Direito Empresarial. ed, SÃO PAULO: SARAIVA JUR, 2024.[MINHA BIBLIOTECA]

CHAGAS, Edilson Enedino Das. Direito Empresarial. ed, SÃO PAULO: SARAIVA JUR, 2024.[MINHA BIBLIOTECA]

CUNHA, Fernando Antonio Maia Da. Direito Empresarial Aplicado.. ed, SÃO PAULO :: CONTRACORRENTE,, 2023.. [BIBLIOTECA VIRTUAL ELIVRO]

### **Bibliografia complementar:**

VENOSA, Silvio De Salvo; RODRIGUES, Claudia. Direito Civil: Direito Empresarial. 4 ed, SAO PAULO: ATLAS, 2012.

TEIXEIRA, Tarcísio. Direito Empresarial Sistematizado: Doutrina, Jurisprudencia E Pratica. 7 ed, SAO PAULO: SARAIVA, 2018.

TOMAZETTE, Marlon. Curso De Direito Empresarial, V. 3: Falencia E Recuperacao De Empresas. ed, SÃO PAULO: SARAIVA JUR, 2024.[MINHA BIBLIOTECA]

TEIXEIRA, Tarcísio. Direito Empresarial Sistematizado: Teoria, Jurisprudencia E Pratica. ed, SÃO PAULO: SARAIVA JUR, 2024.[MINHA BIBLIOTECA]

VENOSA, Sílvio Sílvio De Salvo. Direito Empresarial. ed, RIO DE JANEIRO: ATLAS, 2024.[MINHA BIBLIOTECA]

### **DISCIPLINA: 203428 – DIREITO PENAL V (PARTE ESPECIAL III)**

#### **Bibliografia básica:**

JESUS, Damásio De; ESTEFAM, André. Direito Penal 2: Parte Especial: Crimes Contra A Pessoa A Crimes Contra O Patrimonio (Arts. 121 A 183). ed, SÃO PAULO: SARAIVA, 2020.[MINHA BIBLIOTECA]

JESUS, Damásio De; ESTEFAM, André. Direito Penal 4: Parte Especial: Crimes Contra A Fe Publica A Crimes Contra A Administracao Publica (Arts. 289 A 359-H). ed, SÃO PAULO: SARAIVA, 2020.[MINHA BIBLIOTECA]

BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado De Direito Penal, V. 2: Parte Especial: Arts. 121 A 154-B: Crimes Contra A

Pessoa. ed, SÃO PAULO: SARAIVA JUR, 2021.[MINHA BIBLIOTECA]

CAPEZ, Fernando. Curso De Direito Penal, V. 2: Parte Especial: Arts. 121 A 212. ed, SÃO PAULO: SARAIVA JUR, 2021.[MINHA BIBLIOTECA]

NUCCI, Guilherme De Souza. Curso De Direito Penal, V. 2: Parte Especial: Arts. 121 A 212 Do Codigo Penal. ed, RIO DE JANEIRO: FORENSE, 2021.[MINHA BIBLIOTECA]

**Bibliografia complementar:**

DELMANTO, Celso. Código Penal Comentado. 6 ed, RIO DE JANEIRO: RENOVAR, 2002.

MIRABETE, Julio Fabbrini ; FABBRINI, Renato N.. Manual De Direito Penal, V. 2: Parte Especial, Arts. 121 A 234-B Do Cp. ed, SÃO PAULO: ATLAS, 2021.[MINHA BIBLIOTECA]

NUCCI, Guilherme De Souza. Código Penal Comentado. ed, RIO DE JANEIRO: FORENSE, 2021.[MINHA BIBLIOTECA]

ANDREUCCI, Ricardo Antonio. Manual De Direito Penal. ed, SÃO PAULO: SARAIVA, 2021.[MINHA BIBLIOTECA]

GRECO, Rogério. Código Penal Comentado. ed, SÃO PAULO: ATLAS, 2021.[MINHA BIBLIOTECA]

**DISCIPLINA: 203427 – DIREITO PROCESSUAL CIVIL V (RECURSOS)**

**Bibliografia básica:**

AZEVEDO, Sylvio Ximenez. Notacoes Sobre Os Recursos No Processo Civil Brasileiro. 1 ed, SAO PAULO: SARAIVA, 1988.

ACQUAVIVA, Marcus Claudio . Código De Processo Civil. 1 ed, SAO PAULO: RIDEEL, 1994.

CALAMANDREI, Piero. Processo Civil E Constituicao. 2 ed, CAMPINAS: BOOKSELLER, 2003.

**Bibliografia complementar:**

ARAGAO, Egas Moniz De. Exegese Do Código De Processo Civil (Tomo 2: Artigos 400 A 443). 1 ed, RIO DE JANEIRO: AIDE, 1984.

COMENTARIOS, Comentarios Ao Código De Processo Civil. Comentarios Ao Código De Processo Civil (Tomo I Artigos 332 A 475). 1 ed, RIO DE JANEIRO: FORENSE, 1980.

ALVIM, Arruda. Código De Processo Civil Comentado. 1 ed, SAO PAULO: REVISTA DOS TRIBUNAIS, 1975.

CUNHA, Leonardo Carneiro Da. Direito Intertemporal E O Novo Código De Processo Civil. ed, RIO DE JANEIRO: GRUPO GEN, 2016.[MINHA BIBLIOTECA]

DINAMARCO, Pedro Da Silva. Comentarios Ao Código De Processo Civil, V. 4: Da Forma, Do Tempo E Do Lugar Dos Atos Processuais: Artigos 188 A 235. ed, SÃO PAULO: SARAIVA JUR, 2020.[MINHA BIBLIOTECA]

**DISCIPLINA: 200470 – DIREITO PROCESSUAL PENAL I**

**Bibliografia básica:**

TOURINHO FILHO, Fernando Da Costa. Processo Penal. 21 ed, SAO PAULO: SARAIVA, 1999.

NUCCI, Guilherme De Souza. Código De Processo Penal Comentado. ed, RIO DE JANEIRO: FORENSE, 2021.[MINHA BIBLIOTECA]

PACELLI, Eugênio. Curso De Processo Penal. ed, SÃO PAULO: ATLAS, 2021.[MINHA BIBLIOTECA]

CAPEZ, Fernando. Curso De Processo Penal. ed, SÃO PAULO: SARAIVA JUR, 2021.[MINHA BIBLIOTECA]

NUCCI, Guilherme De Souza. Curso De Direito Processual Penal. ed, RIO DE JANEIRO: FORENSE, 2023.[MINHA BIBLIOTECA]

### **Bibliografia complementar:**

BRASIL, Brasil. Código De Processo Penal; JESUS, Damasio E. De. Código De Processo Penal Anotado. 17 ed, SAO PAULO: SARAIVA, 2000.

BRASIL, Brasil. Código De Processo Penal; MIRABETE, Julio Fabbrini . Código De Processo Penal Interpretado: Referencias Doutrinarias, Indicacoes Legais, Resenha Jurisprudencial. 11 ed, SAO PAULO: ATLAS, 2003.

BRANCO, Emerson Castelo. Serie Concursos Publicos - Processo Penal - Questoes Comentadas - Cespe, 3ª Edicao. ed, RIO DE JANEIRO: GRUPO GEN, 2014.[MINHA BIBLIOTECA]

ANDREUCCI, Ricardo Antonio. Curso Basico De Processo Penal, 2ª Edicao.. ed, SÃO PAULO: EDITORA SARAIVA, 2015.[MINHA BIBLIOTECA]

BOMFIN, Edilson Mougnot. Código De Processo Penal Anotado, 6ª Edicao.. ed, SÃO PAULO: EDITORA SARAIVA, 2017.[MINHA BIBLIOTECA]

BRITO, Alexis Couto De; Fabretti. Processo Penal Brasileiro, 4ª Edicao. ed, RIO DE JANEIRO: GRUPO GEN, 2019. [MINHA BIBLIOTECA]

AVENA, Norberto. Processo Penal. ed, RIO DE JANEIRO: MÉTODO, 2021.[MINHA BIBLIOTECA]

## **DISCIPLINA: 203429 – PRÁTICA JURÍDICA V**

### **Bibliografia básica:**

SEVA, Jose. Manual De Pratica Forense Civil. 7 ed, CAMPINAS: JULEX, 1985.

BARROSO, Darlan; LETTIÈRE, Juliana Francisca. Pratica No Processo Civil. ed, SÃO PAULO: SARAIVA, 2019. [MINHA BIBLIOTECA]

ARAÚJO JÚNIOR, Gediel Claudino De. Pratica No Processo Civil. ed, RIO DE JANEIRO: ATLAS, 2020.[MINHA BIBLIOTECA]

CHACON, Luis Fernando Rabelo. Manual De Pratica Forense Civil. ed, SÃO PAULO: SARAIVA JUR, 2021.[MINHA BIBLIOTECA]

### **Bibliografia complementar:**

WAMBIER, Luiz Rodrigues; TALAMINI, Eduardo. Curso Avançado De Processo Civil: Teoria Geral Do Processo. 17 ed, SAO PAULO: REVISTA DOS TRIBUNAIS, 2018.

DIDIER JUNIOR, Fredie. Curso De Direito Processual Civil: Introducao Ao Direito Processual Civil, Parte Geral E Processo De Conhecimento. 20 ed, SALVADOR: JUS PODIVM, 2018.

BARROSO, Carlos Eduardo Ferraz De Mattos. Processo Civil: Teoria Geral Do Processo E Processo De Conhecimento. ed, SÃO PAULO: SARAIVA, 2020.[MINHA BIBLIOTECA]

BARROSO, Darlan. Reta Final Oab: Teoria Unificada. ed, SÃO PAULO: SARAIVA, 2020.[MINHA BIBLIOTECA]

FUX, Luiz; BODART, Bruno. Processo Civil E Analise Economica. ed, RIO DE JANEIRO: FORENSE, 2020.[MINHA BIBLIOTECA]

## **DISCIPLINA: 202921 – ATIVIDADES COMPLEMENTARES VII**

### **Bibliografia básica:**

FILOMENO, José Geraldo Brito (Org.). Tutela Administrativa Do Consumidor: Atuacao Dos Procon'S, Legislacao, Doutrina E Jurisprudencia. ed, SÃO PAULO: GRUPO GEN, 2014.[MINHA BIBLIOTECA]

FILOMENO, José Geraldo Brito. Direitos Do Consumidor, 15ª Edicao. ed, RIO DE JANEIRO: GRUPO GEN, 2018. [MINHA BIBLIOTECA]

FILOMENO, José Geraldo Brito. Teoria Geral Do Estado E Da Constituicao. ed, RIO DE JANEIRO: GRUPO GEN, 2019.[MINHA BIBLIOTECA]

### **Bibliografia complementar:**

LENZA, Suzani De Melo. Juizados Especiais Civeis: Comentarios A Lei N.9099, De 26/09/1995. 1 ed, GOIANIA: AB, 1997.

LAZARI, Rafael De. Manual De Direito Constitucional. 2 ed, BELO HORIZONTE: EDITORA D' PLACIDO, 2018.

STRECK, Lenio Luiz. 30 Anos Da Cf Em 30 Julgamentos - Uma Radiografia Do Stf. ed, RIO DE JANEIRO: GRUPO GEN, 2018.[MINHA BIBLIOTECA]

LENZA, Pedro. Direito Constitucional. ed, SÃO PAULO: SARAIVA JUR, 2022.[MINHA BIBLIOTECA]

TEIXEIRA, Tarcísio. Direito Empresarial Sistematizado: Teoria, Jurisprudencia E Pratica. ed, SÃO PAULO: SARAIVA JUR, 2022.[MINHA BIBLIOTECA]

## **DISCIPLINA: 200474 – DIREITO ADMINISTRATIVO I**

### **Bibliografia básica:**

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. ed, RIO DE JANEIRO: FORENSE, 2022.[MINHA BIBLIOTECA]  
ALMEIDA, Fabrício Bolzan De. Manual De Direito Administrativo. ed, SÃO PAULO: SARAIVA JUR, 2022.[MINHA BIBLIOTECA]

CARVALHO FILHO, José Dos Santos. Manual De Direito Administrativo. ed, RIO DE JANEIRO: ATLAS, 2022.[MINHA BIBLIOTECA]

### **Bibliografia complementar:**

DIAS, Maria Tereza Fonseca. O Direito Administrativo Social E Economico: Analises De Direito Comparado. ed, SÃO PAULO: GRUPO ALMEDINA, 2021.[MINHA BIBLIOTECA]

CAMPOS, Ana Cláudia. Direito Administrativo Facilitado. ed, RIO DE JANEIRO: MÉTODO, 2021.[MINHA BIBLIOTECA]  
COUTO, Reinaldo; CAPAGIO, Álvaro Do Canto. Curso De Direito Administrativo. ed, SÃO PAULO: SARAIVA JUR, 2022.[MINHA BIBLIOTECA]

NOHARA, Irene Patrícia Diom. Direito Administrativo. ed, RIO DE JANEIRO: ATLAS, 2022.[MINHA BIBLIOTECA]  
MAZZA, Alexandre. Manual De Direito Administrativo. ed, SÃO PAULO: SARAIVA JUR, 2022.[MINHA BIBLIOTECA]  
JUSTEN FILHO, Marçal. Curso De Direito Administrativo. ed, RIO DE JANEIRO: FORENSE, 2023.[MINHA BIBLIOTECA]

## **DISCIPLINA: 203435 – DIREITO CIVIL VII (FAMÍLIA)**

### **Bibliografia básica:**

MONTEIRO, Washington De Barros. Curso De Direito Civil: Direito Da Familia. 36 ed, SAO PAULO: SARAIVA, 2001.  
RODRIGUES, Silvio. Direito Civil: Direito De Familia. 28 ed, SAO PAULO: SARAIVA, 2008.  
NADER, Paulo. Curso De Direito Civil: Direito De Familia. 7 ed, RIO DE JANEIRO: GRUPO GEN, 2015.[MINHA BIBLIOTECA]

DONIZETTI, Elpídio; QUINTELLA, Felipe. Curso De Direito Civil. ed, SÃO PAULO: ATLAS, 2021.[MINHA BIBLIOTECA]  
GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro, V. 6: Direito De Familia. ed, SÃO PAULO: SARAIVA JUR, 2022.  
[MINHA BIBLIOTECA]

LÔBO, Paulo. Direito Civil, V. 5: Familias. ed, SÃO PAULO: SARAIVA JUR, 2022.[MINHA BIBLIOTECA]  
CASSETTARI, Christiano. Elementos De Direito Civil: Obra Completa Em Volume Unico: Lindb, Parte Geral, Obrigacoes, Responsabilidade Civil, Contratos, Direito Das Coisas, Familia, Sucessoes. ed, SÃO PAULO: SARAIVA JUR, 2021.[MINHA BIBLIOTECA]

TARTUCE, Flávio. Direito Civil, V. 5: Direito De Familia. ed, RIO DE JANEIRO: FORENSE, 2022.[MINHA BIBLIOTECA]

PEREIRA, Caio Mario Da Silva; PEREIRA, Tânia Da Silva. Instituições De Direito Civil, V. 5: Direito De Família. ed, RIO DE JANEIRO: FORENSE, 2022.[MINHA BIBLIOTECA]

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo Curso De Direito Civil, V. 6: Direito De Família. ed, SÃO PAULO: SARAIVA JUR, 2022.[MINHA BIBLIOTECA]

VENOSA, Sílvio De Salvo. Direito Civil, V. 5: Família E Sucessões. ed, SÃO PAULO: ATLAS, 2022.[MINHA BIBLIOTECA]

DINIZ, Maria Helena. Curso De Direito Civil Brasileiro, V. 5: Direito De Família. ed, SÃO PAULO: SARAIVA JUR, 2022.[MINHA BIBLIOTECA]

DINIZ, Maria Helena. Manual De Direito Civil. ed, SÃO PAULO: SARAIVA JUR, 2022.[MINHA BIBLIOTECA]

### **Bibliografia complementar**

LISBOA, Roberto Serrise. Manual Elementar De Direito Civil. 2 ed, SAO PAULO: REVISTA DOS TRIBUNAIS, 2002.

FACHIN, Luiz Edson. Teoria Crítica Do Direito Civil. 1 ed, RIO DE JANEIRO: RENOVAR, 2000.

PERLINGIERI, Pietro. O Direito Civil Na Legalidade Constitucional. 1 ed, RIO DE JANEIRO: RENOVAR, 2008.

MARCELO NEVES SCHNEIDER; MELISSA DE FREITAS DUARTE; CINTHIA LOUZADA FERREIRA GIACOMELLI; PATRÍCIA ES, Marcelo Neves Schneider; Melissa De Freitas Duarte; Cinthia Louzada Ferreira Giacomelli; Patrícia Es. Direito Civil li. ed, SÃO PAULO: GRUPO A, 2018.[MINHA BIBLIOTECA]

HIRONAKA, Giselda Maria F. Novaes. Direito Civil: Estudos: Coleânea Do Xi Encontro Dos Grupos De Pesquisa, Ibdcivil. ed, SÃO PAULO: BLUCHER, 2018.[MINHA BIBLIOTECA]

SALOMÃO, Luis Felipe; TARTUCE, Flávio. Direito Civil, Dialogos Entre A Doutrina E A Jurisprudencia, V. 2. ed, RIO DE JANEIRO: ATLAS, 2020.[MINHA BIBLIOTECA]

CORDEIRO, António Menezes. Tratado De Direito Civil, V. 4: Parte Geral, Pessoas. ed, SÃO PAULO: ALMEDINA, 2019.[MINHA BIBLIOTECA]

TEPEDINO, Gustavo; TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado. Fundamentos Do Direito Civil, V. 6: Direito De Família. ed, RIO DE JANEIRO: FORENSE, 2022.[MINHA BIBLIOTECA]

WALD, Arnoldo; FONSECA, Priscila M. P. Corrêa Da. Direito Civil, V. 5: Direito De Família. ed, SÃO PAULO: SARAIVA UNI, 2015.[MINHA BIBLIOTECA]

OLIVEIRA, Carlos E. Elias De; COSTA-NETO, João. Direito Civil, Volume Unico. ed, RIO DE JANEIRO: MÉTODO, 2022.[MINHA BIBLIOTECA]

### **DISCIPLINA: 202911 – DIREITO DO TRABALHO II**

#### **Bibliografia básica:**

BARROS, Alice Monteiro De. Curso De Direito Do Trabalho. 9 ed, SAO PAULO: LTR, 2013.  
DELGADO, Mauricio Godinho. Curso De Direito Do Trabalho. 12 ed, SAO PAULO: LTR, 2013.  
LEITE, Carlos Henrique Bezerra. Curso De Direito Do Trabalho. ed, SÃO PAULO: SARAIVA JUR, 2023.[MINHA BIBLIOTECA]

### **Bibliografia complementar:**

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Direito Do Trabalho Na Constituicao De 1988. 2 ed, SAO PAULO: SARAIVA, 1991.  
MALLET, Estevao; MAGANO, Octavio Bueno. O Direito Do Trabalho Na Constituicao. 2 ed, RIO DE JANEIRO: FORENSE, 1993.

BASILE, César Reinaldo Offa. Colecao Sinopses Juridicas - Direito Do Trabalho: Remuneracao, Duracao Do Trabalho E Direito Coletivo. ed, SÃO PAULO: EDITORA SARAIVA, 2019.[MINHA BIBLIOTECA]

MARTINS, Sérgio Pinto. Direito Do Trabalho. ed, SÃO PAULO: SARAIVA JUR, 2023.[MINHA BIBLIOTECA]

ROMAR, Carla Teresa Martins. Direito Do Trabalho. ed, SÃO PAULO: SARAIVA JUR, 2023.[MINHA BIBLIOTECA]

## **DISCIPLINA: 203436 – DIREITO PROCESSUAL CIVIL VII (PROC ESPECIAIS)**

### **Bibliografia básica:**

THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso De Direito Processual Civil, V.2: Procedimentos Especiais: Codificados, Jurisdicao Contenciosa E Jurisdicao Voluntaria, Legislacao Extravagante, Arbitragem, Juizados . ed, RIO DE JANEIRO: FORENSE, 2023.[MINHA BIBLIOTECA]

THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso De Direito Processual Civil, V. 2: Procedimentos Especiais. ed, RIO DE JANEIRO: FORENSE, 2024.[MINHA BIBLIOTECA]

GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. Curso De Direito Processual Civil, V. 2: Processo De Conhecimento E Procedimentos Especiais. ed, SÃO PAULO: SARAIVA JUR, 2024.[MINHA BIBLIOTECA]

### **Bibliografia complementar:**

WAMBIER, Luiz Rodrigues; TALAMINI, Eduardo. Curso Avancado De Processo Civil: Procedimentos Especiais E Juizados Especiais. 16 ed, SAO PAULO: REVISTA DOS TRIBUNAIS, 2018.

GONCALVES, Marcus Vinicius Rios. Colecao Sinopses Juridicas - Processo Civil: Procedimentos Especiais. ed, SÃO PAULO: EDITORA SARAIVA, 2018.[MINHA BIBLIOTECA]

BUENO, Cassio Scarpinella. Comentarios AoCodigo De Processo Civil, V. 3: Arts. 539 A 925, Parte Especial: Procedimentos Especiais E Processos De Execucao. ed, SÃO PAULO: SARAIVA JUR, 2017.[MINHA BIBLIOTECA]

GONÇALVES, Marcus Vinícius Rios. Curso De Direito Processual Civil, V. 2: Processo De Conhecimento E Procedimentos Especiais. ed, SÃO PAULO: SARAIVA JUR, 2023.[MINHA BIBLIOTECA]

GAIO JÚNIOR, Antônio Pereira.. O Processo Nos Juizados Especiais Cíveis Estaduais, Federais E Da Fazenda Publica / . ed, BELO HORIZONTE, MINAS GERAIS :: EDITORA DEL REY,, 2019..[BIBLIOTECA VIRTUAL ELIVRO]

ANDRADE, Tamires Maria Batista; BORGES, Gabriel Augusto Mendes. Processo Civil Pragmatico :: Procedimento Comum, Recursos, Tutela Provisoria, Procedimentos Especiais -Vol. 2 / . ed, BELO HORIZONTE :: EDITORA DIALÉTICA,, 2023..[BIBLIOTECA VIRTUAL ELIVRO]

## **DISCIPLINA: 200472 - DIREITO PROCESSUAL PENAL III**

### **Bibliografia básica:**

TOURINHO FILHO, Fernando Da Costa. Processo Penal. 21 ed, SAO PAULO: SARAIVA, 1999.

BOMFIN, Edilson Mougnot.Codigo De Processo Penal Anotado, 6ª Edicao.. ed, SÃO PAULO: EDITORA SARAIVA, 2017.[MINHA BIBLIOTECA]

MARCÃO, Renato. Curso De Processo Penal. ed, SÃO PAULO: SARAIVA JUR, 2021.[MINHA BIBLIOTECA]

CAPEZ, Fernando. Curso De Processo Penal. ed, SÃO PAULO: SARAIVA JUR, 2022.[MINHA BIBLIOTECA]

NUCCI, Guilherme De Souza. Curso De Direito Processual Penal. ed, RIO DE JANEIRO: FORENSE, 2023.[MINHA BIBLIOTECA]

### **Bibliografia complementar:**

ANDREUCCI, Ricardo Antonio. Curso Basico De Processo Penal, 2ª Edicao.. ed, SÃO PAULO: EDITORA SARAIVA, 2015.[MINHA BIBLIOTECA]

BRITO, Alexis Couto De; Fabretti. Processo Penal Brasileiro, 4ª Edicao. ed, RIO DE JANEIRO: GRUPO GEN, 2019. [MINHA BIBLIOTECA]

GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. Processo Penal: Parte Geral. ed, SÃO PAULO: SARAIVA, 2020.[MINHA BIBLIOTECA]

REIS, Alexandre Cebrian Araújo; GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. Processo Penal: Procedimentos, Nulidades E Recursos. ed, SÃO PAULO: SARAIVA, 2020.[MINHA BIBLIOTECA]

NUCCI, Guilherme De Souza. Manual De Processo Penal. ed, RIO DE JANEIRO: FORENSE, 2022.[MINHA BIBLIOTECA]

## **DISCIPLINA: 203437 – METODOLOGIA DA PESQUISA**

### **Bibliografia básica:**

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina De Andrade. Sociologia Geral. 7 ed, SAO PAULO: ATLAS, 2014.  
VOLPATO, Gilson Luiz. Guia Pratico Para Redacao Cientifica: Publique Em Revistas Internacionais. 1 ed, BOTUCATU: BEST WRITING, 2015.

FERRER, Walkiria Martinez Heinrich. Manual De Metodologia Da Pesquisa Cientifica. 2 ed, MARILIA: UNIMAR, 2016.  
MEZZAROBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia Servilha. Manual De Metodologia Da Pesquisa No Direito. ed, SÃO PAULO: SARAIVA, 2019.[MINHA BIBLIOTECA]

### **Bibliografia complementar:**

ECO, Umberto. Como Se Faz Uma Tese. 15 ed, SAO PAULO: PERSPECTIVA, 2000.  
FERRER, Walkiria Martinez Heinrich. Metodologia Da Pesquisa Cientifica. 1 ed, MARILIA - SP: UNIMAR, 2019.  
APPOLINÁRIO, Fabio. Metodologia Da Ciencia: Filosofia E Pratica Da Pesquisa. ed, SÃO PAULO: CENGAGE LEARNING BRASIL, 2013.[MINHA BIBLIOTECA]

AZEVEDO, Celicina Borges. Metodologia Cientifica Ao Alcance De Todos. ed, SÃO PAULO: MANOLE, 2018.[MINHA BIBLIOTECA]

BITTAR, Eduardo C. B.. Metodologia Da Pesquisa Juridica: Teoria E Pratica Da Monografia Para Os Cursos De Direito. ed, SÃO PAULO: SARAIVA JUR, 2022.[MINHA BIBLIOTECA]

### **DISCIPLINA: 203438 – PRÁTICA JURÍDICA VII**

#### **Bibliografia básica:**

DONIZETTI, Elpidio. Novo Codigo De Processo Civil Comentado, 3ª Edicao. ed, RIO DE JANEIRO: GRUPO GEN, 2018. [MINHA BIBLIOTECA]

BARROSO, Darlan; LETTIÈRE, Juliana Francisca. Pratica No Processo Civil. ed, SÃO PAULO: SARAIVA, 2019. [MINHA BIBLIOTECA]

TARTUCE, Fernanda; DELLORE, Luiz. Manual De Pratica Civil. ed, RIO DE JANEIRO: MÉTODO, 2022.[MINHA BIBLIOTECA]

#### **Bibliografia complementar:**

TARTUCE, Ronaldo; GIOVANNETTI, Edio. Principios Basicos Sobre Concreto De Cimento Portland. 1 ed, SAO PAULO: PINI, 1990.

VENOSA, Silvio De Salvo. Direito Civil: Familia. 18 ed, SAO PAULO: ATLAS, 2018.

TARTUCE, Fernanda; DELLORE, Luiz. Manual De Pratica Civil. 16 ed, RIO DE JANEIRO: METODO, 2021.

ARAÚJO JÚNIOR, Gediel Claudino De. Código De Processo Civil Anotado. ed, SÃO PAULO: ATLAS, 2021.[MINHA BIBLIOTECA]

TARTUCE, Fernanda. Processo Civil No Direito De Familia: Teoria E Pratica. ed, RIO DE JANEIRO: MÉTODO, 2021. [MINHA BIBLIOTECA]

TARTUCE, Flávio. Direito Civil, V. 5: Direito De Familia. ed, RIO DE JANEIRO: FORENSE, 2022.[MINHA BIBLIOTECA]

CHACON, Luis Fernando Rabelo. Manual De Pratica Forense Civil. ed, SÃO PAULO: SARAIVA JUR, 2021.[MINHA BIBLIOTECA]

VENOSA, Silvio De Salvo. Direito Civil, V. 5: Familia E Sucessoes. ed, SÃO PAULO: ATLAS, 2022.[MINHA BIBLIOTECA]

## **DISCIPLINA: 203439 – TRABALHO DE CURSO I**

### **Bibliografia básica:**

METODOS, Metodos De Pesquisa Nas Relacoes Sociais; SELTZ, Seltiz Et.Al.. Metodos De Pesquisa Nas Relacoes Sociais. 1 ed, SAO PAULO: EPU, S/D.

NICHOLAS WALLIMAN, Nicholas Walliman. Metodos De Pesquisa. ed, SÃO PAULO: EDITORA SARAIVA, 2014. [MINHA BIBLIOTECA]

BITTAR, Eduardo C. B.. Metodologia Da Pesquisa Juridica: Teoria E Pratica Da Monografia Para Os Cursos De Direito. ed, SÃO PAULO: SARAIVA JUR, 2022.[MINHA BIBLIOTECA]

### **Bibliografia complementar:**

ECO, Umberto. Como Se Faz Uma Tese. 15 ed, SAO PAULO: PERSPECTIVA, 2000.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina De Andrade. Metodologia Do Trabalho Cientifico. 6 ed, SAO PAULO: ATLAS, 2001.

SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia Do Trabalho Cientifico. 23 ed, SAO PAULO: CORTEZ, 2007.

ARLINDO PHILIPPI JR; VALDIR FERNANDES; ROBERTO C. S. PACHECO, Arlindo Philippi Jr; Valdir Fernandes; Roberto C. S. Pacheco. Ensino, Pesquisa E Inovacao: Desenvolvendo A Interdisciplinaridade. ed, SÃO PAULO: EDITORA MANOLE, 2017.[MINHA BIBLIOTECA]

MEZZARROBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia Servilha. Manual De Metodologia Da Pesquisa No Direito. ed, SÃO PAULO: SARAIVA, 2019.[MINHA BIBLIOTECA]

## **DISCIPLINA: 202923 – ATIVIDADES COMPLEMENTARES IX**

### **Bibliografia básica:**

ACCIOLY, Hildebrando; CASELLA, Paulo Borba; SILVA, G. E. Do Nascimento E . Manual De Direito Internacional Publico. 21 ed, SAO PAULO: SARAIVA, 2015.

DIMOULIS, Dimitri; Lunardi. Curso De Processo Constitucional - Controle De Constitucionalidade E Remedios Constitucionais, 4ª Edicao. ed, RIO DE JANEIRO: GRUPO GEN, 2016.[MINHA BIBLIOTECA]

BASSO, Maristela. Curso De Direito Internacional Privado. ed, RIO DE JANEIRO: ATLAS, 2019.[MINHA BIBLIOTECA]

### **Bibliografia complementar:**

GUERRA FILHO, Willis Santiago. Teoria Da Ciencia Juridica, 2ª Edicao. ed, SÃO PAULO: EDITORA SARAIVA, 2009. [MINHA BIBLIOTECA]

RAMOS, Elival Silva. Ativismo Judicial: Parametros Dogmaticos. 2 ed, SÃO PAULO: EDITORA SARAIVA, 2015.[MINHA BIBLIOTECA]

RAMOS, André De Carvalho; GRAMSTRUP, Erik Frederico. Comentarios A Lei De Introducao As Normas Do Direito Brasileiro, Lindb. ed, SÃO PAULO: SARAIVA JUR, 2021.[MINHA BIBLIOTECA]

GUERRA, Sidney. Curso De Direitos Humanos. ed, SÃO PAULO: SARAIVA JUR, 2022.[MINHA BIBLIOTECA]

GUERRA, Sidney. Curso De Direito Internacional Publico. ed, SÃO PAULO: SARAIVA JUR, 2023.[MINHA BIBLIOTECA]

## **DISCIPLINA: 203457 – DIREITO DIGITAL**

### **Bibliografia básica:**

PINHEIRO, Patricia Peck. #Direito Digital. ed, SÃO PAULO: SARAIVA JUR, 2021.[MINHA BIBLIOTECA]

HOFFMANN-RIEM, Wolfgang. Teoria Geral Do Direito Digital: Transformacao Digital, Desafios Para O Direito. ed, RIO DE JANEIRO: FORENSE, 2021.[MINHA BIBLIOTECA]

TEIXEIRA, Tarcísio. Direito Digital E Processo Eletronico. ed, SÃO PAULO: SARAIVA JUR, 2022.[MINHA BIBLIOTECA]

### **Bibliografia complementar:**

LEVY, Pierre. Cibercultura. 2 ed, SAO PAULO: 34, 2000.

BAUMAN, Zygmunt. Globalizacao: As Consequencias Humanas. 1 ed, RIO DE JANEIRO: JORGE ZAHAR, 1999.

CASTELLS, Manuel. A Era Da Informacao: Economia, Sociedade E Cultura - A Sociedade Em Rede. 6 ed, SAO PAULO: PAZ E TERRA, 2009.

SILVA, Louise Silveira Heine Thomaz Da. Direito Digital. ed, PORTO ALEGRE: SAGAH, 2021.[MINHA BIBLIOTECA]

BAUMAN, Zygmunt. Modernidade Liquida. 1 ed, RIO DE JANEIRO: ZAHAR, 2021.

## **DISCIPLINA: 203455 – DIREITO DO CONSUMIDOR**

### **Bibliografia básica:**

KHOURI, Paulo R. Roque A.. *Direito Do Consumidor Na Sociedade Da Informacao.* ed, SÃO PAULO: GRUPO ALMEDINA, 2022.[MINHA BIBLIOTECA]

MIRAGEM, Bruno. *Curso De Direito Do Consumidor.* ed, RIO DE JANEIRO: FORENSE, 2024.[MINHA BIBLIOTECA]

TARTUCE, Flávio; NEVES, Daniel Amorim Assumpção. *Manual De Direito Do Consumidor: Direito Material E Processual, Volume Unico.* ed, RIO DE JANEIRO: MÉTODO, 2024.[MINHA BIBLIOTECA]

ARAÚJO JUNIOR, Marco Antonio; GIANCOLI, Brunno. *Curso De Direito Do Consumidor.* ed, SÃO PAULO: SARAIVA JUR, 2024.[MINHA BIBLIOTECA]

NUNES, Rizzato. *Curso De Direito Do Consumidor.* ed, SÃO PAULO: SARAIVA JUR, 2024.[MINHA BIBLIOTECA]

ALMEIDA, Fabrício Bolzan De. *Direito Do Consumidor.* ed, SÃO PAULO: SARAIVA JUR, 2024.[MINHA BIBLIOTECA]

### **Bibliografia complementar:**

MIRAGEM, Bruno. *Direito Do Consumidor: 30 Anos De Cdc: Da Consolidacao Como Direito Fundamental Aos Atuais Desafios Da Sociedade.* ed, RIO DE JANEIRO: FORENSE, 2020.[MINHA BIBLIOTECA]

KHOURI, Paulo R. Roque A.. *Direito Do Consumidor: Contratos, Responsabilidade Civil E Defesa Do Consumidor Em Juizo.* ed, RIO DE JANEIRO: ATLAS, 2020.[MINHA BIBLIOTECA]

SOARES, Ricardo Maurício Freire. *Principios Basicos Do Direito Do Consumidor Brasileiro: Doutrina E Jurisprudencia.* ed, SÃO PAULO: EXPRESSA, 2023.[MINHA BIBLIOTECA]

VARALLI, Riccardo Riccardo Marcori. *Colecao Direto E Reto 1ª Fase Oab - Direito Do Consumidor.* ed, SAO PAULO: EDITORA RIDEEL, 2022.[PEARSON VIRTUAL]

MARTINS, Guilherme Guilherme Magalhães. *Direito Do Consumidor Na Sociedade Da Informacao.* ed, SAO PAULO: EDITORA FOCO, 2022.[PEARSON VIRTUAL]

MARTINS, Guilherme Guilherme Magalhães. *Direito Do Consumidor Aplicado: Garantias Do Consumo.* ed, SAO

PAULO: EDITORA FOCO, 2023.[PEARSON VIRTUAL]

BARONOVSKY, Fernando Fernando Pereira Alqualo Coords.: André Estefam E Ricardo. Colecao Amo Direito **2025** Direito Do Consumidor. ed, SAO PAULO: EDITORA RIDEEL, 2022.[PEARSON VIRTUAL] **1**

GREGORIO, Carolina Lückemeyer. Direito Do Consumidor E Transparencia No Marketing Verde :: A Promocao Do Consumo Consciente Pelo Enfrentamento Do Greenwashing /. ed, BELO HORIZONTE :: EDITORIA DIALÉCTICA,, 2021..[BIBLIOTECA VIRTUAL ELIVRO]

FISCILETTI, Rossana. A Quarta Revolucao Industrial E Os Novos Paradigmas Do Direito Do Consumidor /. ed, SÃO PAULO :: LITERARE BOOKS INTERNATIONAL,, 2021..[BIBLIOTECA VIRTUAL ELIVRO]

SALES, Jonas. Direito Do Consumidor Aplicado :: Garantias De Consumo /. ed, INDAIATUBA, SP :: EDITORA FOCO,, 2023..[BIBLIOTECA VIRTUAL ELIVRO]

## **DISCIPLINA: 203442 – DIREITO INTERNACIONAL**

### **Bibliografia básica:**

MALHEIRO, Emerson. Direito Internacional Privado. ed, RIO DE JANEIRO: MÉTODO, 2022.[MINHA BIBLIOTECA]

MAZZUOLI, Valerio De Oliveira. Curso De Direito Internacional Publico. ed, RIO DE JANEIRO: FORENSE, 2023.[MINHA BIBLIOTECA]

ACCIOLY, Hildebrando; SILVA, G. E. Do Nascimento E . Manual De Direito Internacional Publico. ed, SÃO PAULO: SARAIVA JUR, 2023.[MINHA BIBLIOTECA]

GUERRA, Sidney. Curso De Direito Internacional Publico. ed, SÃO PAULO: SARAIVA JUR, 2024.[MINHA BIBLIOTECA]

REZEK, Francisco. Direito Internacional Publico: Curso Elementar. ed, SÃO PAULO: SARAIVA JUR, 2024.[MINHA BIBLIOTECA]

### **Bibliografia complementar:**

MAZZUOLI, Valerio De Oliveira. Curso De Direitos Humanos. ed, RIO DE JANEIRO: MÉTODO, 2021.[MINHA BIBLIOTECA]

PIOVESAN, Flávia; CRUZ, Julia Cunha. Curso De Direitos Humanos: Sistema Interamericano. ed, RIO DE JANEIRO: FORENSE, 2021.[MINHA BIBLIOTECA]

MAZZUOLI, Valerio De Oliveira. Curso De Direito Internacional Privado. ed, RIO DE JANEIRO: FORENSE, 2023.[MINHA BIBLIOTECA]

PIOVESAN, Flávia. Direitos Humanos E O Direito Constitucional Internacional. ed, SÃO PAULO: SARAIVA JUR, 2023. [MINHA BIBLIOTECA]

LAZARI, Rafael De. Manual De Direito Constitucional. 5 ed, SAO PAULO: D'PLACIDO, 2021.

## **DISCIPLINA: 203443 – DIREITO TRIBUTÁRIO I**

### **Bibliografia básica:**

CARVALHO, Paulo De Barros. Curso De Direito Tributario. 19 ed, SAO PAULO: SARAIVA, 2007.

COÊLHO, Sacha Calmon Navarro. Curso De Direito Tributario Brasileiro. ed, RIO DE JANEIRO: FORENSE, 2022.  
[MINHA BIBLIOTECA]

AMARO, Luciano. Direito Tributario Brasileiro. ed, SÃO PAULO: SARAIVA JUR, 2023.[MINHA BIBLIOTECA]

### **Bibliografia complementar:**

BECKER, Alfredo Augusto. Teoria Geral Do Direito Tributario. 3 ed, SAO PAULO: LEJUS, 2002.

ICHIHARA, Yoshiaki. Direito Tributario. 18 ed, SAO PAULO: ATLAS, 2012.

MACHADO, Hugo De Brito. Comentarios Ao Codigo Tributario Nacional: Artigos 1º A 95, (V. 1), 3ª Edicao. ed, SÃO PAULO: GRUPO GEN, 2015.[MINHA BIBLIOTECA]

CASSONE, Vittorio. Direito Tributario, 28ª Edicao. ed, RIO DE JANEIRO: GRUPO GEN, 2018.[MINHA BIBLIOTECA]

BALEEIRO, Aliomar. Direito Tributario Brasileiro, 14ª Edicao. ed, RIO DE JANEIRO: GRUPO GEN, 2018.[MINHA BIBLIOTECA]

## **DISCIPLINA: 202910 – DIREITOS HUMANOS**

### **Bibliografia básica:**

SIQUEIRA JUNIOR, Paulo Hamilton; OLIVEIRA, Miguel Augusto Machado De . Direitos Humanos E Cidadania. 3 ed, SAO PAULO: REVISTA DOS TRIBUNAIS, 2010.

BRANDÃO, Cláudio. Direitos Humanos E Fundamentais Em Perspectiva. ed, SÃO PAULO: GRUPO GEN, 2014.  
[MINHA BIBLIOTECA]

MORAES, Alexandre De. Direitos Humanos Fundamentais: Teoria Geral: Comentarios Aos Arts. 1º Ao 5º Da Constituicao Da Republica Federativa Do Brasil: Doutrina E Jurisprudencia. ed, SÃO PAULO: ATLAS, 2021.[MINHA BIBLIOTECA]

### **Bibliografia complementar:**

DIREITOS HUMANOS, Os Direitos Humanos Na Pratica Profissional Dos Psicologos; SILVA, Marcus Vinicius De Oliveira (Coord.). Os Direitos Humanos Na Pratica Profissional Dos Psicologos. 1 ed, BRASILIA: CONS. FED. PSICOLOGIA, 2003.

AGOSTINHO, Luis Otavio Vincenzi De; HERRERA, Luiz Henrique Martim. Tutela Dos Direitos Humanos E Fundamentais: Ensaio A Partir Das Linhas De Pesquisa Construcao Do Saber Juridico E Funcao Politica Do Direito. ed, BIRIGUI: BOREAL, 2011.

ALEXY, Robert. Teoria Dos Direitos Fundamentais. 2 ed, SAO PAULO: MALHEIROS, 2014.

ABADE, Denise Neves. Direitos Fundamentais E Cooperacao Juridica Internacional: Extradicao, Assistencia Juridica, Execucao De Sentenca Estrangeira E Transferencia De Presos. ed, SÃO PAULO: SARAIVA JUR, 2013.[MINHA BIBLIOTECA]

PAGLIARINI, Alexandre Alexandre Coutinho. Jurisdicao E Filosofia Dos Direitos Humanos E Fundamentais. ed, SAO PAULO: EDITORA INTERSABERES, 2022.[PEARSON VIRTUAL]

## **DISCIPLINA: 200485 – ÉTICA PROFISSIONAL**

### **Bibliografia básica:**

- JUNIOR, Biela. *Etica Na Oab, 3ª Edicao..* ed, SÃO PAULO: EDITORA SARAIVA, 2016.[MINHA BIBLIOTECA]
- COELHO, Marcus Vinicius Furtado. *Comentarios Ao Novo Codigo De Etica Dos Advogados, 2ª Edicao..* ed, SÃO PAULO: EDITORA SARAIVA, 2017.[MINHA BIBLIOTECA]
- ARISTÓTELES, Aristóteles. *Colecao Fora De Serie - Etica A Nicomaco, 2ª Edicao.* ed, RIO DE JANEIRO: GRUPO GEN, 2017.[MINHA BIBLIOTECA]
- KRUG, Pamela. *Etica E Estatuto Da Oab.* ed, RIO DE JANEIRO: MÉTODO, 2022.[MINHA BIBLIOTECA]
- VAILATTI, Diogo Diogo Basilio. *Manual De Etica Profissional E Estatuto Da Oab.* ed, SAO PAULO: EDITORA RIDEEL, 2018.[PEARSON VIRTUAL]
- CASAGRANDE, Lucas Lucas Trompieri Rodrigues. *Etica Profissional Na Advocacia: Atualizado Pela Lei 14.365/22 E Questoes Do Exame De Ordem Com Gabarito.* ed, SAO PAULO: EDITORA FREITAS BASTOS, 2023.[PEARSON VIRTUAL]

### **Bibliografia complementar:**

- ALMEIDA, Guilherme Assis De; Christmanm. *Etica E Direito: Uma Perspectiva Integrada, 2ª Edicao.* ed, SÃO PAULO: GRUPO GEN, 2009.[MINHA BIBLIOTECA]
- ARAÚJO JUNIOR, Marco Antonio. *Gabaritando Etica: Oab.* ed, SÃO PAULO: SARAIVA JUR, 2021.[MINHA BIBLIOTECA]
- ALENCAR, Ana Catarina De. *Inteligencia Artificial, Etica E Direito: Guia Pratico Para Entender O Novo Mundo.* ed, SÃO PAULO: SARAIVA JUR, 2022.[MINHA BIBLIOTECA]
- ANTUNES, Maria Maria Thereza Pompa. *Etica.* ed, SAO PAULO: EDITORA PEARSON, 2020.[PEARSON VIRTUAL]
- FETTER, Leonardo Leonardo Rizzolo. *Etica Na Veia 1ª Fase Da Oab - Ceisc.* ed, SAO PAULO: EDITORA RIDEEL, 2021.[PEARSON VIRTUAL]

## **DISCIPLINA: 203444 – PRÁTICA JURÍDICA IX**

### **Bibliografia básica:**

- BASILE, César Reinaldo Offa. *Colecao Sinopsesjuridicas - Processo Do Trabalho: Recursos Trabalhistas, Execucao Trabalhista E Acoes De Rito Especial.* ed, SÃO PAULO: EDITORA SARAIVA, 2019.[MINHA BIBLIOTECA]
- MARTINS FILHO, Ives Gandra Da Silva. *Manual De Direito E Processo Do Trabalho.* ed, SÃO PAULO: SARAIVA JUR, 2023.[MINHA BIBLIOTECA]
- SALES, Fernando Fernando Augusto De Vita Borges De. *Manual De Processo Do Trabalho.* ed, SAO PAULO: EDITORA RIDEEL, 2020.[PEARSON VIRTUAL]

**Bibliografia complementar:**

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. Cpc – Repercussões No Processo Do Trabalho, 2ª Edição.. ed, SÃO PAULO: EDITORA SARAIVA, 2016.[MINHA BIBLIOTECA]

BASILE, César Reinaldo Offa. Coleção Sinopses Jurídicas - Processo Do Trabalho: Justiça Do Trabalho E Dissídios Trabalhistas. ed, SÃO PAULO: EDITORA SARAIVA, 2018.[MINHA BIBLIOTECA]

ALMEIDA, Amador Paes De; ALMEIDA, Marina Batista Da Silva L. F. Paes De. Curso Prático De Processo Do Trabalho. ed, SÃO PAULO: SARAIVA, 2020.[MINHA BIBLIOTECA]

SANDES, Fagner; RENZETTI, Rogério. Direito Do Trabalho E Processo Do Trabalho. ed, SÃO PAULO: SARAIVA, 2020.[MINHA BIBLIOTECA]

ORGS.: LEONE PEREIRA, Vinicius Mota E Renato Santiago. Caderno De Teses E Dicas Para A 2ª Fase Da Oab - Direito E Processo Do Trabalho. ed, SAO PAULO: EDITORA RIDEEL, 2022.[PEARSON VIRTUAL]